



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE OUTUBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da retoma de mandato de um Deputado do PCP.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre «Os incêndios e falhas no seu combate». Depois de a Deputada [Rita](#)

[Matias](#) (CH) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além do Secretário de Estado da Proteção Civil ([Paulo Simões Ribeiro](#)), os Deputados [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [António Filipe](#) (PCP), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Ricardo](#)

Pinheiro (PS) e **Pedro dos Santos Frazão** (CH).

Procedeu-se à discussão, e posterior votação, na generalidade, das seguintes iniciativas legislativas:

Proposta de Lei n.º [22/XVII/1.ª](#) (GOV) — Estabelece medidas de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024, que foi aprovada;

Projeto de Lei n.º [295/XVI/1.ª](#) (PAN) — Aprova um regime excepcional de endividamento municipal aplicável às despesas destinadas a fazer face aos prejuízos causados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [296/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que aprova o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental no sentido de aditar medidas de proteção aos povoaamentos florestais percorridos por incêndios, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [300/XVI/1.ª](#) (PCP) — Reforça medidas urgentes de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º [306/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo um plano de ação para a renaturalização, gestão florestal sustentável e prevenção de incêndios nas áreas ardidas em Portugal, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [307/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a suspensão temporária da atividade cinegética em todas as áreas ardidas e confinantes do território nacional para a recuperação da fauna e dos seus *habitat* naturais após os incêndios florestais e a implementação de programas de alimentação e abeberamento para a fauna selvagem afetada, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [308/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove medidas de apoio aos municípios afetados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [309/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias junto da Comissão Europeia para assegurar a intervenção do Fundo de Solidariedade da União Europeia com vista ao financiamento das medidas de resposta aos prejuízos causados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [336/XVI/1.ª](#) (BE) — Intervenção urgente nas áreas ardidas nos incêndios de setembro de 2024 para apoio às populações, estabilização dos solos e reconversão florestal, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [339/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda o apoio às populações e o desenvolvimento e implementação de um plano integrado de restauro ecológico e prevenção de incêndios, que foi aprovado.

Intervieram a diverso título, além do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial (Manuel Castro Almeida), os Deputados **Mariana Leitão** (IL), **Maria José Aguiar** (CH), **Amílcar Almeida** (PSD), **Inês de Sousa Real** (PAN), **António Pinto Pereira** (CH), **Alfredo Maia** (PCP), **Fabian Figueiredo** (BE), **Isabel Mendes Lopes** (L), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **Fátima Correia Pinto** (PS), **Marcus Santos** (CH), **António Alberto Machado** (PSD), **Carlos Brás** (PS), **Pedro Pinto** (CH) e **Rui Tavares** (L).

Entretanto, o Presidente anunciou a presença, nas galerias, de um grupo de 60 jovens e professores do Colégio Integrado Monte Maior, de Loures, que foram aplaudidos pela Câmara.

Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [23/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova a criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras na Polícia de Segurança Pública, altera o regime de retorno, e regula o novo sistema de entrada e saídas para o reforço do controlo das fronteiras externas, que, a requerimento do PSD, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, juntamente

com, também na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [219/XVI/1.ª](#) (IL) — Cria o visto humanitário, que foi aprovado, [220/XVI/1.ª](#) (IL) — Regime de transição relativo à nova lei de imigração, que foi aprovado, e [302/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o regime de concessão de asilo e proteção subsidiária, com vista a reforçar o controlo das fronteiras externas e da permanência e trânsito de cidadãos estrangeiros em território nacional, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias. Proferiram intervenções, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), os Deputados **André Ventura** (CH), **Fabian Figueiredo** (BE), **Mariana Leitão** e **Rodrigo Saraiva** (IL), **Cristina Rodrigues** (CH), **Pedro Delgado Alves** (PS), **Inês de Sousa Real** (PAN), **António Filipe** (PCP), **António Rodrigues** (PSD), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **Paulo Muacho** (L), **Ana Sofia Antunes** (PS) e **Rui Tavares** (L).

Deu-se conta de quatro Deputados do PSD e de seis Deputados do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [369/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PCP e PS) — De pesar pelo falecimento de Guilherme da Fonseca, [371/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pela morte de Carlos Pina, Bruno Neto e Fernanda Júlia Soares e [374/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Irmã Maria da Conceição de Jesus Laranjeiro, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a). No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovadas as partes deliberativas (a) dos Projetos de Voto n.ºs [370/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação a Amália Rodrigues, nos 25 anos do seu falecimento, [375/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação a Maria Manuela Aguiar, pela sua dedicação às comunidades portuguesas e [379/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por duas Deputadas do PS) — De saudação pelo Dia Mundial da Saúde Mental.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [216/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que priorize as negociações para o aumento das quotas de pesca portuguesas, assim como aprofunde conversações com vista à criação de quotas específicas para as regiões ultraperiféricas.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [240/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo realização gratuita de rastreio da imunodeficiência combinada grave a todos os bebés recém-nascidos em Portugal que realizem o rastreio neonatal, [241/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a continuidade de implementação da rede de bancos de leite materno, em cumprimento do disposto na lei, e [253/XVI/1.ª](#) (PAN) — Institui o dia 22 de dezembro como dia nacional do técnico auxiliar de saúde.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º [2/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a Lei da Liberdade Religiosa, e a Lei que define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente, no sentido de aumentar para 1 % o limite da consignação pelos contribuintes de receita de IRS a favor de instituições solidárias, religiosas, culturais ou com fins ambientais.

Foi igualmente aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [129/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a concretização do bloco de rega de Reguengos e o desenvolvimento do projeto do bloco de regas de Mourão e [195/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que ative os procedimentos necessários para adjudicar a totalidade das obras previstas no Circuito Hidráulico de Reguengos de Monsaraz e cumpra a totalidade das metas fixadas no Programa Nacional de Regadios.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de

Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PS e uma Deputada do CH a intervir em tribunal.

Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 10/XVI/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o regime de IVA de caixa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio, e do Projeto de Lei n.º 279/XVI/1.^a (PCP) — Alarga o universo de empresas em condições de aderir ao regime de IVA de caixa e protege as micro e pequenas empresas perante situações de «créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa» (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio). Intervieram no debate, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados Paulo Nuncio (CDS-PP), Rui Afonso (CH), Luís Newton (PSD), Rui Tavares (L), Paula Santos (PCP), Marisa Matias (BE), Mário Amorim Lopes (IL), Sérgio Ávila (PS), Pedro Coelho (PSD) e Eduardo Teixeira (CH).

Foi apreciada a Petição n.º 216/XV/2.^a (Sindicato Nacional do Ensino Superior) — Pela valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 284/XVI/1.^a (L) — Progressão salarial dos investigadores e dos docentes universitários mais rápida e justa e com os

Projetos de Resolução n.ºs 314/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que cesse com as discrepâncias existentes entre investigadores na FCT, 323/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que valorize a carreira da docência no ensino superior e a carreira de investigação científica, 326/XVI/1.^a (BE) — Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior e 327/XVI/1.^a (PAN) — Pela valorização dos investigadores e dos docentes do ensino superior. Intervieram no debate os Deputados Filipa Pinto (L), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Isabel Ferreira (PS), Joaquim Barbosa (PSD), Joana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Patrícia Gilvaz (IL), António Filipe (PCP), Paulo Nuncio (CDS-PP), Germana Rocha (PSD) e Daniel Teixeira (CH).

Após ter sido anunciada a retirada das Propostas de Lei n.ºs 5 e 12/XVI/1.^a, deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.^a, dos Projetos de lei n.ºs 322 e 324 a 327/XVI/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 355, 379, 381 a 387/XVI/1.^a.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 33 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 9 horas e 7 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias para o público que deseja assistir aos nossos trabalhos.

Pausa.

Vamos dar início aos nossos trabalhos. Peço, em primeiro lugar, ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira o favor de prestar algumas informações à Câmara.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, para os devidos efeitos, informa-se sobre a retoma de mandato do Deputado Paulo Alexandre Cantigas Raimundo, do Círculo Eleitoral de Lisboa, que suspendeu o seu mandato com efeitos a partir de 6 de outubro de 2024 e até 12 de outubro de 2024, passando a assumir o mandato, em sua substituição, Tânia Cristina Mateus Costa, também do Círculo Eleitoral de Lisboa, a partir do dia 6 de outubro de 2004 e até 12 de outubro de 2024, inclusive.

Informa-se igualmente que não será efetuado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados sobre esta retoma.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então entrar no primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste num debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do Chega, sobre «Os incêndios e falhas no seu combate».

Para a intervenção de abertura, dou a palavra à Sr.^a Deputada Rita Matias, do Chega, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há menos de um mês, aqui estávamos todos reunidos, expressávamos a nossa preocupação, apresentávamos votos de pesar, aplaudíamos bombeiros e a proteção civil. Um mês depois, aqui estamos outra vez, num debate de urgência requerido pelo Chega, e infelizmente esta Casa está vazia.

Está vazia, porque agora já não é popular falar em incêndios. Já passou. Agora, os temas são outros. Há outros incendiários que andam por aí a incendiar nomeadamente a vida política nacional.

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Vozes do PSD: — Ah!...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Mas nós não nos esquecemos! Não nos esquecemos e, em coerência, aqui estamos para apurar responsabilidades e, mais do que chorar sobre o leite derramado, para apontar novos caminhos, para conseguirmos combater este flagelo que, ano após ano, afeta e abala o nosso País.

Deviam estar aqui, sim, os responsáveis do Partido Socialista e do Partido Social Democrata que conduziram o nosso País, nos últimos 50 anos, a este estado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Deviam estar aqui, a dizer: «Desculpem! Falhámos na prevenção, falhámos na distribuição, falhámos na dotação de meios. Desculpem!»

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

Se eles não dizem, dizemos nós: desculpem, porque a classe política não aprendeu muito e não mudou praticamente nada depois dos incêndios de 2017, que resultaram em tragédias como a de Pedrógão Grande.

Mas nós não esquecemos, e é por isso que estamos aqui. Olhamos para o que aconteceu no último verão e queremos preparar o próximo, porque, infelizmente, três dias bastaram para passarmos dos melhores valores de área ardida da década para um dos piores resultados de sempre: 135 000 ha de área ardida em Portugal continental e mais de 5000 ha na Madeira, enquanto Miguel Albuquerque se passeava no Porto Santo e permanecia de férias. Houve 175 feridos e 9 mortos — foi este o resultado de mais de 170 incêndios ocorridos, nomeadamente em setembro.

Lideramos hoje a tabela dos países da União Europeia em área ardida. Ficámos à frente de países como o Chipre, como a Grécia, como a Croácia, como a Bulgária. Sinceramente, é sempre na hora da desgraça que Portugal consegue liderar os *rankings*. Nunca é com coisas boas, nunca é com coisas positivas, nunca é com nada que dignifique e valorize os nossos cidadãos.

O Sr. **Ricardo Costa** (PS): — Nunca?! Nunca?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isto é lamentável e é responsabilidade nossa e vossa. Repito, e vossa, e vossa!

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS Ricardo Pinheiro.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sempre a mandar o País para baixo!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Os Srs. Deputados estão muito nervosos, mas têm de ouvir as verdades.

Como é que Portugal respondeu a estes dados? Com um plano de meios aéreos do Estado para combate a incêndios que só estará completo e totalmente disponível em 2030, segundo dados oficiais. Em 2030! Quantos incêndios não existirão até 2030?!

Como é que Portugal continua a responder a estes desafios, com bombeiros voluntários a ganharem 2,80 € à hora — repito, 2,80 € à hora —, para sacrificarem as suas vidas no combate aos incêndios, em prol de Portugal e dos portugueses? Pergunto-me: quanto é que ganha um Sr. Deputado à hora? Certamente não é 2,80 €, mas esta é a vergonha a que votámos os nossos bombeiros.

Aplausos do CH.

Protestos das Deputadas do PSD Paula de Medeiros e Sónia Ramos.

A começar em mim, Sr.^{as} Deputadas, a começar em mim, mas também nas Sr.^{as} Deputadas. Como é que o Estado português responde a estes desafios?

Protestos do PSD e do Deputado do PS Ricardo Costa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é o quê?!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, é evidente que estão a manifestar-se. A Sr.^a Deputada também está a dirigir-se e a provocar a Assembleia.

Protestos do CH.

A Sr.^a Deputada pode fazer uma intervenção, mas está a fazer interpelações diretas aos Srs. Deputados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque é que será?!

O Sr. **Presidente**: — E quando faz isso, eu tenho de ser também tolerante em relação a alguns apartes, como sou, aliás, relativamente aos apartes do Grupo Parlamentar do Chega.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Começou com o Deputado Carlos Reis. Está calado!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, se todos os Srs. Deputados quiserem ouvir a Sr.^a Deputada, é fácil: estão em silêncio, todos.

Protestos do CH.

Srs. Deputados, se todos estiverem em silêncio, vamos todos ouvir. Vamos ter o *fair play* democrático que é necessário.

Sr.^a Deputada, faça o favor de fazer a sua intervenção, não se dirigindo diretamente aos Srs. Deputados.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito obrigada, Sr. Presidente. De facto, como se vê, a cena política portuguesa também está cheia de incendiários, mas o Chega fala e continuará a falar, quer os Srs. Deputados ouçam ou não ouçam.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a censura!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Nós falamos para os portugueses, nós falamos olhos nos olhos para os portugueses!

Aplausos do CH.

Perguntava eu: como é que o Estado português responde a estes desafios? Com um cadastro florestal e com um cadastro da propriedade rústica inacabada; com um Estado que, muitas vezes, não sabe sequer que terrenos é que tem e não procede à sua limpeza; com mais de 72 municípios sem planos municipais para a defesa da floresta e contra incêndios; com um País onde o negócio dos incêndios compensa.

Agora, vemos até o Primeiro-Ministro dizer que vai ter mão pesada. Então, o Chega desafia mesmo o Sr. Primeiro-Ministro, enquanto tiver tempo para isso, a ter mesmo mão pesada e a investigar.

É preciso que se perceba que os pirómanos não podem continuar à solta sem penas pesadas e que os retirem nos momentos em que sabemos que as temperaturas vão aquecer; é preciso que se investigue o negócio da compra e venda de madeira queimada; que se investigue se há, ou não, interesses de celulosas em substituir a cobertura vegetal; que se investiguem todos os negócios relacionados com o combate a fogos, com viaturas, com equipamentos, com extintores, e que percebamos quem é que são os familiares das empresas que, muitas vezes, acabam com adjudicações e contratos com o Estado.

Aplausos do CH.

Pode ser impopular dizer tudo isto, mas é preciso que se investigue um a um, e de uma vez por todas, porque, de facto, a classe política tem de fazer o seu *mea culpa*.

Nós não esquecemos o mapa da área ardida e vamos estar bem atentos a eventuais projetos, nomeadamente de exploração de lítio e de outros recursos, que possam vir a surgir, porque, sim, sabemos que

a narrativa das alterações climáticas dá jeito a muita gente, faz com que muitos políticos «sacudam a água do capote», mas ninguém acredita em fenómenos climáticos extremos...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Negacionista!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... que só desencadeiam incêndios às 2 ou às 3 horas da manhã...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... e só em São Pedro do Sul ou só em Sever do Vouga.

Aplausos do CH.

Tenhamos coragem, Srs. Deputados, tenhamos coragem de limitar a venda de madeira queimada, de garantir a fiscalização e a obrigatoriedade da limpeza de matas. Que comece o Estado a fazer o seu trabalho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Se for preciso, que possamos proibir a construção e a exploração de determinados recursos durante algum tempo.

Acima de tudo, vamos reconhecer a nossa incapacidade e vamos, de uma vez por todas, dotar Portugal e os portugueses dos meios de que necessitam, para que não sofram mais com incêndios.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do Partido Social Democrata, que dispõe de 6 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate que nos traz aqui hoje diz respeito aos incêndios e às pretensas falhas no seu combate.

A primeira palavra deve ser de agradecimento aos bombeiros, aos autarcas, às forças policiais, às forças militares...

Neste momento, entrou no Hemiciclo o Deputado do CH André Ventura, o que suscitou aplausos da sua bancada, de pé.

Protestos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

Vozes do PSD: — Onde é que está o respeito?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

Continuação dos protestos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

Srs. Deputados, é evidente que esse foi um gesto de indelicadeza para com todos os Srs. Deputados. Não posso deixar de registar, de forma desagradável, que tenham interrompido os trabalhos sem nenhum motivo relacionado com a ordem do dia. Portanto, fica este reparo.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

A lealdade é recíproca, Srs. Deputados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é!...

O Sr. **Presidente:** — Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Peço à Assembleia o favor de dar condições para que se possa ouvir o Sr. Deputado na sua intervenção. Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Se houve algo que correu bem, foi o facto de os aplausos terem sido dados quando estávamos a fazer uma homenagem aos bombeiros.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

Como estava a dizer, a primeira palavra deve ser de agradecimento aos bombeiros, aos autarcas, às forças policiais, às forças militares e às populações, que, de forma abnegada e em comunhão de esforços, combateram os incêndios que, violentamente e em número desproporcionado, flagelaram partes do território continental e insular de Portugal.

A segunda palavra, como não podia deixar de ser, é para as vítimas destes incêndios.

As perguntas que se impõem são: o que aconteceu entre o dia 15 e 20 de setembro? O que provocou um número...

O Sr. **Presidente:** — Só um momento, Sr. Deputado.

Peço aos Srs. Deputados que estão na última bancada,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É do PSD!

O Sr. **Presidente:** — ... que estão a interromper os trabalhos — eu estou a ver, as lideranças não veem, mas eu estou a ver —,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de ir ao VAR (*video assistant referee*)!

O Sr. **Presidente:** — ... o favor de respeitarem os outros Srs. Deputados e, sobretudo, o Sr. Deputado que está a intervir.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de ser igual para todos!

O Sr. **Presidente:** — Isto parece-me que é básico em democracia.

Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizia eu, as perguntas que se impõem são: o que aconteceu entre o dia 15 e 20 de setembro? O que provocou o número insólito de ignições? Quais as causas? Foram os fatores climatéricos, a baixa humidade, as temperaturas, em alguns casos, muito acima dos 30 °C, a ausência de pluviosidade durante um largo período do ano, a coexistência dos «três 30»: humidade abaixo dos 30 %, vento superior a 30 km/hora e temperaturas acima dos 30 °C. Todos esses fatores certamente concorreram para a situação que vivemos durante o mês de setembro.

O índice FWI (*Fire Weather Index*), ou seja, o Índice Meteorológico de Incêndio, que reflete o comportamento esperado pelo fogo, apontou o dia 16 de setembro como o pior dia desde 2001 para os distritos de Aveiro e Viseu, e o mesmo dia esteve no *top 5* dos piores dias para os distritos de Braga e Santarém. As previsões que apontavam para as 30 e as 50 ignições diárias chegaram às 300 ignições diárias. A pergunta que se impõe é: com os meios disponíveis e com as condições extremas associadas à dispersão territorial e ao número diário de ignições, podia o combate ser feito de forma diferente?

Convém recordar que, aquando da tomada de posse deste Governo, a diretiva financeira de suporte aos meios disponíveis já estava aprovada, tendo isso ocorrido a 13 de fevereiro de 2023. A Diretiva Operacional do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) foi aprovada a 13 de maio de 2024 e apresentada publicamente pela Sr.^a Ministra da Administração Interna, em Ourém, a 14 de maio de 2024, havendo incremento de meios disponibilizados para o combate a incêndios.

Na verdade, na fase delta do DECIR, foram utilizados os seguintes meios operacionais: 3162 equipas, num total de 14 155 elementos, dos quais 3173 meios terrestres e 73 meios aéreos, compostos por 43 helicópteros para ataque inicial, 5 helicópteros para ataque ampliado, 3 helicópteros de coordenação, 20 aviões anfíbios e 2 aviões de reconhecimento, avaliação e coordenação. O dispositivo operacional aumentou em relação a 2023, estando no combate aos fogos mais 261 operacionais, mais 78 equipas e mais 183 viaturas.

Apesar de todos os meios disponibilizados, nunca Portugal tinha vivido condições adversas como nesse período. As causas mais frequentes identificadas para os incêndios de 2024 são: o incendiário, com 34 %; as queimadas de sobrantes florestais ou agrícolas, com 11 %; e os reacendimentos, com 8 %.

As condições extremas do fogo, a partir do qual o seu desenvolvimento faz com que não seja possível combatê-lo, e a anormalidade do número de ignições — a média anual do decénio não chega às 50, tendo no dia 16 de setembro atingido as 290 — foram os verdadeiros responsáveis dos incêndios de setembro, apesar dos esforços do Governo, dos meios envolvidos e da planificação desenvolvida.

Não nos podemos esquecer de que foram consumidos 135 000 ha só em setembro, que houve 182 vítimas, entre as quais 9 mortos, 37 desalojados, 69 municípios e 291 freguesias atingidos. Estes números devem fazer-nos refletir, devem fazer-nos ter respeito pelas vítimas, e devemos, sobretudo, não fazer aproveitamento político sobre a desgraça que atingiu muito dos nossos concidadãos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José Luís Carneiro, do Partido Socialista, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: Em primeiro lugar, queríamos deixar ficar uma palavra de solidariedade às comunidades locais, aos seus autarcas, aos bombeiros, a todas as forças e serviços que integram a Proteção Civil nacional.

Foi possível verificar que há uma cooperação cada vez mais reforçada e partilhada em torno de uma responsabilidade, que é uma responsabilidade coletiva e que diz respeito a cada uma e a cada um de nós, enquanto cidadãos constitutivos da mesma sociedade.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, nós hoje tínhamos, pelo menos, a expectativa — não que queiramos desmerecer a sua presença — de que aqui pudéssemos contar com o Sr. Ministro da Agricultura.

Sim, porque sabemos bem que o Ministério da Administração Interna e a Proteção Civil são o fim da linha e tudo aquilo que há de importante a realizar tem de estar preparado, estruturado e desenvolvido nas causas profundas dos incêndios, que têm que ver com a forma como valorizamos a floresta na sua organização e na sua gestão, de forma a que ela possa constituir aquilo que ela deve ser: uma fonte de riqueza social, uma fonte de promoção da biodiversidade e da sustentabilidade ambiental, mas também uma forma de sustentação da nossa economia e das nossas condições de vida.

Por isso, hoje, gostaríamos de lembrar que há dados que devem ser muito claros para todos nós: 97 % da propriedade é privada; mais de 11 milhões de prédios são rústicos, sendo que, desses, 8 milhões são prédios rústicos que não estão cadastrados; e 30 a 35 % é mesmo propriedade indivisa.

Esta foi a razão por que, no seguimento da Comissão Técnica Independente, aprovada por unanimidade e cujas recomendações foram aprovadas por unanimidade neste Parlamento — na altura, o atual Primeiro-Ministro era líder parlamentar e aquele que é hoje o líder do maior partido da oposição também estava neste Parlamento —, o Governo anterior avançou com mais de 90 projetos, que estão hoje integrados no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e também na estratégia nacional integrada de combate e de prevenção dos fogos rurais, projetos que estão a ser desenvolvidos por todo o País, com as autoridades da administração central, com as autoridades da administração regional, com os municípios, com as comunidades intermunicipais, com as áreas metropolitanas.

E em que projetos estamos nós, enquanto comunidade nacional, concentrados? Em primeiro lugar, no desenvolvimento e na consolidação das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e nas Operações Integradas de Gestão da Paisagem.

Em segundo lugar, no rastreio daquilo que é a propriedade, na sua identificação para efeitos de registo e de cadastro. E, por isso, o Balcão Único do Prédio já conseguiu identificar mais de 2 milhões de prédios, o que é, aliás, um avanço extraordinariamente importante para esse objetivo de gestão ordenada da nossa floresta.

Aprovámos em Conselho de Ministros, aliás, no último Conselho de Ministros, que foi presidido por S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, a reforma da propriedade rústica, num esforço desenvolvido por vários Ministérios: Ambiente, Agricultura, Coesão, Justiça, Finanças, Administração Interna.

É muito importante que o Sr. Ministro nos possa explicitar o que é que está a ser feito para concretizar essa reforma tão relevante para a vida da nossa comunidade nacional.

Em segundo lugar, avançámos também com um decreto-lei, publicado em janeiro, relativo ao Mercado Voluntário de Carbono. É o Mercado Voluntário de Carbono que vai permitir garantir financiamento, atração de privados, para valorizar a floresta, particularmente a floresta em regime de minifúndio. Qual é o ponto de situação sobre o Mercado Voluntário de Carbono?

Em terceiro lugar, e para concluir, Sr. Presidente, nós tínhamos por objetivo, na altura, limpar cerca de 35 000 ha de floresta e irmo-nos preparando, no outono e no inverno, para aqueles que são os riscos mais elevados na primavera e no verão, com mais de 30 milhões de euros de investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência. A pergunta é: em que ponto está a preparação da próxima primavera e do próximo verão, no que tem a ver com a gestão de faixas de proteção da floresta contra os incêndios?

Desejamos ainda que as medidas anunciadas possam avançar o mais rapidamente possível, para que cheguem às comunidades locais e às populações.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 4 minutos.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ciclicamente, esta Casa debate o problema dos incêndios e dos fogos florestais. Do ordenamento do território aos serviços de proteção civil e às condições de trabalho dos bombeiros, repetidamente esta Assembleia conclui que o Estado português falha no essencial.

Por um lado, ainda não conseguiu assegurar a paz social de quem se esforça todos os dias pela nossa segurança e, por outro, permanece coxo nas garantias que dá aos portugueses de que são feitos todos os esforços na prevenção dos incêndios florestais.

Até aos incêndios de setembro de 2024, este estava a ser o ano com a menor área ardida da última década. Contudo naqueles dias de setembro, arderam mais de 100 000 ha.

O Governo repetiu incessantemente que este ano tivemos o maior número de meios à disposição e que estive no terreno o maior dispositivo de sempre, mas que situações absolutamente excecionais estiveram na origem da dimensão dos fogos que culminou com mais uma catástrofe ambiental, financeira e pessoal.

Não obstante estes fatores externos, como as condições meteorológicas, o certo é que o País se revelou incapaz de fazer face a mais uma tragédia.

A Iniciativa Liberal não tem dúvidas de que a política executiva que deve ser seguida é apenas uma: a prevenção, prevenção nas suas diversas expressões e não apenas em campanhas de sensibilização e alertas.

Considerando que o investimento em prevenção tem aumentado anualmente, é importante perceber o que falha e corrigir essas falhas. Portugal sofre do paradoxo do fogo, pois o sucesso na redução de incêndios e na área ardida num determinado ano pode aumentar o risco de incêndios no ano seguinte, o que exige uma gestão da matéria combustível acumulada, situação que tem sido sistematicamente alvo de alertas e, com a mesma veemência, ignorada.

Além disso, e até, talvez, com maior relevância, é fundamental olhar para o território de outra forma. É necessária uma valorização económica das florestas e dos terrenos rurais. A sua correta organização, o seu

emparcelamento, cadastro e organização são a solução de que o País precisa para reduzir, de uma vez por todas, este problema que, ano sim, ano não, nos afeta e nos lembra os nossos problemas estruturais.

Os terrenos devem ser valorizados, devem ser fonte de rendimento, pois só assim se asseguram os incentivos corretos à sua manutenção. E, por falar em incentivos, é necessário acelerar o cadastro dos terrenos rurais e garantir, se necessário, que existem os incentivos corretos para os proprietários o fazerem.

Só depois deste cadastro concluído é que é possível uma intervenção adequada e em larga escala. A melhor forma de prevenção é um território que tenha florestas e terrenos que não estejam ao abandono, mas, sim, a contribuir para a valorização económica do País.

É nesse sentido que temos de avançar se queremos deixar de lamentar, ano após ano, as perdas humanas e materiais e os hectares dizimados pelos fogos.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Bom dia, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Gostaria de fazer um ponto prévio: depois de se ausentar no voto de pesar aos bombeiros falecidos em combate, o líder da extrema-direita decide chegar atrasado, num debate que marca,...

Protestos do CH.

... para interromper uma justa homenagem que o Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do PSD, prestava aos nossos bombeiros. Isto é tudo lamentável e bem característica da forma como a extrema-direita está na vida pública.

Aplausos do BE, do PSD, do PS, da IL, do PCP e do L.

Protestos do CH.

Tudo é alvo de instrumentalização, nada é verdadeiramente para levar a sério. Isso é profundamente lamentável, mas também bem representativo...

Protestos do CH.

... de que, apesar de tudo, entre nós temos divergências e temos debate, e depois há o Chega, que é uma realidade à parte, em que é tudo oportunismo, mesmo quando falamos do desastre humanitário e natural, dos bombeiros.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isso é mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E a Mariana, onde está? Está em casa?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Quero associar-me para cumprimentar todas as populações afetadas, todos os bombeiros, todos os elementos da Proteção Civil que combateram os incêndios e, sim, recordar os que caíram...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E onde é que está a Mariana? Onde é que está a Mariana? Onde é que está a líder do seu partido?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço que não entrem em interlocução.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está a homenagear os bombeiros na cama!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, exprima-se, diga aquilo que pensa, mas não entre em debate direto com os Srs. Deputados, se não se importa.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Queria recordar todas as vidas perdidas nestes incêndios.

Nós precisamos de passar do luto e das palmas aos atos, garantir a quem combate os incêndios salários, subsídios e direitos robustos, correspondentes às exigências, às tarefas e às missões que lhes entregamos.

Portugal foi, uma vez mais, assolado por fogos florestais, enquanto muitos países da Europa central tinham de lidar com cheias intensas. Os efeitos das alterações climáticas fazem-se sentir cada vez com mais intensidade, e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (Organização das Nações Unidas) não para de nos alertar para a necessidade de tomar medidas efetivas.

Ora, isso implica que o País faça tudo para combater, para mitigar, para proteger, a população, o território, as cidades, as vilas e aldeias para os seus efeitos. É preciso tomar medidas corajosas. O populismo da extrema-direita, no qual não poucas vezes, infelizmente, o Sr. Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, também alinhou, não salva Portugal dos incêndios, não reduz o seu risco; serve somente para desviar as atenções, para evitar que se tomem medidas que tardam, que se confrontem, sim, os verdadeiros interesses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os incendiários são do Bloco!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Portugal não pode continuar a ter uma floresta do tipo deserto verde. Não podemos continuar a ser o País com maior área plantada de eucalipto.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é mentira!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Precisamos de uma reforma séria da floresta, que promova a biodiversidade, tenha espécies florestais autóctones, seja compatível com o desenvolvimento económico, com a agricultura, que crie emprego e que fixe a população. Temos de ter uma gestão associativa da floresta que permita gerir manchas florestais como um todo e providenciar riqueza aos seus proprietários.

Temos a obrigação de proteger o País dos fenómenos climáticos extremos, como os incêndios rurais, mas também urbanos. Para tanto, é preciso ouvir a ciência, calar o populismo da extrema-direita, persuadir o Primeiro-Ministro de que não vale a pena ir atrás das opções erradas, terminar com a irresponsabilidade de Governos como o de Miguel Albuquerque, que, convém aqui recordar, Sr.^a Deputada Rita Matias, conta com o apoio do Chega.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Do Bloco não, porque não tem lá ninguém!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Temos a obrigação de proteger o País dos fogos rurais e urbanos, ouvir a ciência.

Este é o nosso repto: reorganizar a floresta, reformar o território, valorizar os bombeiros.

Aplausos do BE.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não tem dinheiro para mandar fazer as bainhas?!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Muacho, que usará da palavra quando estiverem reunidas as condições.

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado Paulo Muacho. Dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: Nos últimos tempos, temos falado muitas vezes, e tem-se falado no debate público, de classes profissionais ofegantes. Portanto, hoje, se calhar, devíamos falar sobre políticos ofegantes.

O Chega marca este debate para falar sobre as falhas e responsabilidades no combate aos incêndios, ainda antes de sequer conhecermos o relatório que a Ministra da Administração Interna, quando foi à comissão falar precisamente sobre o mesmo assunto que estamos aqui a discutir, nos disse que iria apresentar.

Portanto, o Chega quer uma discussão sem ter, ainda, qualquer dado para a fazer.

Protestos do Deputado do CH Jorge Galveias.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Mas também é importante falarmos sobre o próprio Primeiro-Ministro, que vem a correr dizer que existem interesses que sobrevoam os incêndios no nosso País e que é prontamente desmentido pela Polícia Judiciária e pela GNR (Guarda Nacional Republicana). O Chega faz o mesmo aqui na Assembleia da República, utiliza exatamente os mesmos argumentos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parece a Joacine!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Aparentemente, só confia naquilo que as polícias nos dizem quando convém. Quando não convém à narrativa do Chega, empurramos isso para debaixo do tapete e dizemos aquilo que nos interessa.

Mas o Sr. Primeiro-Ministro também anuncia a criação de equipas especializadas de investigação criminal, equipas essas que já existem, que já estão criadas, e ignora completamente a denúncia dos próprios sindicatos, que dizem que as pessoas que estão alocadas ao combate aos incêndios e à investigação dos fenómenos criminais relacionados com os incêndios não têm os meios suficientes para o fazer.

Portanto, se calhar, deveríamos começar pelo básico, pelo óbvio: dar os meios, as capacidades técnicas e materiais suficientes a quem deve fazer o seu trabalho.

Mas, por fim, o Chega ainda nos brinda com o seu habitual negacionismo climático.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Há um enorme consenso entre todos, todos, os cientistas...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Todos e todas!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Todos são todos!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): —... sobre os efeitos das alterações climáticas e sobre os efeitos que as alterações climáticas têm no nosso País e, sobretudo, no fenómeno dos incêndios.

Ainda assim, o Chega faz o jogo do negacionismo climático e finge que isto não é um problema, que estamos apenas a falar de um problema penal.

Responsabilidades?! O Chega não tem interesse nenhum em responsabilidades ou em apurar falhas no combate aos incêndios.

Aplausos do L.

O Chega tem apenas interesse em fazer o debate com base em mentiras, com base no jogo do incendiarismo.

Protestos do CH.

É o incendiarismo do debate público e o jogo daqueles que pegam fogo ao País.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Joacine esteve muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Adormeces e acordas a pensar no Chega!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: Agora que o verão passou e que se aproxima o inverno é a altura para discutirmos a prevenção dos fogos florestais dos próximos anos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E para isso não é preciso inventar a roda.

Na sequência dos traumáticos incêndios do verão de 2017, muito se fez, muito se refletiu. Criaram-se comissões, fizeram-se relatórios, aprovaram-se recomendações. Mas aquilo que é importante durante o inverno é aferir o grau de execução das muitas recomendações que existem sobre a prevenção dos fogos florestais.

O debate que foi marcado para hoje tem que ver com os incêndios e as falhas no seu combate, e vale a pena ter uma discussão séria sobre esse assunto.

Ao contrário do partido proponente, entendemos que não é deitando gasolina no fogo que se combate o incêndio, mas antes, e sobretudo, vendo o que falhou nos combates que foram feitos.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Em primeiro lugar, quero enaltecer o trabalho dos bombeiros portugueses, das populações — que, pelos seus meios, como puderam! — e dos autarcas que se mobilizaram para combater os incêndios.

Creio que quando nos referimos à falta de meios dos bombeiros não os estamos a culpar, de maneira nenhuma. Nós precisávamos era de mais bombeiros e por isso é que é preciso incentivar o acesso à carreira de bombeiro. Mas, obviamente, quando o interior do País perde população e há um envelhecimento da população residente, é muito difícil que haja mais bombeiros onde não há mais população.

Relativamente àquilo que se passou, o importante é ouvir as pessoas, ouvir os bombeiros, ouvir os autarcas. E daquilo que foi possível apurar, há, de facto, aspetos que têm de ser melhorados, desde logo, a capacidade da mobilização dos meios de reforço. Houve muitas críticas sobre a forma como a Proteção Civil está organizada em termos territoriais — é preciso ouvir essas críticas.

Os bombeiros foram muito enfáticos relativamente à inadequação do modelo da criação de sub-regiões para combate aos incêndios, fazendo com que fosse necessário mobilizar bombeiros de muito longe para acorrer a uma situação quando havia bombeiros muito mais perto, em melhores condições de acorrer, e que não o fizeram devido à inadequação da divisão sub-regional que se criou. Tem de se refletir sobre isso.

Tem de se refletir igualmente sobre o papel da coordenação e o papel do comando. Temos ouvido muitas críticas, designadamente dos bombeiros, relativamente à forma como os bombeiros são privados do comando das operações, que são asseguradas pelos quadros da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil,

não sendo aqueles que estão em melhores condições de proceder a esse comando. Essa reflexão tem de ser feita.

Temos de atribuir o comando das operações a quem esteja em melhores condições para o fazer.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tal e qual!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É difícil não aceitar a ideia de que, efetivamente, são os bombeiros que estarão em melhores condições para assegurar o comando das operações desenvolvidas pelos bombeiros porque, obviamente, quando atua a GNR, o comando é da GNR, quando atuam os militares, o comando é dos militares. Não faz sentido que, quando atuam os bombeiros, o comando seja não se sabe bem de quem. Isso também tem de ser resolvido.

Em relação à questão logística, aí, sim, a Autoridade Nacional podia encarregar-se de garantir o apoio logístico, designadamente em matéria de alimentação, de combustível e de alojamento para os bombeiros que se deslocam para longe das suas áreas de intervenção para acorrerem a incêndios florestais.

Sintetizando, Sr. Presidente, há matéria que pode e deve ser discutida, mas, como disse no início, não é deitando gasolina no fogo que se combatem os incêndios.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Patrícia Carvalho, do Chega, que dispõe de 5 minutos e 30 segundos.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: Vou fazer um ponto prévio — o Presidente do Chega chegou atrasado ao debate, mas a verdade é que a líder do Bloco de Esquerda ainda não está cá. É este o respeito da extrema-esquerda por aqueles que morreram nos incêndios.

Aplausos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deve estar a dormir!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Isso é relevante para o País, hein?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não tens licença de parentalidade? Mete licença também tu!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Estão com saudades!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — A Ministra da Administração Interna revelou esta semana que 35 % dos incêndios registados este ano, e que destruíram 80 000 ha de área florestal,...

Protestos do CH e contraprotestos do BE e do L.

... tiveram como origem mão criminosa. A Polícia Judiciária deteve, inclusive, um homem que ateou três incêndios na zona de Cacia, em Aveiro. E, imagine-se, já tinha cumprido pena de prisão pelo mesmo crime.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — O Presidente da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais admitiu que o incendiarismo é a principal causa de incêndios no verão, e até disse que isto tem de ser objeto de tratamento policial.

No entanto, não é apenas a polícia que tem aqui um papel a desempenhar. Também nós, como legisladores, temos essa responsabilidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — E nós somos responsáveis porque esta Casa tem tido medo de alterar a legislação, tornando-a mais incisiva e, conseqüentemente, mais dissuasora da prática deste crime.

Aplausos do CH.

Foi por isso que o Chega deu entrada de um projeto de lei que prevê que um incendiário, sendo reincidente e com uma acentuada inclinação para a prática deste crime, deve ser punido com prisão efetiva, sendo-lhe ainda aplicado o regime sancionatório de combate ao terrorismo.

Por outras palavras, Srs. Deputados, um incendiário reincidente deve ser tratado como um terrorista, porque é isso que ele é, um terrorista.

Aplausos do CH.

É um terrorista porque destrói a nossa floresta, a nossa biodiversidade, os nossos solos e os nossos recursos hídricos. É terrorista porque mata pessoas, seja por divertimento, seja por interesses económicos ou por pura maldade. É terrorista e tem de ser tratado como um terrorista.

Aplausos do CH.

E uma vez que o Sr. Primeiro-Ministro prometeu mão firme para com os incendiários — a não ser que esteja, mais uma vez, a mentir —,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ouve bem!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — ... o Chega espera que o Governo tenha coragem para aprovar este projeto de lei do Chega, porque de promessas estão os portugueses fartos.

Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.

Do que os portugueses precisam é de medidas concretas que os ajudem e, sobretudo, os protejam.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, tem a palavra para uma intervenção, dispondo de 4 minutos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Olha, a Mariana ainda não chegou!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao debatermos novamente os incêndios, devemos, em primeiro lugar, prestar homenagem a todos aqueles que perderam a vida recentemente, quer a combater os incêndios quer os que foram por eles apanhados.

Efetivamente, tivemos mais uma vez, no nosso País, uma situação severa que não permitiu que se evitassem estas tragédias. Devemos salientar o empenho de todos aqueles — e foram muitos — que participaram neste combate desigual, desde logo os bombeiros, mas também as populações, os autarcas e o Governo.

Foi mobilizado o maior dispositivo de sempre. Foram acionados, em tempo, o Mecanismo Europeu de Proteção Civil e os acordos bilaterais, para que tivéssemos, para além do maior dispositivo de sempre de origem nacional, a colaboração imediata de outros países, que nos ajudaram a combater estes incêndios.

Ainda assim, é preciso dizer com toda a frontalidade e assumi-lo: não correu tudo bem e há questões a tratar. É sempre assim em termos operacionais e, com serenidade, devemos fazer esse balanço, tirar lições e fazer as correções necessárias.

Sabemos que há urgências, porque houve questões que não foram tratadas em tempo útil, desde logo, aquelas que dizem respeito ao tratamento dos bombeiros: o estatuto e a carreira, as retribuições que estão muito aquém daquilo que é justo para retribuir o esforço que os nossos bombeiros fazem, o desgaste rápido, as reformas, os impostos, os seguros e as compensações sociais.

Mas, também ao nível dos bombeiros, é preciso visitar a questão do financiamento das associações humanitárias detentoras de corpos de bombeiros e adequá-lo, sendo que essa adequação não foi feita durante muito tempo.

No terreno, há a questão do comando operacional, e não lhe podemos fugir. É diferente, no terreno, coordenar meios e comandar operacionalmente as forças de proteção civil. Não se pode confundir coordenação com comando, e essa clarificação tem de ser feita. E não tem de ser vista como uma oposição entre a Proteção Civil e os bombeiros, tem de ser vista, exatamente, como a capacidade de aproveitarmos as estruturas que temos, para dar a cada uma delas a função mais adequada de modo a que efetivamente funcionem.

Mas, para além do comando operacional, há outras questões no terreno que têm de ser revisitadas. Já aqui foi referido, e é verdade, sobre a questão territorial, que a reforma que foi feita, do nosso ponto de vista, foi mal feita e prejudicou a capacidade de resposta no terreno. A organização sub-regional não facilita, complica; não ajuda, dificulta. Por isso, é preciso revisitá-la. Tínhamos estabilizada uma organização distrital que coincidia com a organização da esmagadora maioria dos agentes de proteção civil e coincidia, desde logo, com a organização dos bombeiros. Complicou-se e piorou-se a capacidade de resposta no terreno.

Aquilo de que devíamos estar a tratar era da capacidade de termos zonas operacionais definidas, em que os corpos de bombeiros atuassem de acordo com as exigências do terreno, e não estarmos a complicar, do ponto de vista da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a sua organização.

Por outro lado, além de fortalecermos o combate, devemos olhar para as outras dimensões, desde logo, para a questão da lei e da sua aplicação. Durante muitos anos, eram muito poucos aqueles que eram efetivamente condenados pelo crime de incêndio florestal. Felizmente, essa realidade tem vindo a melhorar, mas ainda está distante daquilo que tem de acontecer em relação à responsabilidade que muita gente tem em tantos dos incêndios que acontecem no País. Não se trata de demagogia, trata-se de cumprir a lei e fazer aplicar as penas.

Por outro lado, temos a questão florestal em que é essencial a prevenção e ela só se faz com uma floresta gerida, mas uma floresta, para poder ser gerida, tem de ser uma floresta rentável. É esse o caminho.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil. Dispõe de 6 minutos para uma intervenção. Faça favor, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil** (Paulo Simões Ribeiro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Enquanto em Portugal existirem mortes a lamentar, qualquer debate neste Parlamento deve ser feito com o maior respeito por cada uma das pessoas, por todos os seus familiares, amigos e colegas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Deve ser feito honrando os nomes daqueles que, no combate aos incêndios, deram a vida pelas nossas vidas. Por isso, não posso deixar de recordar os bombeiros João Silva, Sónia Melo, Susana Carvalho e Paulo Santos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Morreram no carro! Com 40 anos!

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Mas devemos também lembrar aqueles cidadãos, a quem os fogos roubaram o futuro, e os feridos, a quem o fogo não poupou.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais 2024 teve, na sua fase mais crítica, a prontidão máxima possível, o que se traduziu, aliás, no maior empenhamento de meios de sempre, tendo evitado, devo dizer, que uma situação muito pior acontecesse, dada a severidade das condições meteorológicas, o número elevadíssimo de ignições, bem como a orografia do terreno e a sua densidade populacional.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Na realidade, quando, entre os dias 15 e 19 de setembro, se verificaram mais de 1000 ignições, das quais 400 em período noturno, estes dados, por si só, já representam bem o esforço e o stresse incrementado num sistema que, como qualquer outro, tem recursos finitos.

Associado a estas circunstâncias, importa assinalar que, este ano, cerca de 2200 ocorrências — ou seja, 35 % das ignições — foram resultantes de incendiarismo, resultando em cerca de 80 000 ha de área ardida, o que representa aproximadamente 60 % do total dessa mesma área ardida.

Importa que esta situação seja alvo de análise e da competente investigação, tendo já sido criado um grupo de trabalho para o fazer. Apesar de todo este quadro, os resultados obtidos decorreram de todo o esforço dos meios nacionais, bem como do contributo de meios ativados, logo no início, através do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia e disponibilizado, também, através dos protocolos bilaterais com o Reino de Marrocos e com o Reino de Espanha.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, apesar do peso da infelicidade que nos aconteceu, podem os portugueses saber que todas as mulheres, todos os homens e todos os meios à disposição estavam no terreno e atuaram no limite das suas capacidades.

Com a marcação deste debate, pretendeu o grupo parlamentar que o requereu trazer ao Plenário o debate sobre os incêndios e as falhas no seu combate. Deve o Parlamento, certamente, debater este tema, devem os portugueses saber o que aconteceu, como aconteceu e porque é que aconteceu. Contudo, permitam-me que acrescente que o debate não se esgota num agendamento de urgência ou em *soundbites* de ocasião ou de oportunidade.

O debate deve ser feito com base na seriedade do trabalho que se desenvolve todos os dias nos locais próprios. Este, ou qualquer debate, deve também salvaguardar a humildade necessária para evitar a demagogia fácil. Importa que saibamos também fazer a análise da complexidade dos problemas e causas por detrás dos incêndios rurais em Portugal.

Por isso, permitam-me remeter, como já bem o fez a Sr.^a Ministra da Administração Interna ainda há dois dias, quando foi ouvida na 1.^a Comissão, para a análise dos relatórios já solicitados e que permitirão identificar os aspetos positivos e aqueles que deverão ser melhorados.

É que, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não podemos só falar genericamente sobre o período de setembro e os seus incêndios, temos de perceber, avaliar a gestão dos fogos rurais, da proteção de pessoas e bens e todas as suas fases, o que implica ter uma panorâmica completa de todo o sistema.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Proteção Civil**: — Quando este Governo tomou posse, sendo que a diretiva financeira já estava aprovada, foram desenvolvidos todos os esforços para a garantia e o robustecimento de uma melhor resposta a este flagelo que são os incêndios rurais. Para além do reforço de meios humanos, terrestres, aéreos e de equipamentos, retomámos e concretizámos o processo de aquisição, através do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, de dois aviões *Canadair*, que estarão operacionais em 2029.

Permitam-me que não termine sem deixar uma palavra para todos os agentes de proteção civil, bem como para as forças de segurança e para os nossos militares, mas, em particular, para todos os nossos bombeiros. Apesar das muitas e sérias questões que carecem de discussão e resolução, que este Governo procura continuamente tratar e para os quais já demonstrou sinais inequívocos do seu compromisso, importa enaltecer e agradecer todo o esforço de cada um dos homens e mulheres que contribuem diariamente para o cumprimento das funções e proteção de socorro de todos os portugueses.

Permitam-me, ainda, transmitir uma palavra de agradecimento e de reconhecimento a todas as populações e autarcas que, nos seus municípios e freguesias, dão um contributo inestimável na proteção das suas populações e dos seus territórios.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, permitam-me, por fim, enfatizar que este Governo tudo fez e tudo fará para melhorar o que deve e pode ser melhorado, tudo fez e tudo fará para aprender com os eventuais erros que sejam identificados para, depois, os corrigir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Dispõe de 1 minuto. Faça favor.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também o Sr. Ministro, o Sr. Secretário de Estado, as Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate que aqui temos hoje é da maior importância, mas, ano após ano, discutimos este tema, identificamos os problemas dos grandes incêndios e continuamos a falhar na prevenção.

Aliás, ainda antes deste verão, o Governo foi questionado sobre este mesmo assunto e nada foi feito para uma maior dimensão da prevenção. Basta olharmos para aquilo que nos dizem os números: entre 2021 e 2023, o incendiário representou mais de 19 % do total de incêndios registados e foi responsável por 62 % de toda a área ardida, resultando em incêndios em que arderam mais de 50 ha.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não foram acidentes, estamos a falar de fogo posto e cuja tendência é preciso reverter. Não podemos continuar a ter menos incêndios, mas mais devastadores, e continuar a colocar a responsabilidade apenas nas alterações climáticas. Com 145 000 ha ardidos, mais nove vidas humanas perdidas, bem como um número incalculável de animais selvagens e de companhia, é, por isso, urgente garantir que Portugal é mais resiliente aos efeitos das alterações climáticas.

Isto não se coaduna com a visão que o próprio CDS nos trouxe, há pouco, de uma floresta apenas económica.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É, é! É a melhor maneira!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Temos de ter um mosaico biodiverso, precisamos de garantir a proteção dos ecossistemas e dos *habitats*, porque, se não os preservarmos e continuarmos a ter Portugal como uma caixa de fósforo a arder, não vamos combater este flagelo.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho inscrições...

Pausa.

Afinal, tenho, do Sr. Deputado Ricardo Pinheiro, do Partido Socialista. Dispõe de 1 minuto e 11 segundos. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ricardo, fala na barragem do Pisão!

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O ano na floresta não tem 365 dias, diria mesmo que o ano na floresta começou precisamente nos primeiros dias de outubro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS disse que começava em setembro!

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Mas, de facto, quando há dois dias, na comissão de acompanhamento da revisão e reprogramação do PEPAC (Plano Estratégico Nacional para a Política Agrícola Comum), o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas retirou mais de 50 % às verbas aplicadas no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum à proteção da floresta, de facto, as coisas não começam bem.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — PEPAC! Está lá!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — O Governo do Partido Socialista deixou nessa rubrica 274 milhões de euros, mas, depois na proposta do PSD ficaram 153 milhões de euros.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Baixaram!

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Sr. Ministro, as coisas não estão a correr bem porque quiseram resolver as coisas à pressa. O Sr. Ministro pode comprometer a replantação de espécies autóctones, como os carvalhos, os freixos, o sobreiro, a azinheira, uma vez que nessa rubrica existiam 53 milhões de euros e hoje ficaram 26,4 milhões de euros. Também o mosaico florestal ficou seriamente comprometido pelo corte de verbas de, sensivelmente, 50 %.

A floresta portuguesa representa mais de 7000 milhões de euros, sabemos bem a importância...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já não está a ser gravado nem ouvido.

Não havendo mais inscrições, vou dar a palavra, para a última intervenção, ao Sr. Deputado Pedro Frazão, do Chega. Dispõe de 2 minutos e 55 segundos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, Portugueses: Esta Nação tem Primeiros-Ministros mentirosos há tempo demais.

Aplausos do CH.

Antes, António Costa prometeu a maior reforma florestal desde D. Dinis e não aconteceu;...

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

... prometeu que o cadastro seria feito e não está feito; mandou comprar, por centenas de milhões de euros, o SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal), que sempre falha; e mandou comprar os *Kamov*, que já nem estão em Portugal, prometendo a operacionalidade que não apareceu.

Agora, Luís Montenegro prometeu dois aviões pesados para a Força Aérea Portuguesa...

Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.

... e prometeu perseguir os criminosos que incendeiam as florestas. Os aviões não apareceram e ninguém foi atrás dos criminosos.

Não sei porque não mudou nada, não mudou nada que já não existisse, nem na investigação policial, nem na estrutura judiciária, nem nas molduras penais. Luís Montenegro mentiu!

Protestos do PSD, tendo Deputados batido com as mãos nos tampos das bancadas.

E o País? Mais uma vez, o País ficou de luto...

Aplausos do CH.

Mais uma vez perdemos vidas humanas: nove vidas humanas perdidas. Se em 2017...

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa por interromper.

Essa não é maneira de exprimir alguma situação de contrariedade em relação ao que está a ser dito, portanto, peço aos Srs. Deputados que ouçam. Srs. Deputados, aí na bancada do PSD, agradeço o favor de ouvirem com atenção o Sr. Deputado.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

É um facto que os aviões não apareceram e Luís Montenegro não foi atrás de ninguém, portanto, Luís Montenegro mentiu.

Protestos do Deputado do PSD Emídio Guerreiro.

E o País? Mais uma vez, o País ficou de luto, mais nove vidas humanas perdidas. Se em 2017 morreram 119 pessoas, de lá até hoje morreram mais 51. Sim, o Sr. Presidente da República foi ao enterro e, sim, esta Câmara fez 1 minuto de silêncio, mas isso serve mesmo para quê, Srs. Deputados?

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

Para aliviar as consciências dos que têm responsabilidade de continuar, ano após ano, a mentir ao País? Mais nove portugueses morreram queimados, milhares de animais morreram carbonizados, centenas de casas e fábricas foram destruídas e 135 000 ha foram perdidos e ninguém com responsabilidade se demitiu, Sr. Secretário de Estado, nem sequer colocou o lugar à disposição.

No passado dia 24 de julho, o Sr. Secretário de Estado aqui presente veio, também, a esta Casa garantir-nos que o dispositivo de combate era estável, robusto e suficiente. Mas, então, agora, quando os incêndios ocorreram, não vimos os 14 000 bombeiros no terreno, nem as 3 000 viaturas, nem os 72 meios aéreos. A culpa não pode morrer solteira.

Às famílias das vítimas, o que dizemos agora é que a indemnização máxima que lhes podemos dar são 205 000 €. Sim, os bombeiros vão receber quatro vezes menos do que o cidadão estrangeiro que morreu no SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — A República perdeu a nossa confiança, mentira após mentira, morte após morte. Foram Primeiros-Ministros mentirosos que nos trouxeram até aqui, mas nós, o povo, estamos fartos. Já chega! Saiam da frente, deixem passar a verdade!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Encerrado que está este ponto da ordem do dia, vamos passar ao segundo ponto, que consta da Proposta de Lei n.º 22/XVI/1.^a (GOV), agendado conforme a alteração feita ontem, com o acordo dos grupos parlamentares.

Pausa.

Srs. Deputados, este compasso de espera deve-se ao facto de o Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial estar com um atraso de 7 minutos.

Temos duas hipóteses: uma é debater o ponto três antes do ponto dois...

Pausa.

Está a ser sinalizado à Mesa que o Sr. Ministro já chegou.
Foi mais veloz que o *Pepe Rápido!*...

Pausa.

Srs. Deputados, está presente um Sr. Ministro... Tenho dificuldade em perceber a linguagem gestual que está a ser feita, ou às vezes não tenho e ela é inadequada.

Pausa.

O Sr. Ministro para o debate deste ponto não está presente, quem chegou foi o Sr. Ministro da Presidência, para o debate do terceiro ponto da agenda.

Pausa.

Portanto, temos duas hipóteses: se os grupos parlamentares permitirem, passamos à discussão do ponto três; caso contrário, terei de interromper os nossos trabalhos.

Pausa.

Para passarmos ao ponto três era necessário que todos os grupos parlamentares tivessem os respetivos oradores, e tenho indicação de que há grupos parlamentares que não têm cá os Srs. Deputados para intervir nesse ponto.

Pausa.

A segunda alternativa é interromper os trabalhos pelo tempo suficiente para que chegue o Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial.

A Mesa foi informada de que serão necessários mais 7 minutos, pelo que proponho que se interrompam os trabalhos por 10 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Vamos beber café!

O Sr. **Presidente**: — Não há hipótese de fazer de outra maneira!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Peço a palavra para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, se todos os grupos parlamentares estiverem de acordo — não faço ideia se estarão ou não, mas coloco isto à consideração, para podermos evoluir nos nossos trabalhos —, sugeria que pudéssemos fazer a alteração do ponto dois para o ponto três, isto se estiverem presentes os Deputados para intervir.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não ouviu o que eu disse.

A Mesa está informada de que nem todos os grupos parlamentares estão em condições de poder intervir, e por isso interrompo os trabalhos por 10 minutos, à espera de que o Sr. Ministro chegue.

Eram 10 horas e 11 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Penso que já estão presentes todos os grupos parlamentares, falta apenas a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

Dou as boas-vindas ao Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial.

Estamos, então, em condições de entrar no ponto dois da nossa ordem do dia, que consiste no debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 22/XVI/1.^a (GOV) — Estabelece medidas de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024 e dos Projetos de Lei n.ºs 295/XVI/1.^a (PAN) — Aprova um regime excecional de endividamento municipal aplicável às despesas destinadas a fazer face aos prejuízos causados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024, 296/XVI/1.^a (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que aprova o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental no sentido de aditar medidas de proteção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios, 300/XVI/1.^a (PCP) — Reforça medidas urgentes de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024, juntamente com a apreciação dos Projetos de Resolução n.ºs 306/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo um plano de ação para a renaturalização, gestão florestal sustentável e prevenção de incêndios nas áreas aridas em Portugal, 307/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a suspensão temporária da atividade cinegética em todas as áreas aridas e confinantes do território nacional para a recuperação da fauna e dos seus *habitat* naturais após os incêndios florestais e a implementação de programas de alimentação e abeberamento para a fauna selvagem afetada, 308/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove medidas de apoio aos municípios afetados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024, 309/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias junto da Comissão Europeia para assegurar a intervenção do Fundo de Solidariedade da União Europeia com vista ao financiamento das medidas de resposta aos prejuízos causados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024, 336/XVI/1.^a (BE) — Intervenção urgente nas áreas aridas nos incêndios de setembro de 2024 para apoio às populações, estabilização dos solos e reconversão florestal e 339/XVI/1.^a (L) — Recomenda o apoio às populações e o desenvolvimento e implementação de um plano integrado de restauro ecológico e prevenção de incêndios.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, que dispõe de 7 minutos.

O Sr. **Ministro Adjunto e da Coesão Territorial** (Manuel Castro Almeida): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero começar por pedir desculpa à Câmara pelo meu atraso, sendo certo que foi um erro de comunicação. A minha agenda dizia que eu devia estar cá uma hora depois, portanto não foi nenhuma desconsideração pela Assembleia, e é só isso que quero deixar claro.

Quanto ao ponto que me traz aqui, que tem a ver com os incêndios do passado mês de setembro, logo que ficou claro que tínhamos uma grande vaga de incêndios, a partir do dia 15 de setembro, o Governo levou muito a sério a sua obrigação, o seu dever de se aproximar do problema, contactar as populações e tentar resolver os problemas o mais rapidamente possível.

Quando acontece uma tragédia destas é preciso agir na hora, porque há pessoas que ficam sem nada, sem condições de sobrevivência, e é preciso garantir essas condições mínimas de dignidade e de solidariedade humana.

Por isso, o Sr. Primeiro-Ministro incumbiu-me de ir para o terreno com um grupo de secretários de Estado de diferentes áreas — da Saúde, da Economia, da Inclusão Social, do Ambiente, das Infraestruturas — para, sobretudo, contactar com os autarcas e, em primeira mão, articular com eles a forma de fazer chegar rapidamente o apoio às pessoas.

A nossa preocupação nesse dia era a de que as pessoas tivessem o que comer, o que vestir, onde dormir e que tivessem o mínimo de previsibilidade acerca do seu emprego, quando era a fábrica que tinha ardido, ou da sua casa, quando era a casa que tinha ardido.

Quero aqui dizer aos Srs. Deputados que todos os autarcas que contactámos, de todos os partidos, manifestaram uma excelente disponibilidade para colaborar com o Governo e estiveram absolutamente à altura das circunstâncias. Como é dever de quem é eleito de proximidade, eles foram os primeiros a socorrer, a chegar perto das populações.

Logo no primeiro Conselho de Ministros que se seguiu aos incêndios, o Governo aprovou um conjunto de medidas — nas áreas da saúde, da inclusão social, da habitação, da recuperação económica, da agricultura, da recuperação dos equipamentos e infraestruturas que tinham ardido, da floresta — para apoiar as vítimas, e, nesse mesmo Conselho de Ministros, foi aprovada uma dotação de 100 milhões de euros para socorrer imediatamente as vítimas dos incêndios.

É sabido que tinha havido contactos do Sr. Primeiro-Ministro com a Sr.^a Presidente da Comissão Europeia para facilitar a transferência de um valor até 500 milhões de euros de fundos europeus para poder acorrer às dificuldades destes incêndios. Mas, entretanto, como este processo dos fundos europeus demora ainda algum tempo, o Orçamento do Estado disponibilizou imediatamente 100 milhões de euros.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Coesão Territorial**: — E essa transferência, ao que me dizem, ocorreu no menor tempo de que há memória no Ministério das Finanças.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Coesão Territorial**: — Dois dias depois, estava o dinheiro na conta das comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), que já têm os 100 milhões de euros para poderem começar a processar pagamentos imediatamente.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Coesão Territorial**: — Posso informar a Câmara de que, hoje mesmo, começarão a ser entregues os primeiros apoios financeiros aos agricultores que foram lesados por estes incêndios, e terei o gosto de acompanhar o Sr. Primeiro-Ministro para, em Penalva do Castelo e em Albergaria-a-Velha, fazer a primeira entrega de apoios a algumas dezenas de agricultores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Está a decorrer um processo de levantamento e avaliação de danos, e, como já é sabido, no caso das casas, a nossa ideia é de que os apoios sejam diretamente entregues aos proprietários, se eles quiserem e tiverem condições de tomar a responsabilidade de as recuperar, ou então às câmaras municipais, para fazerem elas esse trabalho.

É justamente por isso, e porque havia matérias que não eram da competência do Governo, que trazemos aqui, hoje, uma proposta de lei que tem a ver com três pontos que são reserva de competência da Assembleia.

O primeiro é no sentido de isentar os contratos que não de ser feitos entre as CCDR e as câmaras municipais para os apoios à reconstrução de casas ou de fábricas. Como bem sabem, sempre que há contratos de cooperação entre o Estado e as autarquias locais, é necessário haver uma autorização do Ministério das Finanças e do ministro que tutela as autarquias locais. O que queremos, aqui, é reconhecer que há condições objetivas de igualdade entre as câmaras municipais para poderem fazer estes contratos, dispensando a intervenção do Governo.

O segundo ponto é para isentar de IVA (imposto sobre o valor acrescentado) as doações de rações para animais que várias empresas fizeram logo a seguir aos incêndios. Há contactos normais entre as empresas fornecedoras e os seus clientes, e os fornecedores sentiram que, em muitos casos, se justificava fazer doações

para que os animais não morressem à fome e quando os agricultores não tinham dinheiro para pagar. Portanto, é bom isentarmos de IVA estas doações.

Finalmente, o terceiro ponto que está em causa diz respeito à dispensa de visto prévio do Tribunal de Contas para os contratos que vão decorrer da intervenção do Estado nestas obras. O caso mais óbvio será o dos contratos da empreitada que as câmaras municipais hão de fazer com empreiteiros para a reconstrução das casas. Precisamos de isentar estas obras do visto do Tribunal de Contas para que as casas sejam recuperadas o mais rapidamente possível.

São portanto situações de emergência que justificam soluções de emergência, também, para as vítimas destes incêndios, que merecem toda a nossa atenção.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem três pedidos de esclarecimento, a que responderá em conjunto com o tempo que tem disponível.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 2 minutos para pedir esclarecimentos. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em face da situação vivida em setembro, compreende-se a urgência da proposta de lei do Governo, e das restantes iniciativas, como forma de dar resposta às populações e que merece, obviamente, a nossa aprovação. Mas nós gostávamos de olhar para o futuro, e não podemos deixar de relembrar que está no programa da AD (Aliança Democrática) um conjunto de medidas para a valorização económica das florestas e do mundo rural, bem como para a proteção civil e os bombeiros.

A pergunta que lhe faço é simples: considerando a multiplicação de grupos de trabalho do Governo e comissões eventuais na Assembleia da República propostas pelo PSD, quantos mais grupos de trabalho ou comissões eventuais precisam de ser criados para o Governo começar a implementar o seu próprio Programa, cujas medidas no sentido de valorização económica do território e da profissionalização dos bombeiros seriam ferramentas cruciais na prevenção dos incêndios?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria José Aguiar, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, dia 16 de setembro, às 7 horas da manhã, a minha família e eu fomos obrigados a prepararmo-nos para abandonar a casa. Cães e gatos nas caixas de transporte, mochila com uma muda de roupa... Mas, afinal, não conseguimos ir para lado nenhum... Albergaria-a-Velha estava cercada pelo fogo.

Tal como eu, milhares de cidadãos deste concelho ficaram impossibilitados de fugir. Não havia saída. O que nos restou? Arregaçar as mangas, tapar o rosto com um pano molhado e, com baldes e mangueiras, ajudarmo-nos uns aos outros e aos bombeiros.

De facto, a solidariedade humana é infindável, e percebi o que motiva e sente um bombeiro quando se disponibiliza de corpo e alma a esta tão nobre missão, quando substitui o sentimento de medo e perigo pela coragem, pelo ímpeto de agir e de proteger os bens e as pessoas, pondo em risco a própria vida pelo bem comum.

Do dia 15 ao dia 19 de setembro arderam mais de 100 000 hectares no País. Aveiro, o meu distrito, foi dizimado. Os prejuízos materiais foram muitos, e continuam a somar; os pessoais são incomensuráveis.

Sr. Ministro, eu vivi, eu senti, eu percorri todos os concelhos, todas as aldeias no meio destas serras que foram, literalmente, cercadas pelo fogo. Ouvi as pessoas, os empresários, vi as lágrimas nos olhos de quem perdeu o trabalho e sacrifício de uma vida, ouvi os bombeiros voluntários que, frustrados, não conseguiram socorrer a tantos e tantos pedidos.

E vem agora o Governo anunciar pomposamente mais um grupo de trabalho?! Um grupo de trabalho para analisar a carreira e formação dos bombeiros?! Mais um? Não é à toa que este Governo é já conhecido por ter criado mais grupos de trabalho em seis meses do que o último Governo do PS.

Aplausos do CH.

Para quê, pergunto! De quanto mais tempo vão precisar para arregaçar as mangas, como eu e milhares de pessoas fizemos nestes dias, e proporcionar aos nossos bombeiros tudo aquilo por que há muito esperam e legitimamente merecem, claramente diagnosticado, para que não haja mais mortes como as que ocorreram neste fatídico mês de setembro?

Por último, pergunto-lhe, em jeito de conclusão, quando é que passa do grupo de trabalho ao trabalho de grupo, com e em prol dos bombeiros portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Amílcar Mesquita, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Amílcar Almeida** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, quero felicita-lo pela forma tão célere como o Governo, desde a primeira hora, acompanhou a situação dos incêndios e tomou medidas concretas para mitigar os efeitos sentidos pelas populações. Não há memória de um Governo ter atuado de forma tão próxima junto das populações, dos agricultores, dos produtores florestais, dos industriais e outros agentes económicos e dos autarcas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Amílcar Almeida** (PSD): — Ninguém foi esquecido.

Sr. Ministro, tenho experiência autárquica suficiente para lhe deixar aqui algumas preocupações que senti enquanto autarca. Na sequência dos fogos rurais que decorreram em julho de 2022, os contratos-programa para recuperação de áreas ardidas e estabilização de emergência na região de Trás-os-Montes foram apenas assinados em fevereiro de 2023, sete meses depois, entre os municípios afetados pelos incêndios, Fundo Ambiental e ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas). As operações florestais previstas incluíam, entre outras, a estabilização de emergência para evitar derrocadas e escorrimentos superficiais pós-incêndio e o corte da madeira ardida junto às linhas de água e à rede viária.

É do conhecimento público que existe uma janela de oportunidade muito curta para a estabilização de emergência, nomeadamente para as ações de combate à erosão e correção torrencial, medidas fitossanitárias e recuperação de infraestruturas, ações a implementar ainda com maior urgência quando estamos perante territórios em que os caminhos e linhas de água estão inseridos em áreas de declive superior a 25 %.

Sr. Ministro, assim sendo, deixo-lhe as seguintes questões: estão acauteladas as medidas de implementação em tempo útil das ações de estabilização de emergência? Foram revistos os valores unitários das operações florestais de estabilização de emergência? Isto porque, volvidos mais de dois anos, ainda há municípios onde essas intervenções estão por executar, em virtude do desfasamento dos valores de referência utilizados pelo ICNF, comparativamente aos valores correntes no mercado.

Por fim, uma última questão: a quem irá competir o procedimento de contratualização pública adequada à despesa inerente?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Amílcar Almeida, e peço desculpa pelo lapso na sua identificação.

O Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial dispõe de 1 minuto e 8 segundos para responder, isto porque a Iniciativa Liberal dispensou 1 minuto ao Governo. Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro Adjunto e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, deixe-me dizer-lhe que o Governo, na reunião do Conselho de Ministros sobre os incêndios, tratou de duas áreas totalmente distintas. Uma parte da reunião foi para tratar de acorrer às vítimas dos incêndios, recuperar prejuízos, indemnizar cidadãos, criar condições de normalidade às pessoas afetadas; na outra parte, tratámos do futuro.

E, para tratar do futuro, quero dizer-lhe que não constituímos nenhum grupo de trabalho. Pelo contrário, ficou incumbido o Sr. Ministro da Agricultura de recolher os textos, as propostas, os estudos académicos e científicos que existem sobre a forma de valorizar a floresta, e ele vai apresentar ao Conselho de Ministros, dentro de três meses, um plano de ação detalhado, calendarizado com metas, com objetivos, com resultados, com dotações financeiras, com cronograma, para conseguirmos dar valor à floresta.

Só resolvemos o problema dos incêndios quando a floresta tiver valor, e quando ela tiver valor deixará de arder.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 2 minutos.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ex.^{mo} Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Ministros: Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, permita-me que lhe diga que a floresta já tem valor, um valor absolutamente incalculável tendo em conta a importância que tem para a nossa própria sobrevivência.

É escusado falarmos aqui dos impactos dos incêndios que assolaram de norte a sul o País, referimos isso mesmo, há pouco, no debate, mas este incêndio mostrou-nos o quão urgente é mudarmos o paradigma da gestão florestal e libertarmos a floresta, que está neste momento capturada pelo lóbi das celuloses e pela monocultura.

O debate de hoje traz-nos medidas de curto prazo que são essenciais e complementares. Pelo menos da parte do PAN, apresentámos um conjunto de medidas que são complementares, não só, às propostas que o Governo está a pôr no terreno, como também a esta proposta de lei que nos traz.

Saudamos a importância de ter IVA zero nas doações relativas à alimentação animal, que é também uma dimensão muito relevante, mas é preciso ir mais longe. Precisamos de um plano de ação para a renaturalização — algo que o PAN propôs — que garanta uma gestão florestal sustentável e que aposte também no restauro ecológico, e não na mera renaturalização, em linha com a própria Lei do Restauro da Natureza, da União Europeia, não só para que se possa aproveitar a ocasião para fazer este restauro, mas também para dar cumprimento a um imperativo do ponto de vista do direito da União.

Não podemos esquecer nem perder de vista que o relatório apresentado ontem pela WWF (World Wide Fund for Nature) nos diz que as populações de animais diminuíram 73 % só no último meio século, e, por isso mesmo, propomos também a suspensão temporária da atividade cinegética em todas as áreas ardidas. Este não é um capricho do PAN, é uma medida essencial, dado que os estudos científicos nos dizem que a exposição dos animais aos incêndios traz elevados níveis de stresse e exige tempo de readaptação, algo que a caça não só não permite como contribui para o seu agravamento.

Por outro lado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queremos ajudar os municípios a terem meios para apoiar as pessoas e as empresas afetadas pelos incêndios e a reconstruírem as infraestruturas municipais destruídas. Só em Águeda, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga os estragos ascenderam a 91 milhões de euros, quando o Fundo de Apoio Municipal fixado no Orçamento do Estado para acudir a estes prejuízos tem um valor de apenas 6 milhões de euros. Ora, aquilo que se pretende é que haja, não só, mais verbas disponíveis, como também o aumento dos limites do endividamento.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado António Pinto Pereira, do Chega, que dispõe de 3 minutos e 45 segundos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Cabe-me apresentar uma iniciativa do Chega que visa introduzir medidas de proteção dos povoamentos florestais percorridos por incêndios, por aditamento ao Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro. Este diploma, que aprova o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental, revogou um outro diploma com o mesmo objeto, que previa um conjunto de proibições aplicáveis a terrenos sujeitos a incêndio florestal, sendo a mais importante a proibição pelo prazo de 10 anos, entretanto erradicada do texto legal.

São essas ações que o Chega pretende repor, ao instituir nova proibição pelo prazo de 10 anos. O texto culmina com a nulidade de qualquer ato administrativo que viole aquela proibição.

Ao mesmo tempo, propomos o aumento da duração máxima das penas acessórias das contraordenações aplicáveis, de dois para cinco anos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Estamos convictos de que constitui uma forma de desincentivar quem provoca incêndios rurais saber que a terra queimada não pode ser alvo de qualquer ação economicamente relevante e rentável durante um período.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, passou mais um ano, quase 150 000 ha ardidos, um conjunto de investimentos de toda uma vida arrasados, com bens destruídos, propriedades perdidas e perdas lamentáveis em vidas e em saúde, traduzidas em 175 feridos — alguns graves — e nove mortos, entre os quais se encontram a Sónia, a Susana e o Paulo, da corporação de bombeiros de Vila Nova de Oliveirinha, cuja homenagem aqui renovo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Só os incêndios deste ano deixaram um rastro de destruição profunda nas regiões de Viseu, Dão, Lafões, Tâmega e Vale do Sousa, Aveiro, distrito de Coimbra, Área Metropolitana do Porto, Alto Tâmega e Ave, Região Autónoma da Madeira. Atingiram as regiões do Norte e Centro do País, marcadas pela retração das atividades tradicionais e agravadas pelo envelhecimento da população, com políticas erradas que potenciam o abandono do meio rural e do setor primário, multiplicando as áreas sem gestão de matos e de florestas.

Srs. Deputados, tudo o que possamos fazer para ajudar a neutralizar uma das maiores tragédias que grassa entre nós será sempre pouco, perante a dimensão das suas consequências no País e nas pessoas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Fabian, quando chegar a Mariana, bate-lhe palmas, por ter conseguido chegar!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Está com saudades!...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Quero deixar uma saudação às famílias das vítimas, aos bombeiros, aos autarcas, aos trabalhadores dos serviços da administração local e central, aos produtores agroflorestais e a outros empresários.

Em meados de setembro, em escassos dias, incêndios rurais de especial severidade, extensão e complexidade percorreram áreas agrícolas, de mato e povoamentos florestais em sete dezenas de concelhos nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Não estão ainda disponíveis os dados do relatório mensal do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, mas notícias diversas apontam para uma área ardida, só por esses dias, superior a 120 000 ha. Sabemos que, a somar às grandes áreas agrícolas e florestais percorridas pelo fogo, inúmeros agricultores, hortofloricultores, produtores florestais, industriais, mecânicos e famílias perderam ou viram seriamente afetadas alfaias, instalações agrícolas, estufas, armazéns de madeiras, máquinas, instalações industriais e oficinas, automóveis de clientes e até casas, casas de viver ou casas de suporte à agricultura. Muitos perderam ou viram afetados os meios de rendimento e de subsistência, houve feridos e também mortos, que aqui temos lembrado, mas ainda outros que sofreram danos psicológicos de recuperação complexa.

São necessárias medidas de emergência para mitigar sofrimentos e danos e garantir os apoios necessários às vítimas e ao renascimento das múltiplas atividades atingidas por estes incêndios.

No seu projeto de lei, em complemento às medidas já aprovadas pelo Governo, algumas das quais estão aquém do necessário, o PCP aponta o alargamento do apoio às vítimas e ações do território em função das múltiplas necessidades identificadas em domínios que vão da garantia de rendimentos à saúde, das intervenções de emergência para a contenção de solo e proteção de recursos hídricos à reposição do potencial produtivo nas mais diversas atividades económicas, em particular a floresta.

De entre as medidas que propomos, gostaria de destacar o acesso gratuito, garantido e expedito às consultas da especialidade necessárias; a dispensa gratuita de medicamentos, produtos tópicos e ajudas técnicas; os apoios às famílias que perderam as suas fontes de rendimento; a participação em 100 % na recuperação das habitações, até 250 000 €; apoios extraordinários às entidades gestoras de baldios afetados; a reconstrução de edifícios; apoios de compensação à perda de colheitas; parques de salvados; e planos de estabilização de emergência para a contenção de solos e a proteção de recursos hídricos, ainda mais urgentes em face das condições meteorológicas, que já estão a ser manifestamente adversas, com a erosão acelerada e o carreamento de cinzas para linhas de água.

Urge agir já! Por isso, Srs. Deputados, se aconselha a passagem destas medidas à discussão na especialidade.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Aproveito para anunciar à Câmara que está a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 60 alunos e professores do Colégio Integrado Monte Maior, de Loures.

Aplausos gerais.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, tem 4 minutos para uma intervenção. Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro: Os incêndios deste verão deixaram um grande rasto de destruição, com mais de 135 000 ha de área ardida, e temos a lamentar a morte de nove pessoas, mais de uma centena de feridos e dezenas de casas destruídas.

O Bloco traz hoje a discussão uma proposta que visa garantir uma rápida execução dos apoios à reconstrução das casas — uma urgência —, apoios a toda a atividade económica afetada, um plano urgente para a estabilização dos solos das áreas ardidas, que evite a erosão, as derrocadas, as contaminações dos cursos de água pelas cinzas e que proteja o potencial nutritivo dos solos.

Precisamos também de promover — e é esse o objetivo do projeto — a reconversão ecológica e o reordenamento florestal, tornando a floresta mais resiliente aos incêndios e, por isso mesmo, mais segura para as populações, mais segura para a economia portuguesa, com um programa que evite a disseminação de acácias e eucaliptos de forma desordenada nas áreas ardidas e que financie o seu arranque.

Não posso terminar esta intervenção, no entanto, sem fazer dois pedidos ao Sr. Ministro.

Queria pedir ao Sr. Ministro que soprasse ao ouvido do Primeiro-Ministro que, em matéria de ignições de incêndios, devia seguir o que nos ensinam a ciência e instituições como a GNR e a PJ (Polícia Judiciária), que conduzem a investigação criminal, e que dispensasse as teses populistas irresponsáveis.

E queria também pedir ao Sr. Ministro que soprasse ao ouvido do Sr. Primeiro-Ministro que tentar condicionar a atividade de jornalistas é próprio de chefes de Governo como Viktor Orbán ou Nicolás Maduro...

Risos do CH.

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e muito pouco próprio de Primeiros-Ministros de países democráticos.

Aplausos do BE.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O defensor do Maduro! Defesa da Venezuela e do Irão!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Já nem me dou ao trabalho de te ouvir!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Só dizes disparates!

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, que dispõe de 4 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Ministros: A nossa primeira palavra é para as vítimas dos incêndios deste verão, para as suas famílias e para os milhares de bombeiros e bombeiras, membros da Proteção Civil e tantos civis que corajosamente combateram as chamas.

É agora hora de apoiar as famílias, apoiar quem perdeu a sua casa, apoiar quem perdeu o seu modo de sustento; mas também é hora da prevenção, prevenção imediata e prevenção de médio prazo. E é por isso que o Livre traz hoje, aqui, a discussão um projeto de resolução que destaca a necessidade de um apoio efetivo às populações que sofreram com os incêndios, mas também a importância de desenvolver e implementar um plano integrado de restauro ecológico e de prevenção de incêndios.

A realidade é que, após um incêndio, o restauro e a recuperação dos ecossistemas e a reabilitação das áreas afetadas não são apenas uma questão ambiental, mas também uma questão social e económica e, sobretudo, uma prevenção de futuras catástrofes.

A geografia do País, o interior cada vez mais despovoado, as políticas de ordenamento do território, o modo como a propriedade dos terrenos está organizada, a sua desvalorização, a falta de meios de combate são razões que levam a que o verão seja, muitas vezes, sinónimo de incêndios. E isto tem vindo a ser agravado pelas alterações climáticas. Temos, e teremos, cada vez mais dias de ondas de calor e também mais fenómenos extremos, como as tempestades e chuvas intensas.

Por isso, é preciso, no imediato, minimizar os impactos decorrentes de um fogo. É preciso, depois de um grande incêndio, agir rápido e estabilizar os solos antes das chuvas torrenciais. Em setembro de 2022, as chuvas torrenciais que se abateram no centro de Portugal provocaram danos em algumas áreas da serra da Estrela, com encostas particularmente fragilizadas pelos fogos do mês anterior. Portanto, é muito urgente que quaisquer medidas de estabilização dos terrenos decorram antes deste inverno.

É preciso também a prevenção de longo prazo, e isso faz-se com restauro ecológico, que não só combate os efeitos dos incêndios como também garante a regeneração dos *habitats* e a recuperação da biodiversidade. É essencial priorizarmos a reintrodução de espécies nativas e o reflorestamento com árvores autóctones, para aumentar a resiliência ao fogo.

Num cenário pós-fogo, o restauro é ainda mais importante, porque, ao criarmos ecossistemas mais equilibrados e menos inflamáveis, reduzimos a exposição a futuros incêndios, e diversificar a paisagem — uma paisagem diversa, em mosaico — atua como barreira natural.

Além disso, temos de continuar a investir em práticas de gestão florestal, como a limpeza regular dos terrenos. É preciso apoiar a limpeza dos terrenos, a manutenção de faixas de segurança e a preservação e plantação de espécies de árvores menos inflamáveis, e também investir nas tecnologias para monitorizar as áreas e dar uma resposta mais rápida ao terreno.

Temos de implementar — e isto é urgente — a Lei do Restauro da Natureza e desenvolver um verdadeiro plano nacional de restauro contínuo, consequente e sustentável, que priorize zonas críticas, combinando a prevenção, conservação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

A realidade é que o restauro ecológico aumenta a capacidade de reduzir o risco de fogos florestais e cria uma paisagem mais resistente, resiliente e, conseqüentemente, menos inflamável. Mas não só. O restauro da natureza é um ponto-chave para garantir também o desenvolvimento económico do País e o salto do País para um novo modelo de desenvolvimento, que queremos que chegue a todas as pessoas.

Todos ganhamos, e é hora de o fazer, no rescaldo destes incêndios.

Aplausos do L.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, bom dia a todos.

Vamos passar à fase de intervenções dos grupos parlamentares.

A primeira intervenção será do Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS, que tem até 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria, em primeiro lugar, reiterar o agradecimento que fiz, na intervenção do debate anterior, a todos aqueles que intervieram no combate e, depois, na reparação das situações originadas pelos incêndios de setembro.

Neste debate, faz sentido salientar o papel do Governo e dos autarcas. Foi muito importante conseguir uma articulação entre todos aqueles que representavam os poderes públicos sem olhar a cores partidárias, e isso foi muito notório.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não houve nenhuma divisão nem nenhum atraso na resposta. Os autarcas estiveram presentes imediatamente, como é natural, no seu papel, mas o Governo imediatamente foi para o terreno também, e é de salientar essa diferença: um Governo que está no terreno, não no meio das ocorrências, mas na retaguarda, a conseguir resolver os problemas que se vão originando.

Quanto ao debate de hoje, é importante recentrarmo-lo. Este debate é essencialmente sobre a capacidade que o Parlamento tem, e o Governo não tem, de aprovar alguns mecanismos que removem burocracias, remoção que é essencial para que se possa, com celeridade, apoiar aqueles que mais precisam.

Falamos da dispensa da autorização para a concessão de auxílio financeiro e celebração dos contratos entre as autarquias e as CCDR, da isenção de IVA para a alimentação dos animais e da questão da contratação pública e da urgência que se aplica a estes processos, para que se remova o mecanismo do visto prévio do Tribunal de Contas.

A remoção de burocracia e a isenção de alguns impostos, naturalmente, é bem vista por nós, neste momento. O que é essencial é perceber que as medidas do Governo foram, desde logo, dirigidas a todos aqueles que precisavam: às pessoas, em primeiro lugar, com um pacote de medidas muito importante — os apoios às famílias, aos agricultores; os reforços dos técnicos de ação social, para também apoiar essas pessoas; a disponibilização de formação profissional àqueles que possam ficar desempregados;...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... o apoio às IPSS (instituições particulares de solidariedade social), que também, no terreno, dão a primeira resposta a estas pessoas; a questão da habitação, e também as regras claras desde o princípio, com 100 % até 150 000 € e 85 % para o valor restante, com o dinheiro entregue diretamente às pessoas ou, no caso de as pessoas não poderem administrar a obra, às autarquias, para os apoiarem nisso — e ainda os apoios às empresas e os apoios aos agricultores.

Portanto, do nosso ponto de vista, estão criadas as condições para que a resposta seja exemplar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, volto a dizê-lo, isso é possível também porque houve a colaboração de todos: houve, certamente, o empenho do Governo, mas houve também a disponibilidade das autarquias, independentemente da sua cor política. Cabe-nos a nós, Parlamento, não dificultar, pelo contrário, ajudar, apoiando estas medidas, que facilitarão, certamente, que concretizemos todo este plano.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.^a Deputada Fátima Pinto, que terá até 6 minutos.

A Sr.^a **Fátima Correia Pinto** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Traz-nos hoje a debate a Proposta de Lei n.º 22/XVI/1.^a (GOV), que complementa as medidas de apoio e a mitigação do impacto dos incêndios rurais que assolaram o nosso País entre os dias 15 e 20 de setembro.

Os fogos devastaram cerca de 135 000 ha nas regiões norte e centro de Portugal, provocando danos e destruição de habitações, de empresas, de explorações agrícolas, da nossa floresta, o ferimento de centenas de pessoas e o trágico falecimento de nove concidadãos, pelos quais todos manifestamos o nosso pesar.

Se a perda de vidas humanas é irreparável, na matéria dos danos materiais são muitas as medidas que podem e devem ser executadas como resposta às necessidades imediatas e imperiosas sentidas pela população e para a recuperação das regiões afetadas.

O Partido Socialista apoiou e apoia, sem hesitação, todas as medidas que visem a rápida recuperação das zonas afetadas, especialmente aquelas que são direcionadas às populações, às empresas, às instituições e aos agricultores, que são, sem dúvida, um pilar essencial da economia e da sustentabilidade dos nossos territórios.

Realço, porém, que, para além da aprovação rápida de medidas, é fundamental garantir a celeridade de todo o processo, com o rápido levantamento de todos os danos, com processos de candidatura simples e acessíveis e com o efetivo apoio a chegar prontamente a todos quantos foram afetados, com uma estreita e obrigatória articulação com os autarcas desses territórios, que desempenham um papel crucial na coordenação dos esforços de apoio no terreno.

Disse-nos o Sr. Ministro que os apoios chegarão ainda hoje às contas dos agricultores. O problema é que também já o tinha dito na quarta-feira passada, em audição. A verdade é que os dias passam e o anúncio é sempre o mesmo: é sempre nesse próprio dia, mas o dia tem tardado a chegar.

A Sr.^a **Sónia Ramos** (PSD): — A sério?!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — É até hoje!

A Sr.^a **Fátima Correia Pinto** (PS): — O Sr. Ministro afirmou que as verbas já estavam disponíveis nas CCDR, mas as verbas têm é de estar rapidamente na conta das pessoas e das empresas afetadas.

Protestos de Deputados do PSD.

As famílias e os pequenos produtores que perderam colheitas, animais e meios de subsistência, que perderam tudo o que tinham, não podem esperar, têm de ser prioritários, e é urgente que os apoios cheguem de forma rápida e eficaz.

Protestos de Deputados do PSD.

O Partido Socialista está disponível para colaborar, de forma construtiva e atenta, assegurando que todos os recursos mobilizados são bem aplicados e que as soluções apresentadas vão ao encontro das reais necessidades dos territórios. Perante uma tragédia desta dimensão, exige-se uma união de esforços, uma união

de esforços políticos, para reconstruir o que foi perdido e restituir a dignidade e a esperança às populações atingidas.

E, porque nunca é demais agradecer, termino com uma palavra de gratidão a todos quantos estiveram envolvidos no combate efetivo aos incêndios...

Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.

... e a todos quantos se mobilizaram no apoio às populações e aos operacionais, com especial destaque para o papel dos nossos bombeiros, verdadeiros exemplos de bravura e altruísmo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, tem um pedido de esclarecimento. Vamos só aguardar que chegue ao seu lugar.

Pausa.

O pedido de esclarecimento será feito pelo Sr. Deputado Marcus Santos, do Grupo Parlamentar do Chega, que tem até 1 minuto e 51 segundos para efetuar esse pedido de esclarecimento.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, nas últimas semanas todos assistimos os incêndios que devastaram o País.

Esta quarta-feira tivemos a oportunidade de dignificar e honrar os nossos bombeiros e, mais uma vez, percebemos quem verdadeiramente está na linha da frente, aqui, nesta Câmara, pronto para os defender. O País viu, mais uma vez, a hipocrisia do PSD e do PS,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — ... os dois partidos do centrão, a absterem-se naquela votação e depois a levantarem-se para aplaudir os bombeiros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! É verdade!

Aplausos do CH.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — No entanto, o que importa aqui é discutir os incêndios — incêndios esses que, nas últimas semanas, assolaram o nosso território.

No distrito do Porto, em concelhos como Baião, Paredes, Santo Tirso e Gondomar, os incêndios não deram tréguas. O fogo avançou de tal forma, que os bombeiros não conseguiram chegar a alguns locais, tendo, inclusive, de ser os próprios moradores a travar as chamas. Lamentavelmente, esses incêndios deram origem a várias mortes, mais de 100 pessoas feridas e 75 000 ha ardidos nos concelhos afetados pelos fogos.

É imperativo que se mudem as políticas, é preciso melhorar as condições dos nossos bombeiros, é necessário que os bombeiros passem a estar no comando no combate aos incêndios...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — ... e é preciso dar um subsídio de risco digno aos nossos bombeiros.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Portanto, a minha pergunta vai no encontro da dúvida de todos os portugueses: porquê o PS, tendo sido Governo nos últimos oito anos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — ... só se lembrou dos bombeiros e dos incêndios neste verão?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 2 minutos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Fátima Pinto.

A Sr.^a **Fátima Correia Pinto** (PS): — Sr. Presidente, se o assunto não fosse tão sério, até me daria vontade de rir esta pergunta que vem do Sr. Deputado Marcus Santos, do Chega,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não sejas xenófoba! Dizes isso só porque é brasileiro!

A Sr.^a **Fátima Correia Pinto** (PS): — ... porque estamos a falar de respeito pelos bombeiros, quando os senhores desrespeitaram exatamente o momento de homenagem que o Deputado do PSD estava a fazer aos bombeiros...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — É verdade!

A Sr.^a **Fátima Correia Pinto** (PS): — ... para aplaudirem o vosso líder de bancada e fazerem o vosso *show* político. É aquilo que vos interessa.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — É preciso ser dito!

A Sr.^a **Fátima Correia Pinto** (PS): — Mas, Sr. Deputado, terei todo o gosto em lhe enviar todas as medidas que o Partido Socialista aprovou para os bombeiros e para os incêndios. São muitas! Olhe, eu tenho-as aqui, mas são tantas, que eu vou-lhas enviar por *email*, porque, sinceramente, não merecem que eu perca mais tempo com a resposta.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Tantas!... Não se esqueça de enviar o *email*!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quais são? Diga uma!

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado António Alberto Machado, do PSD, que dispõe de 3 minutos e 45 segundos.

O Sr. **António Alberto Machado** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: As minhas primeiras palavras são de agradecimento àqueles que lutaram e socorreram as populações durante os incêndios de 2024. Obrigado, do coração!

Aplausos do PSD.

É transversalmente assumido, quase diria, paradigmático, que em 2017 vivemos provavelmente os momentos mais negros na história dos incêndios florestais em Portugal.

Foi preciso perderem-se dezenas e dezenas de vidas, como nunca visto em tais situações, famílias destruídas, angústia e desespero, perdas patrimoniais e ambientais irreversíveis para que o País finalmente entendesse que, se não tivesse outra visão para o interior, se não considerasse os dados demográficos, numa pirâmide demográfica muito doente, claramente invertida, não haveria estratégia, metodologia, recursos ou mesmo sorte que resultasse — impossível.

Nós, no interior, que sentimos mais a ligação à terra, que presenciávamos o contínuo abandono nessa cega persistência, se não houvesse esse triste clipe, sabemos que haveria de acontecer. Seria apenas uma questão de tempo para que o incêndio começasse junto à fronteira com Espanha e se autoextinguísse junto ao Atlântico.

Lamentavelmente, continuamos um cronograma de incêndios florestais com demasiado luto. Em 2022 tivemos outros grandes incêndios em Trás-os-Montes e Alto Douro, com mais perda de vidas humanas, e, pasme-se, tiveram de ser primeiro os autarcas locais a ir a Lisboa dar conta das medidas a implantar, na reposição das próprias competências.

Srs. Deputados, em 2024, grande parte dos territórios afetados, os territórios reais, as pessoas reais, a gente da minha e da nossa terra, do nosso País, continuam resilientes, a ver os filhos que lá nasceram, que lá querem viver, a terem de sair. Todos os territórios afetados têm perdas populacionais superiores a 1 % ao ano.

E esta deve ser a nossa primeira prioridade: a inversão dessa espiral demográfica regressiva, sem deixar de considerar que a estratégia tem de passar também por mais competências nas autarquias locais. Não há outra forma. Não vale a pena continuar a apostar nos mesmos procedimentos quando estes, comprovadamente, não resultam.

Reparem na ilustração: todas as câmaras têm gabinete técnico florestal; o presidente da câmara é o responsável máximo da proteção civil no concelho; no entanto, não tem responsabilidade direta nos fatores principais de planeamento agrícola e florestal do próprio território. É impossível ter ou dar eficácia a este modelo. Temos de inverter esta racionalidade.

No entanto, Srs. Deputados, devemos ter e devolver esperança às populações, devemos acreditar no presente para garantir o futuro. O Governo pretende um novo enquadramento orgânico no setor florestal e já iniciou uma nova dinâmica nas políticas públicas para esse setor.

Abriam-se agora novas perspetivas, assentes no estreito diálogo institucional intersetorial, procurando afirmar e reforçar o peso social, económico e ambiental desse setor e corresponder às expectativas das fileiras e dos seus agentes. Entende-se ser crucial tomar as medidas necessárias para os vários dossiês que se apresentam muito relevantes para a valorização da floresta e dos seus intervenientes.

Este Governo já demonstrou ser capaz de uma nova política de proximidade, fora dos gabinetes, lá, junto ao País real, o que permitirá superiormente uma avaliação e reflexão construtiva, uma atitude de proximidade e de tempo de resposta pelo Governo, que — permitam a nota pessoal —, vos garanto, nunca presenciei, em 31 anos de poder autárquico.

Aplausos do PSD.

Nós acreditamos em Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais inscrições, e o telefone não está a tocar.

Pausa.

Ou antes, tenho uma inscrição, a do Sr. Deputado Carlos Brás, do Partido Socialista, que tem 1 minuto e 46 segundos.

Faça favor.

O Sr. **Carlos Brás** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Infelizmente, o passado mês de setembro trouxe de novo a tragédia dos incêndios em larga escala ao nosso País, com nove vítimas a lamentar, a quem prestamos a nossa homenagem.

Saudamos, no entanto, a celeridade e a vontade do Governo, expressa no Conselho de Ministros, em aprovar medidas de apoio e de mitigação dos profundos danos negativos destas tragédias em vastas áreas do nosso território.

Quanto aos apoios, registamos também como positivo o anúncio do adiantamento dos 100 milhões de euros às CCDR, mas, Sr. Ministro, permita-me que corrija aqui a informação que nos deu de que teria 500 milhões adicionais: esses 500 milhões são retirados de outros projetos, previamente aprovados, já no PT 2030, e que não têm capacidade de executar.

Quando começamos a descer na malha administrativa, passando das CCDR para os municípios, e destes para as juntas de freguesia, é que se começa a notar que os anúncios políticos sem regulação, sem supervisão e sem operacionalização só criam é confusão, e, por vezes, como já se viu, oportunidades para os menos íntegros se aproveitarem dolosamente destas circunstâncias.

Foi criado o balcão de apoio, ao nível municipal e de freguesia, para o levantamento de danos, sem meios, a não ser os das autarquias, e sem formação mínima para aferir da qualidade dos danos reportados.

Nesta proposta de lei é claramente assumida uma vontade de agilizar e desburocratizar procedimentos, e prevê-se a celebração de contrato ou protocolo entre as autarquias locais e as comissões de coordenação e desenvolvimento regional, mas sem qualquer regulamentação nem orientação, o que deixa as autarquias locais um pouco entregues a si próprias, para além de, em tudo isto, se contar e dar como adquirido que quer as câmaras municipais quer as freguesias dispõem de meios humanos capacitados que possam alocar a estas tarefas tão técnicas.

Enfim, recomenda-se equilíbrio entre celeridade, segurança e capacitação de meios ao nível local. A afirmação de que este Governo tem pressa, mas não é apressado, está por verificar, e não é certamente...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, que dispõe de 17 segundos para a respetiva formulação.

Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos Brás, não foi só em setembro que houve incêndios.

Em 2017, os senhores foram cúmplices e responsáveis pela tragédia que aconteceu no centro do País, com mais de 100 mortos.

Protestos da Deputada do PS Fátima Correia Pinto.

Portanto, não vamos ocultar o passado. Os senhores são responsáveis por isso.

E o que é que têm feito pelos bombeiros em Portugal, Sr. Deputado Carlos Brás?

Vozes do CH: — Nada!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não têm feito nada, os senhores não fizeram nada! Os senhores são cúmplices do desprezo que têm dado aos bombeiros em Portugal. Deixaram mais de 20 milhões em dívidas. Os bombeiros foram humilhados pelo Governo do Partido Socialista, porque ficam fora do comando dos incêndios.

Aplausos do CH.

Os senhores são os grandes culpados de humilhar os bombeiros em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, informo que há umas cedências de tempo, vamos ver exatamente como é que é.

Portanto, a IL e o Bloco de Esquerda cedem tempo ao Partido Socialista.

Vozes do CH: — Oh lá!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Querem resposta ou não querem resposta?

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Querem falar sozinhos?

O Sr. **Presidente**: — Cedem 1 minuto e 14 segundos, no total, ao Partido Socialista, portanto, agradeço que se refaça o tempo. Há uma cedência de 1 minuto e 14 segundos, está certo? Portanto, se tirarmos os 15 segundos negativos, deve dar qualquer coisa disponível, que é para eu poder anunciar.

Pausa.

Sr. Deputado Carlos Brás, dispõe de 59 segundos para a respetiva resposta ao pedido de esclarecimento. Faça favor.

O Sr. **Carlos Brás** (PS): — Sr. Presidente, eu penso que os escassos segundos que me foram cedidos, e que agradeço, são suficientes.

Ó Sr. Deputado Pedro Pinto, o PS, quer na matéria de combate a incêndios, quer na matéria da valorização dos bombeiros e das forças de segurança, quer na matéria de ordenamento do território, tem um vasto histórico.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade, e as pessoas sabem!

O Sr. **Carlos Brás** (PS): — Nós temos um vasto histórico positivo no ordenamento do território.

Protestos do CH.

Já vocês têm apenas tiradas demagógicas de quem nunca fez nada a favor do território, e muito menos a favor dos bombeiros.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não é histórico, é cadastro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É histórico, mas é mau!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, há pouco, a Sr.^a Deputada Fátima Pinto, do PS, disse que iria enviar para o *email* do Chega as propostas aprovadas pelo Partido Socialista para os bombeiros. Esse *email* ainda não chegou, esperamos que chegue até ao final da sessão.

Entretanto, nós queremos também enviar ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista todas as propostas que o Chega tem feito em relação aos bombeiros portugueses, e que foram chumbadas pelo Partido Socialista.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, será enviado.

Sr.^a Deputada Fátima Pinto, pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Fátima Correia Pinto** (PS): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.^a **Fátima Correia Pinto** (PS): — Sr. Presidente, é apenas para anunciar que distribuirei não só ao partido Chega mas a toda a Câmara todas as medidas que foram apoiadas pelo Partido Socialista relativamente aos fogos de 2017, e toda a prevenção que foi feita a partir daí,...

Vozes do CH: — E que correu bem!

A Sr.^a **Fátima Correia Pinto** (PS): — ... até porque, como já foi aqui referido, a última década foi aquela em que tivemos menos fogos no nosso País.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Governo ainda tem tempo para dar ao PS, também. Se precisarem de tempo, é só pedir!

O Sr. **Presidente**: — Serão feitas as respetivas distribuições assim que cheguem à Mesa.

Pausa.

Ora então, para uma intervenção, está inscrito o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, e o Partido Comunista Português cede ao Livre 11 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Oh!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, há uma cedência do Partido Comunista para o Livre de 11 segundos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP nunca dá nada a ninguém!

O Sr. **Presidente**: — ... o que significa que o Livre passa a dispor de 41 segundos, certo?

Pausa.

Isto é preciso aqui uma calculadora.

O PS cede 34 segundos ao Livre, portanto, somemos aos 41 os 34,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Vai dissertar agora?

O Sr. **Presidente**: — ... o que dá 1 minuto e 15 segundos.

Sr. Deputado Rui Tavares, faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, muito obrigado, e obrigado aos grupos parlamentares que cederam tempo, embora, na verdade, o que tenho a dizer seja algo muito breve, que não precisa de nenhuma defesa de tese de mestrado, para entendermos uma coisa, agradecendo, evidentemente, a generosidade dos grupos.

Muitas vezes se fala de amor à pátria no discurso político, e sabemos todos que amar o nosso País não é uma coisa que se diga da boca para fora, demonstra-se pelos atos e também pelas atitudes e pelos comportamentos.

Portugal é um país que, tendo uma história longa, tendo uma língua que é das mais faladas no mundo, tendo uma zona económica exclusiva que é das maiores da Europa e até das maiores a nível internacional, tem um território relativamente exíguo, e cabe-nos, a nós, efetivamente, constituirmo-nos em guardião desse território.

Para isso, há dois tipos de atitude. Há um tipo de atitude que encara seriamente o fenómeno dos incêndios em Portugal, percebe como ele tem vários fatores — ouvimos vários grupos parlamentares, vários partidos, que saúdo, usar o seu tempo para focar esses vários aspetos, com discursos que, eventualmente, não são os que chamam mais a atenção — e, depois, vemos quem utiliza o seu tempo para incendiarismo político.

Protestos do CH.

Julgo que é importante dizer a toda a gente que incendiando a opinião pública não se apagam fogos e que também precisamos de uma democracia decente para conseguir apagar os fogos, e isso é o que alguns não querem.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E as contas do Livre como estão?

Vozes do L: — Incendiários!

O Sr. **Presidente:** — Vamos passar à última intervenção, que é de encerramento, por parte do Sr. Ministro. Dispõe de 3 minutos e 56 segundos, sendo que parte deste tempo foi cedido anteriormente pelo Bloco de Esquerda ao Governo.

Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, faça favor.

O Sr. **Ministro Adjunto e da Coesão Territorial:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostava de me referir à intervenção da Sr.^a Deputada Fátima Pinto, que, talvez por lapso, disse há pouco que eu tinha anunciado que hoje o Governo iria fazer os primeiros pagamentos a agricultores, os primeiros apoios, e que, já na passada quarta-feira, na Comissão Parlamentar, eu tinha dito que nessa quarta-feira iríamos fazer esses pagamentos.

Parece uma pequena questão, mas não é. As pessoas que se sentam nesta bancada levam muito a sério a sua palavra, Sr.^a Deputada. Felizmente, está registado o que eu disse nessa sessão parlamentar de quarta-feira: disse que, nesta sexta-feira, o Governo irá fazer a entrega dos primeiros apoios. É exatamente isso que vai acontecer, nem mais nem menos. O Governo, portanto, não faltou à palavra.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quero também dizer à Sr.^a Deputada e a toda a Câmara que o Governo não tem muito de que se ufanar pelo facto de ir entregar estes apoios hoje. O Governo está apenas a cumprir a sua obrigação. Mas também não é justo que venha desmerecer do facto de o Governo fazer a entrega de pagamentos hoje, quando, justamente, não há memória de algum dia, no passado, em caso de calamidade, se ter feito chegar os apoios tão cedo como vão chegar desta vez.

Aplausos do PSD.

Reitero apenas este ponto: considero que o Governo fez tudo aquilo que podia para conseguir entregar os apoios tão rapidamente. Só o refiro para exortar o Governo que estiver em funções a que o faça ainda mais depressa em próximas calamidades, porque demorar 20 dias a chegar com os apoios é muito melhor do que algum dia se fez, mas é muito menos do que as populações merecem e estão à espera.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Coesão Territorial:** — Há muita burocracia no Estado a cumprir, combatemo-la intensamente para conseguir fazer chegar os apoios em menos de 20 dias, mas é um desafio que fica para o futuro.

Gostava, finalmente, de esclarecer a Câmara, porque seria bom que nos uníssemos em torno das catástrofes nacionais e aprendêssemos todos com elas, que não vale a pena criar quezílias e casos onde eles não se justificam. Queria clarificar que, em nenhum momento, o Governo disse que viriam 500 milhões de euros da União Europeia para apoiar as vítimas dos incêndios.

Desde o princípio, explicámos que o acordo atingido entre o Primeiro-Ministro de Portugal e a Presidente da Comissão Europeia consiste num acordo para flexibilizar as regras dos fundos da política de coesão para que se possam utilizar os fundos atribuídos a Portugal para apoiar as vítimas dos incêndios. Já não é pouco — é muito relevante —, mas em nenhum momento dissemos que iríamos ter mais 500 milhões de euros. Isso violaria as regras, não foi isso que dissemos e é bom que isso fique claro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Com esta intervenção termina este ponto da ordem do dia. Se, por acaso, o Sr. Ministro não continuar a acompanhar os nossos trabalhos, desejo-lhe bom trabalho e bom fim de semana.

Passamos ao terceiro ponto da nossa ordem do dia, com a discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 23/XVI/1.^a (GOV) — Aprova a criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras na Polícia de Segurança Pública, altera o regime de retorno, e regula o novo sistema de entrada e saídas para o reforço do controlo das fronteiras externas e dos Projetos de Lei n.ºs 219/XVI/1.^a (IL) — Cria o visto humanitário, 220/XVI/1.^a (IL) — Regime de transição relativo à nova lei de imigração, e 302/XVI/1.^a (CH) — Altera o regime de concessão de asilo e proteção subsidiária, com vista a reforçar o controlo das fronteiras externas e da permanência e trânsito de cidadãos estrangeiros em território nacional.

Para a primeira intervenção, de apresentação do diploma do Governo, dou a palavra ao Sr. Ministro da Presidência, que dispõe de 7 minutos para o efeito.

Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não há hoje sociedade desenvolvida que não enfrente dificuldades e divisões sobre a imigração. Portugal não é exceção.

Ora, nesse debate é fácil cair num dos extremos, ou o das portas e entradas escancaradas, ou o das fronteiras todas fechadas. Mas os dois extremos só multiplicam problemas. Ambos desamparam quem vem e ambos afligem quem cá está.

Pior, os discursos de cada extremo alimentam os medos um do outro. Ora, não podemos ignorar os medos, as preocupações e perceções dos portugueses, mas também não podemos — não devemos — incendiá-los. Não são aceitáveis as generalizações indecentes, nem a afirmação de associações falsas, como a que associa imigração a crime, o que a realidade dos números bem desmente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, na imigração a solução não tem de ser cair num dos extremos, há alternativa. Este Governo tem essa alternativa e está a executá-la. Trata-se de uma resposta realista e equilibrada que sabe que, se, por um lado, Portugal precisa de imigração, precisa de pessoas para trabalhar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pessoas qualificadas!

O Sr. **Ministro da Presidência:** — ... para a economia não parar, o Estado social e a população não declinarem, e se precisa de acolher e integrar com humanismo quem cá vem, incluindo aqueles em

desesperante vulnerabilidade, por outro lado, e para isso, essa imigração tem de ser regulada, com regras efetivas de entrada,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... com forças e meios públicos adequados que as controlem. Que não haja dúvidas: em Portugal precisamos de imigrantes, mas precisamos de ordem...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... e precisamos de regras para que consigamos receber com humanismo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Precisamos de ordem e de regras para que as nossas estruturas e serviços sociais consigam responder aos que vêm. Da saúde, às escolas, à habitação, precisamos de regras para que se consigam integrar bem os que chegam, com casa, trabalho e habitação, aprendendo a língua e respeitando os valores constitucionais do nosso País. E com paz social entre todos!

Ora, nos últimos anos, não foi isso que aconteceu. As políticas praticadas nos últimos sete anos criaram um problema e trouxeram desordem à imigração.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sete anos em que se escancarou a porta com a manifestação de interesse, que aceitava dar residência, mesmo a quem entrasse ilegalmente, desde que pagasse um ano, e isso destruiu o SEF, em morte lenta, para que deixasse de fiscalizar.

Essa política errada deixou centenas de milhares na indignidade de vidas suspensas e muitos sem apoio na integração. Os seus defensores, provavelmente, tinham uma boa intenção, mas causaram um péssimo resultado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Geraram desordem na imigração e deram o combustível aos injustos e desumanos discursos da exclusão.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — A resposta não é fechar todas as portas, nem expulsar massivamente todos os estrangeiros que cá estão.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Imaginem o que diríamos se os milhões de portugueses, pelo mundo fora, sofressem esse tratamento e fossem mandados embora pelos países para onde emigraram.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e da Deputada da IL Mariana Leitão.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A resposta tem de ser equilibrada, realista, uma imigração humanista e regulada. É isso que este Governo tem feito e traz hoje à Assembleia da República, mostrando que é possível, simultaneamente, trazer ordem, segurança e humanismo à imigração.

Ao criarmos a estrutura de missão para resolver 400 000 pendências na AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), quase triplicando a capacidade de atendimento do Estado, estamos, por um lado, a trazer humanismo, porque damos dignidade e regularidade a 400 000 pessoas que têm a vida suspensa, à espera da resposta do Estado,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Damos tudo!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... mas, ao mesmo tempo, trazemos ordem e segurança, porque só assim ficamos a saber quem são, onde estão e o que fazem cada um desses que cá estão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Segurança é o que se tem visto!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Também somos humanistas quando adotamos medidas para a integração de alunos estrangeiros nas escolas, quando reforçamos a rede consular com 50 novos especialistas ou quando hoje, numa das alterações que aqui trazemos, finalmente, permitimos cumprir a promessa de um regime mais favorável aos imigrantes que venham de países de língua portuguesa.

Também é assim quando criamos uma imigração humanista e regulada e adotamos mais medidas, as quais trazemos ao Parlamento.

Foi assim quando, em junho, acabámos com a porta escancarada da manifestação de interesses e já reduzimos em 80 % os pedidos de residência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Foi assim quando demos instruções às forças de segurança para reforçarem o controlo e o combate à imigração ilegal ou quando, hoje, propomos aqui um novo sistema de controlo das fronteiras externas, em que estamos a investir 25 milhões de euros em novos equipamentos, novas capacidades, nova tecnologia para controlar a entrada nas fronteiras externas portuguesas, garantindo que quem entra em Portugal, vindo de fora do espaço Schengen, regista os seus dados biométricos.

É assim que, corrigindo o erro da extinção do SEF, propomos, hoje, a criação da unidade nacional de estrangeiros e fronteiras na PSP, para que tenhamos controlo nas fronteiras, fiscalização no terreno e, finalmente, se execute o retorno dos cidadãos ilegais, revendo também o regime de retorno.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, tudo isto é imigração humanista e regulada. A resposta em Portugal não é e não pode ser o caos do passado ou a exclusão e ódio de alguns. A resposta pode ser humanista, pode ser regulada para um país justo e um país equilibrado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, inscreveram-se junto da Mesa, para formular pedidos de esclarecimento, dois Srs. Deputados.

Supondo que responderá em conjunto aos dois, tem a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado André Ventura, do Chega, que dispõe de 2 minutos para o efeito.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, hoje, fiquei com dúvidas se estava um Ministro do Bloco de Esquerda ou um Ministro do PSD a apresentar esta proposta. Fiquei com dúvidas.

Aplausos do CH.

Mas há uma coisa que, dúvidas à parte, não podemos deixar de notar. É que o PSD compara os nossos emigrantes, que estão lá fora a matar-se a trabalhar, com os imigrantes que vieram para Portugal nos últimos anos. Nós nunca o faremos, porque, para nós, os portugueses estão sempre em primeiro lugar.

Aplausos do CH.

Sr. Ministro, veio dizer que hoje o Governo optou por uma mudança: acabar com as manifestações de interesse e que isso é acabar com este descontrolo que aí anda. Mas diga-nos lá se é verdade, ou não, que, na mesma altura em que acabou com as manifestações de interesse, permitiu que um vasto universo de pessoas do mundo inteiro entrasse em Portugal com visto turístico — com visto turístico! — e que, depois, se legalizasse automaticamente, sem sequer ter de apresentar um contrato de trabalho. Isso é verdade ou não é verdade?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É falso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quando vêm para cá, entram como turistas e, depois, ao fim de um ano, regularizam-se, sem ter de apresentar contrato de trabalho.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A lei não diz isso! É falso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, isso não é regular a imigração, isso é deixar que a bandalheira tenha outra aparência. É isso que é.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É mentira!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É falso!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há outras figuras regimentais para poder pôr em causa o que o Sr. Deputado está a dizer que não interrompê-lo.

Sr. Deputado, peço desculpa por tê-lo interrompido, mas foi para dar condições para poder concluir.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Compreendo que, para o CDS, possa ser difícil, porque, de facto, estão a apoiar um Governo que o faz. Compreendo isso.

Protestos do CDS-PP.

Sr. Ministro, propõe criar uma nova unidade de polícia de controlo de fronteiras. O que vai ter é polícias a fazer o mesmo trabalho que o SEF fazia, com uma condição: vão ganhar muito menos do que os inspetores do SEF ganhavam. Ó Sr. Ministro, isto não é mudança nenhuma, isto não é alteração nenhuma à lei. Isto é fazer ainda pior àqueles homens e mulheres! É dizer-lhes agora que, para além de todo o trabalho que já têm, ainda vão ter de controlar as fronteiras. Vamos-lhes pagar mais? Não! Vamos gastar mais? Não! É dizer-lhes: «Façam o mesmo, com menos meios.»

Isto não é imigração regulada, é a bandalheira descontrolada!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, tem a palavra para um pedido de esclarecimento, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, não resisto a perguntar-lhe se se recorda de um artigo, escrito por um então dirigente do PSD, que disse que Portugal, tal como a Irlanda, devia ter a memória da história da sua emigração e ter as mesmas regras. Creio que hoje esse dirigente é líder do Chega.

Sr. Ministro, se tiver lido também esse artigo de opinião, gostava que me ajudasse a referir o seu conteúdo, tendo em vista que esse mesmo dirigente, hoje da extrema-direita, disse no passado que Portugal devia tratar os seus imigrantes como outros países nos trataram a nós e à nossa família.

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está aqui!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Governo apresenta hoje uma proposta de lei errada. As polícias devem ter unidades, segmentos e divisões organizadas em função de um problema: a segurança rodoviária, a unidade especial da polícia com operações especiais, explosivos, corpo de segurança pessoal, etc. Ressuscitar uma polícia de estrangeiros é uma ideia errada e discriminatória, pois cria desconfiança e entende que os imigrantes podem ser uma ameaça à nossa segurança, quando não o são.

Os imigrantes são segurança. São segurança para a economia portuguesa porque, sem eles, não funcionava. São segurança para o nosso modelo social porque, sem eles, ela não seria sustentável — são 2,2 mil milhões de euros em contribuições para a segurança social. E, sim, nunca é demais afirmar que não há nenhuma correlação direta entre imigração e aumento da criminalidade.

Protestos de Deputados do CH.

Essa é uma mentira várias vezes repetida, seja pela extrema-direita, seja pelo Sr. Presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, e fica-lhe mal.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Governo vai, uma vez mais, atrás da retórica da extrema-direita, como foi quando quis acabar com as manifestações de interesse. Hoje, temos mais regimes especiais do que tínhamos na altura. O Governo acabou com as manifestações de interesse e agora temos regimes especiais a serem criados na agricultura, na construção civil, no desporto, nas pescas, etc.

Sr. Ministro, não se esqueça disto: o original funciona sempre melhor do que a fotocópia. Evite essa tentação de mimetizar a retórica do Chega em matéria de imigração.

O Sr. **Presidente**: — O PSD cedeu ao Governo 1 minuto para o Sr. Ministro poder responder.

Pausa.

O Sr. Deputado André Ventura deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, queria apenas, já que o Sr. Deputado Fabian Figueiredo está sozinho na bancada e precisa de algum apoio...

O Sr. **Presidente**: — É para aqui, Sr. Deputado. Tem de se dirigir à Mesa.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Qual é a figura regimental?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, como é demasiado previsível e já muito constante, eu queria, porque foi citado, dizer o que nesse mesmo artigo fica claro, que é o seguinte: estamos a descuidar o problema

da segurança em demasia. É evidente que, uma vez concluído pelas redes terroristas que a Europa acolhe que não os monitorizaremos, nem teremos hesitação em controlá-los, a Europa se tornará um imenso mar da morte.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Qual é a figura regimental?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Deputado, ao menos faça uma coisa: seja honesto!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a interpelação é à Mesa e é provavelmente para fazer a distribuição desse artigo, não é? Agradeço que o faça chegar à Mesa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vou pedir, então, para que o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que está sem ninguém na bancada, o possa ler e o leia com gosto. Ao menos, pode ler com gosto.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, para poder responder aos pedidos de esclarecimento, dispõe de 1 minuto e 20 segundos.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Deputados Fabian Figueiredo e André Ventura, obrigado pelas vossas questões.

Respondendo rapidamente ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, não, não é verdade que estamos a criar um regime especial. Nós fechámos uma porta.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Foi mesmo fechar!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — A única mudança nas entradas foi fechar a manifestação de interesse.

As nossas duas orientações são muito diferentes. Discordamos e vamos continuar a discordar. Acho que os senhores causaram, com a vossa escolha, um problema, e nós estamos a tentar resolvê-lo.

Sr. Deputado André Ventura, acho que se está a tornar moda o Sr. Deputado dizer uma coisa e o seu contrário.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Está a tornar-se moda o Sr. Deputado não cumprir os mínimos com a verdade. Vejamos, Sr. Deputado André Ventura. «Quem é que aqui está?», perguntava o senhor. Pergunto-lhe: quem é que aqui está, que escreveu «países como Portugal não devem esquecer o passado e devem acolher o maior número possível de imigrantes»? Foi André Ventura!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Distribuam o artigo também ao Governo!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe também que essa possibilidade de, depois de um ano a pagar à segurança social, se obter uma sanção da ilegalidade da entrada ou da estadia, sem contrato de trabalho, com entrada ilegal e com estadia ilegal, existiu. Mas o Sr. Deputado esqueceu-se, ou então está outra vez a faltar à verdade, que isso acabou no dia 3 de junho.

Protestos do CH.

Isso acabou no dia 3 de junho, quando acabámos com a manifestação de interesse.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Ministro pode eventualmente vir aqui e tem todo o direito de citar o que entender.

Sr. Presidente, quero deixar claro que o Sr. Ministro não me dá lições de verdade. Não o Sr. Ministro!

Aplausos do CH.

Risos do PCP, da IL, de Deputados do PSD e do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É ridículo!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado! O Sr. Deputado dirige-se à Mesa para uma interpelação.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu sei que não gostaram da entrevista de ontem, mas é assim, a vida é assim. Eu sei que não gostaram, mas é assim.

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, eu posso interromper os trabalhos outra vez, se for necessário.

O Sr. Deputado está a fazer uma interpelação, é um jurista, e vai interpelar a Mesa. Vai falar para mim, que eu é que sou o Presidente da Assembleia, e vai dizer qual é a razão da interpelação.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É que eu fiz uma questão muito concreta ao Sr. Ministro. Perguntei se era verdade...

O Sr. **Presidente**: — Sim, e o Sr. Ministro respondeu.

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que entrar com visto de turista se transformava em obter residência. E o Sr. Ministro não me respondeu.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado é jurista brilhante e sabe que o Sr. Ministro responde o que bem entender.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está bem, mas podia responder a isto!

O Sr. **Presidente**: — A interpelação é à Mesa e peço lealdade no uso das figuras regimentais.

Vou dar a palavra agora à Iniciativa Liberal para a apresentação dos respetivos diplomas. Dado que têm dois diplomas para apresentar, a intervenção vai ser dividida por dois: primeiro, intervirá a Sr.^a Deputada Mariana Leitão e, depois, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva.

A distribuição do tempo é feita em função daquilo que os Srs. Deputados falarem, sendo que dispõem de 4 minutos no total.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo terminou com o mecanismo de regularização da permanência em território nacional através de manifestação de interesse, substituindo-o por meio do exercício de uma atividade profissional, com a apresentação de um contrato de trabalho para conseguir um visto de residência.

O diploma que efetiva esta alteração prevê um regime de transição que dispõe concretamente que os procedimentos de autorização de residência iniciados até à sua entrada em vigor continuam a reger-se pela lei anterior.

No entanto, a Iniciativa Liberal considera que este regime transitório é insuficiente e injusto por não incluir todas as pessoas que, na legítima expectativa de regularizar a sua permanência em território nacional através de manifestação de interesse, haviam já regularizado a sua situação na Segurança Social, com vista a perfazer os 12 meses que eram exigidos pela lei anterior, estando estas pessoas já inseridas e estabilizadas no tecido social e económico português.

Isto provoca incerteza e desproteção das pessoas que, apesar de estarem a cumprir com os pressupostos da lei no sentido de regularizarem a sua situação, foram confrontadas com uma alteração que muda por completo as regras, deitando por terra expectativas criadas pelas regras da lei que se encontrava em vigor.

Nesse sentido, o nosso projeto de lei visa adaptar o diploma do Governo, prevendo que as pessoas que já regularizaram a sua situação na segurança social não fiquem impedidas de regularizar a sua situação no País, à luz do princípio da tutela da confiança, repondo a justiça de quem, de um dia para o outro, viu gorada a sua legítima expectativa.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Com o Projeto de Lei n.º 219/XVI/1.^a (IL), hoje fazemos um reencontro com a história do nosso País. Além de um País de imigrantes e emigrantes, Portugal tem um histórico de humanismo que a todos nos deve orgulhar. Basta lembrarmo-nos da abolição da escravatura e da pena de morte.

Num mundo em que as oligarquias e as ditaduras se encontram em expansão, há quem resista. Os que resistem, por vezes, ficam no terreno; outras vezes, têm de recuar e refugiar-se.

Ninguém melhor do que nós, tendo alcançado a liberdade há apenas meio século, sabe o quanto custa a repressão e o quanto vale ser livre. Fomos um País que viu muitos dos seus, por defenderem a democracia e a liberdade, a terem de procurar asilo político em outros países. Sabemos, por isso, como são importantes as ajudas de países amigos na luta da libertação do nosso próprio País. Temos, por razões históricas e morais, o dever de acolher quem luta e resiste perante autocratas e ditadores. É um dever perante o qual não podemos fracassar.

É neste sentido que a Iniciativa Liberal propõe o alargamento e agilização do acesso ao asilo político, criando os vistos humanitários para quem é perseguido nos seus países de origem, com a possibilidade de esses vistos poderem ser concedidos pelos consulados portugueses e não requeridos e obtidos apenas em território português. Um sistema de vistos humanitários ágil, bem regulado e transparente permitirá que o Estado português ajude quem realmente precisa, mitigando assim os riscos associados a quem tem de fazer uma viagem longa e já em fuga de regimes opressores. Trata-se de pessoas que, por lutarem pela liberdade, têm de deixar tanto para trás, muitas vezes sabendo que não verão mais aqueles que amam.

A criação destes vistos humanitários não é apenas da mais elementar justiça. É um meio de ajudarmos quem luta pela liberdade nos seus países. É o nosso contributo neste mundo atual que vive uma guerra global: de um lado, as democracias; do outro lado, o eixo das tiranias.

Aos lutadores pela liberdade, diremos sempre: Portugal é uma casa da liberdade, e estamos de braços abertos para quem luta pela liberdade.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, do Chega, para uma intervenção. Dispõe de 3 minutos e 57 segundos.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Já chegaste, Mariana?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O debate da tourada já passou!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Os senhores já estiveram mais calmos nesta Câmara!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, ouvi-a tratar por «tu» a Sr.^a Deputada Mariana, portanto, peço-lhe que tenha contenção na linguagem, porque não é essa a linguagem que se usa entre os Srs. Deputados.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Se ouvir de outro Deputado a mesma coisa, direi algo. Como sabem, eu sou equidistante, portanto, esse tipo de crítica em relação a mim não funciona.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Funciona, funciona!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No ano de 2023, a União Europeia recebeu mais de 1 milhão de pedidos de asilo. A tendência é para estes números aumentarem.

Em Portugal, especificamente, os dados são curiosos. Em 2019 e 2020, Portugal integrava o grupo de países com taxas de decisão positivas mais baixas. Concretamente, em 2019, registou uma média de 8 estatutos concedidos por cada 100 decisões. Em 2020, foram 18; em 2021, foram 45; no entanto, em 2022, foram 71 em cada 100 decisões, o peso mais elevado de sempre. Portugal tornou-se no país com maior importância relativa dos estatutos de refugiado entre o total das decisões proferidas, o que só comprova uma coisa: a implementação da política de portas abertas a todos, repito, todos os níveis.

Acontece que nem todos vêm por bem, por isso, temos de ser rigorosos e cautelosos relativamente a quem deixamos que entre no nosso País. Devemos deixar entrar aqueles que não têm antecedentes criminais, os que querem pagar impostos, os que querem aprender português, os que efetivamente estão numa situação que justifique o pedido de asilo, os que tenham entrado no nosso País de forma legal, os que cumprem os requisitos para o deferimento do pedido, os que respeitam as decisões das entidades administrativas e a nossa cultura.

Hoje, sabemos que há um abuso da boa vontade presente na nossa legislação. Há requerentes de asilo que manifestamente não cumprem qualquer dos requisitos para esse pedido, apresentando histórias absolutamente estapafúrdias. Há aqueles a quem a entrada no nosso País é recusada e, face a essa recusa, repentinamente transformam-se em requerentes de asilo. Fazem-no, porque sabem que, se fizerem esse pedido e ele também for recusado, o recurso tem efeito suspensivo e o Estado português tem o dever de o sustentar.

Peço muita atenção para esta parte. Muitos portugueses não sabem, mas o nosso Estado tem o dever de pagar casa, comida e dar apoio monetário mesmo a quem o pedido de asilo foi negado,...

Aplausos do CH.

... desde que tenha, obviamente, apresentado o recurso da decisão, e podem fazê-lo três vezes. E a esquerda neste Parlamento acha que isto é normal! Mais uma vez, estamos a promover o tráfico de seres humanos e as máfias que vivem à custa dele e para o Bloco de Esquerda e para o Partido Socialista está tudo bem.

Aplausos do CH.

A verdade é que estamos a premiar quem não cumpre, quem abusa, quem desrespeita a nossa lei. Isto não é justo para os imigrantes que realmente precisam de ajuda, mas, especialmente, não é justo para os portugueses, que são quem financia tudo isto com o dinheiro dos seus impostos.

Aplausos do CH.

Estas pessoas sabem que têm um expediente legal para explorar, vêm, usam e abusam, e nós abrimos os braços e dizemos: «Venham mais. Não temos para os nossos, mas temos para vocês.»

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado: Em primeiro lugar, gostava que o debate pudesse, efetivamente, incidir sobre a proposta de lei que o Governo nos traz aqui hoje, algo que esteve omissa na intervenção do Sr. Ministro de há instantes, como também esteve omissa, do debate sobre reorganização da Polícia de Segurança Pública (PSP), a presença da Sr.^a Ministra da Administração Interna, o que não deixa de ser surpreendente, tendo em conta que o objeto principal deste agendamento é uma alteração à orgânica da PSP.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Quanto ao sumo da matéria, temos divergências quanto à solução apresentada. Ela tem o risco de voltar a estigmatizar, vem alimentar dúvidas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não faz nada disso!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... e, na verdade, não resolve alguns dos problemas que se propõe resolver.

Em primeiro lugar, não atende ao facto de haver competências na GNR ou na Autoridade Marítima Nacional em sede de fronteiras externas, que a colocação destas competências exclusivamente numa unidade da PSP não vem resolver. Ou seja, não desaparecem as dificuldades de articulação que, potencialmente, já existem, com a remessa de processos entre as várias entidades.

Em segundo lugar, mesmo a optar-se por um modelo de centralização, atualmente na AIMA, agora na PSP, é discutível se este é, efetivamente, o local mais indicado para o fazer, até porque — e acrescente-se outra das objeções —, na articulação com a Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros existente no Sistema de Segurança Interna, também ficam dúvidas sobre como é que as duas coisas vão coexistir e porque é que não se arranja um formato mais adequado à compatibilização entre ambas.

Por outro lado, e em terceiro lugar, também nos parece que, na ótica da própria PSP, há uma sobrecarga que pode dificultar a vida ao funcionamento operacional da PSP. Os próprios sindicatos já vieram dar nota de que, muito provavelmente, isso significará uma redução de efetivos disponíveis para outras operações.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É verdade!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Também temos uma dificuldade, que reside no facto de estes processos, de estas competências, envolverem um grau de especialização técnica e jurídica que não está necessariamente garantido de um dia para o outro na passagem para a PSP.

Por outro lado, procedimentalmente, faz-se uma alteração estrutural a uma arquitetura num momento em que, simultaneamente, não está nomeado o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e também temos ainda em gestão o atual Diretor da Polícia Judiciária.

Uma matéria desta importância, desta escala e com este impacto na estruturação do nosso sistema, seguramente, deveria merecer outra reflexão e outro aconselhamento que não vemos espelhado nesta proposta.

Finalmente, no plano jurídico, também temos várias reservas, nomeadamente aquelas de que a CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados) nos deu nota e que transmitiu no parecer que foi remetido à Assembleia ontem, quanto à falta de estudo sobre o impacto dos dados pessoais, a ausência de previsão da finalidade dos tratamentos previstos e a potencial violação do direito da União Europeia, ao determinar-se que é a PSP que passa a fazer os pedidos de contacto, ao invés de eles terem lugar através do Gabinete Nacional SIRENE.

Mas o pior de tudo, e deixo-o para o final, é a autorização legislativa encapotada que o Governo coloca no artigo 14.º da proposta de lei, em que, de forma sofrível, identifica o objeto, mas quanto à extensão e ao sentido, elementos obrigatórios de uma autorização legislativa para que o Governo não receba desta Assembleia um cheque em branco para fazer o que bem entenda, apenas se referem princípios genéricos, como a tutela do Estado de direito ou a garantia de celeridade procedimental.

Não chega, Sr. Ministro! Esta autorização legislativa nunca poderia ser aprovada nesta Câmara, porque, verdadeiramente, é inconstitucional, porque incumprido aquilo que a Constituição determina.

Aplausos do PS.

Além disso — e com isto termino —, não vem acompanhada, como o nosso Regimento determina, dos anteprojetos de decreto-lei que seriam autorizados.

Se querem a confiança do Parlamento, têm de respeitar o Parlamento. Esta escondida autorização legislativa vem no final do diploma, como se ninguém reparasse, mas, efetivamente, demo-nos ao trabalho de ler a proposta de lei até ao final e estas são as razões pelas quais será impossível acompanhar a proposta de lei apresentada.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr. Presidente, é para uma brevíssima interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, tendo sido feita uma referência à ausência da Sr.ª Ministra da Administração Interna, queria apenas informar V. Ex.ª que, como é público e notório, a Sr.ª Ministra da Administração Interna está a participar num Conselho Europeu, no Luxemburgo, ontem e hoje, e o Governo está aqui representado pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Interna. Portanto, não estamos a falhar em nada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 1 minuto. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro: O Governo, e aqui temos uma divergência de posição, eliminou a manifestação de interesse, um mecanismo que permitia a muitos imigrantes virem trabalhar para o nosso País. Ao contrário do que alguns vêm para aqui propagandear, falamos de pessoas que já contribuíram com um saldo positivo de mais de 2 mil milhões de euros para a Segurança Social, longe da desinformação, da subsidi dependência ou do prejuízo que algumas das forças políticas querem vender.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quanto é que já pagámos?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ora, a única coisa que este processo faz é extinguir a possibilidade de estas pessoas terem uma situação mais segura e de regularidade.

Como se não fosse suficiente, após a extinção do SEF, o Governo vem agora com esta proposta em relação à Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras tentar ressuscitar o mesmo, não porque a AIMA, de facto, não pudesse ser um caminho, mesmo com as suas insuficiências ou falta de funcionamento. Parece-nos que o caminho não é o da militarização das novas fronteiras, a criação de novas unidades de controlo ou o endurecimento das políticas migratórias.

Nos breves segundos que ainda tenho, quero referir que não acompanhamos o Chega no seu discurso incendiário e perigoso, propondo a expulsão em massa de imigrantes, negando o asilo, pintando as pessoas como uma ameaça à segurança e à ordem pública, colocando uns contra os outros, factos que demonstram que, não só não está disponível para resolver os problemas que a imigração possa trazer, mas antes prefere explorar o medo, dividir, desinformar, ter um país fechado que faça a ode da xenofobia ou do paranoico.

A verdade é que, sem imigração, não só a nossa economia sofreria, como também aquilo que é perigoso...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Assim já não dá para o *TikTok*!

Protestos do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Queres é trabalhadores para as estufas. Isso é o que tu queres!

Protestos do PAN.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: Vamos pronunciar-nos sobre a proposta de lei que o Governo aqui apresenta, manifestando três perplexidades fundamentais sobre a mesma.

Primeira grande perplexidade: como sabemos, depois da desastrada extinção do SEF, a solução que se encontrou foi enviar os operacionais do SEF, os funcionários com funções policiais, para a Polícia Judiciária, que era a única forma de não perderem direitos relativamente àqueles que eram os direitos dos profissionais do SEF, e os profissionais com funções administrativas foram remetidos para a AIMA, e foi criada, junto do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, uma Unidade de Coordenação de Estrangeiros e Fronteiras.

Aquilo que o Governo aqui propõe é recriar o SEF dentro da PSP, é uma espécie de novo SEF dentro da PSP, sem que se perceba como vai articular-se com a unidade de coordenação criada junto do Secretário-Geral.

Mas, fundamentalmente, a pergunta que se faz é: com quem? Ou seja, vai-se criar um novo SEF junto da PSP, com as mesmas pessoas que já estão na PSP? Não se percebe como é que isto pode funcionar sem que haja um grave prejuízo para as outras funções que já competem hoje à Polícia de Segurança Pública.

Segunda perplexidade: as competências são atribuídas à GNR, que deixam de ser competências apenas no âmbito costeiro, mas também são alargadas ao espaço marítimo sob jurisdição nacional, o que é um alargamento territorial das competências.

Bom, a questão que se coloca é a seguinte: será que o Governo está a pensar transferir os navios de patrulha oceânica para a GNR? Ou será que somos um país tão rico que em vez de ter uma marinha passamos a ter duas? Esta é a segunda perplexidade a que a proposta de lei não responde.

Terceira perplexidade: a esta chamemos-lhe proposta de lei de autorização legislativa, que efetivamente não o é, não pode ser, não cumpre o Regimento, não cumpre a Constituição e, portanto, é uma autorização legislativa encapotada, porque não assume a forma de proposta de lei de autorização legislativa, e, efetivamente, não cumpre nem o Regimento, porque não estão aqui apresentados à Assembleia quais são os anteprojetos dos diplomas a aprovar ao abrigo da autorização. Também não é minimamente satisfatória relativamente ao objeto

e extensão que se propõe, até porque, Sr. Presidente, propõe-se alterar, por via da autorização, o mesmo diploma que consta da proposta de lei material hoje em discussão, o que não é aceitável.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta proposta de lei vem no momento em que tinha de vir, ou seja, na sequência da aprovação do Pacto Europeu de Migração e Asilo, com uma dezena de regulamentos que entram na ordem jurídica interna automaticamente, mas que precisam de regulação nacional.

Mas também vem agora, e não podia vir mais tarde, porque nós estamos à espera que entre em vigor o sistema de entradas e de saídas de Schengen, que termina no próximo dia 10 de novembro, e que durante muito tempo foi esquecido pelo Governo anterior, sob o pretexto de que havia problemas informáticos, sob o pretexto de que não era oportuno, mas que entrará em vigor daqui a 15 dias sem que houvesse qualquer tipo de regulamentação ou ligação de Portugal a esse sistema e, ainda por cima, com a faculdade de podermos ser sancionados precisamente por causa dessa matéria.

Portanto, esta proposta de lei não podia vir antes, porque nós tínhamos diplomas europeus, e não podia vir depois, porque nós temos necessidade de regular esta matéria.

O que é que visamos com isto? O que é que o Governo precisa de legislar sobre esta matéria? Aquilo que constava já — e foi avisado em junho deste ano — do Plano de Ação para as Migrações.

Depois de um processo falhado, perfeitamente falhado, que todos nós criticámos, da falta de regulação com a extinção do SEF, e com nenhuma preocupação por parte do Governo anterior sobre como é que essa matéria passaria a ser regulada, o Governo traz hoje uma solução. É uma solução expedita, feita dentro de um corpo de polícia que existe, que tem já experiência, que tem capacidade, tanto mais que a tem demonstrado ultimamente nas nossas fronteiras nacionais.

É uma extensão daquilo que está a fazer, é uma especialização que está a ser continuada, pelo que não há razão nenhuma para levantar dúvidas relativamente a essa matéria, a não ser que se queira ir atrás, apenas e só, de reivindicações vãs ou de situações que alimentam outro tipo de políticas que se fazem no País.

Acho que o controlo de fronteiras é fundamental, até para que se resolva a segunda dimensão do problema, que é a dimensão da imigração descontrolada e da abertura de portas sem fim que tivemos nos anos passados. Chegámos a 1 milhão de pessoas, vemo-las na rua, estamos preocupados, não sabemos onde é que estão, e continuamos despreocupados, como se isso pudesse continuar a acontecer, a permitir que outros, com a sua própria verdade, continuem a alimentar este tipo de situação.

Precisamos, profundamente, que isto seja rapidamente resolvido, diria mesmo, ainda neste mês legislado, para que possamos ter respostas capazes, para responder a este tema com aqueles que querem discutir o que está aqui em causa e com aqueles que estão preocupados — e aqui uma palavra à Iniciativa Liberal, que está preocupada com as pessoas que cá estão.

Todavia, não posso acompanhar outras iniciativas que aqui estão e que, única e exclusivamente, querem manter as pessoas no limbo, sem qualquer tipo de resposta, sem qualquer tipo de cautela, como pretende a outra proposta que está em apreciação.

Não podemos acompanhar essas situações, porque, afinal de contas, eles só sabem falar, eles nunca sabem sequer o que dizem e não estão preocupados com as pessoas, apenas querem falar exclusivamente para o seu eleitorado.

Nós estamos verdadeiramente preocupados com as pessoas que cá estão e também com as pessoas de que precisamos no País, para servirem em conjunto com as pessoas que cá estão, esperando integrá-las lógica, fundamentada e regulamentada, não deixando que este tipo de situações se mantenha inopinadamente durante todo o tempo.

E, mais do que isso, não entendemos quem tenta encontrar aqui soluções e desculpas legislativas para não perceber aquilo que nós queremos, de uma vez por todas, que é regular aquilo que outros não souberam em

tempo fazer, aquilo que outros não quiseram fazer e que nós temos a coragem de fazer no tempo e no momento oportuno.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: As alterações que hoje aqui discutimos vão no sentido certo, como têm ido no sentido certo as alterações que este Governo tem feito às regras da imigração.

Uma política de imigração precisa de rigor na entrada, precisa de rigor na permanência e precisa de rigor no retorno dos imigrantes, e só funciona se todas estas áreas forem cumpridas com efetividade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tem de se limitar a entrada àqueles que, efetivamente, tenham direito de entrar, tem de se fiscalizar a permanência dos que, eventualmente, não tenham direito a estar em território nacional e tem de se conseguir afastar aqueles que se conclui que não têm condições para estar em Portugal.

Eu quero dizer muito claramente: nós, hoje, aqui, discutiremos, e veremos, quem é que, efetivamente, quer trazer mais rigor à política de imigração e quem, por umas razões ou por outras — as razões podem ser muito diferentes —, é que pode querer que continue a haver, na política de controlo da imigração, falhas que são inaceitáveis num Estado de direito como Portugal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Uma delas é não ter uma força policial que faça efetivamente controlo de entradas, fiscalização em território nacional e afastamento.

Nós tínhamos esta realidade extraordinária, a de ser uma entidade administrativa que fazia os afastamentos. Ou seja, quando alguém tinha de abandonar o território nacional, era a AIMA que tinha de fazer os afastamentos. Isto não cabe na cabeça de ninguém, não funciona em lado nenhum! Por isso, o que é que acontecia? Havia decisões de afastar, e as pessoas continuavam em território nacional indefinidamente.

Portanto, aquilo que temos hoje para tratar é conseguir que, depois de fechar a torneira com o fim das manifestações de interesse...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E as manifestações de interesse não fecham só a torneira em relação àquelas situações que já estavam em cima da mesa. Como disse o Sr. Ministro, e bem, há uma redução de 80 % do fluxo migratório. Isto diz-nos duas coisas: que a alteração, de facto, introduziu rigor, mas também que, como era propagandeado na *internet*, Portugal era, de facto, o sítio ideal para entrar em Schengen, porque tinha condições que mais nenhum país de Schengen tinha. Isso tinha mesmo de acabar e acabou. Não vale a pena dizer que não acabou, porque acabou. A redução de 80 % no fluxo prova, exatamente, que acabou.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas ainda não está tudo feito. Daí esta questão de criar uma unidade na PSP, de alterar as regras do retorno, de fiscalizar efetivamente em território nacional e de transpor as obrigações europeias relativas aos dados biométricos, que nem isso nós cumpríamos. Mesmo dentro das instituições europeias, estávamos debaixo do radar, porque não cumpríamos as obrigações de um Estado que faz parte de Schengen.

Por isso, Sr. Ministro, claramente, a decisão hoje é a seguinte: vamos ou não vamos ter condições para avançar no caminho do rigor em relação à imigração? E essas condições serão ou não dadas pelo Parlamento e pelo voto de cada grupo parlamentar?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Sr. Ministro começou por nos falar em divisões, as divisões que se criam com este debate, sem perceber o equívoco e o erro que é tentar fazer uma falsa equivalência entre as várias posições que existem neste Parlamento relativamente a esta matéria.

O Sr. Ministro referiu os emigrantes portugueses — e eu sou neto de emigrantes, sou filho de emigrantes, de emigrantes que tiveram de voltar a emigrar —, e quantos deles não queriam ter tido um sistema como o da manifestação de interesse? Quantos emigrantes portugueses não tiveram de sair do País em condições difíceis, em ilegalidade, e não gostariam de ter tido um sistema destes, que lhes permitisse fazer essa mudança do País em que viviam e em que trabalhavam em condições de legalidade?

As falhas a que temos assistido são, sobretudo, falhas do funcionamento da AIMA.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso é mentira!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Isso é verdade, a AIMA não tem estado a funcionar, por falta de meios, por falta de capacidade do seu funcionamento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é nada!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Mas a opção do Governo, em vez de dar à AIMA os meios suficientes para fazer aquela que deve ser a sua função, é a de criar agora uma entidade para tratar destes processos administrativos e pô-la na PSP, que também, já sabemos, não tem os meios suficientes e não vai conseguir cumprir esta missão.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Isto, para além de todas as questões que já foram referidas, de articulação de competências entre as várias entidades, do próprio parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados relativamente a esta proposta de lei e também da autorização legislativa que se quer aqui introduzir, que é manifestamente inconstitucional.

Portanto, não poderemos, nunca, acompanhar esta proposta. Aquilo a que se tem referido esta iniciativa do Governo, o mini SEF, este mini SEF, vai criar problemas ainda maiores, Sr. Ministro.

Por fim, gostaria também de fazer referência à iniciativa legislativa que é apresentada pela Iniciativa Liberal e saudar este projeto de lei relativamente ao visto humanitário. É uma causa que, como saberão, é também cara ao Livre, que, na Legislatura anterior, apresentou também um projeto de resolução que tinha algumas semelhanças: propôs que fosse criado um passaporte internacional humanitário, atribuído pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) a quem estivesse em campos de refugiados, para que quem tivesse comprovadamente uma situação de perseguição política, de perseguição por algum motivo, pudesse circular e beneficiar desse passaporte.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Entendemos que este projeto da Iniciativa Liberal vai no mesmo sentido e vamos apoiá-lo.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vocês querem é o passaporte da dança!

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra à Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, do Chega, para uma intervenção. Dispõe de 56 segundos.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente: O Governo ainda tem alguns segundos, e eu gostava de colocar mais uma questão.

É facto que a política desastrosa de imigração se deve ao Partido Socialista. É facto, também, que foi o Partido Socialista que teve a ideia absolutamente infeliz de extinguir o SEF em resposta ao homicídio de Ihor Homeniuk, bem sabendo que essa não era resposta para o problema.

O PSD, antes de estar no Governo, defendeu que o SEF devia ser reposto e que não devia haver esta extinção e, agora que está no Governo, acabou por não optar por reestruturar o SEF.

Não vou entrar nessa discussão, mas uma coisa é certa: perdeu-se *know-how*, a situação piorou drasticamente e agora, ao menos, o PSD, ou o Governo, podia voltar a juntar as funções administrativas com as funções policiais.

E aquilo que lhe pergunto é: como é que o Governo vai assegurar a articulação devida entre as várias instituições, sabendo que, para já, não está a correr bem?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Sofia Antunes, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos e 34 segundos.

A Sr.^a **Ana Sofia Antunes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: De facto, através deste Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho, o Governo tomou a decisão de pôr fim à figura da manifestação de interesse para a obtenção de autorização de residência para trabalho em Portugal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Em boa hora!

A Sr.^a **Ana Sofia Antunes** (PS): — Respeitamos a decisão, embora não concordemos com ela, na medida em que a questão de fundo que se coloca aqui é a de tentar perceber, face ao fim deste mecanismo, que outro mecanismo nos poderá permitir encontrar a mão-de-obra de que indiscutivelmente continuamos a carecer em Portugal.

E eu sei, o Sr. Ministro sabe, todos nós aqui sabemos, que a solução não será, de forma nenhuma, nem com reforço nenhum, os vistos para trabalho em Portugal. É intrínseco que essa solução não funciona e por alguma razão é que, em determinado momento, houve que desenvolver outros mecanismos para essa captação de mão-de-obra.

Portanto, no fundo, a questão é a de percebermos de que forma é que vamos efetivamente dar resposta aos setores que continuam, de forma insistente, a pedir recurso a trabalhadores que não encontram, isto nas mais diversas áreas, entre as quais o turismo, que, ainda não há muito tempo, nos dizia que carecia de mais de 40 000 trabalhadores.

Mas permita-me focar-me especialmente no setor social e solidário. É porque todos os dias as instituições nos fazem chegar a preocupação de que não conseguem contratar pessoas para cuidar dos nossos mais vulneráveis.

Nós respeitamos a decisão do termo da manifestação de interesse; aquilo que não conseguimos perceber é como é que se põe termo a esta figura sem se encontrar um caminho alternativo. Ou será que esse caminho alternativo até já acabou por ser encontrado pelo Governo? É que estamos bastante curiosos para perceber o que é que vai resultar desta revisão daquele que será o visto para a procura de trabalho em Portugal pelos cidadãos da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

Muito brevemente, quero dizer que acompanhamos as propostas da Iniciativa Liberal e as preocupações quanto aos vistos humanitários e quanto à necessidade de tornar segura a posição daqueles que trabalham em

Portugal, que estão a fazer descontos há mais de 12 meses e que efetivamente não estão abrangidos pela norma transitória do Decreto-Lei n.º 23-A/2024.

Quanto à iniciativa do Chega, é mais do mesmo: tentar rotular aqueles que chegam a Portugal para trabalhar apenas com a intenção de que são requerentes ilegítimos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo tem a palavra para uma intervenção, dispondo de 45 segundos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro: Portugal não teve, não tem, portas escancaradas. Esse foi um conceito criado em plena campanha eleitoral para isso mesmo, para fazer campanha eleitoral.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Esteve desatento!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Estou certo de que nunca chamará ao visto CPLP, que é responsável por 45 % das entradas em Portugal, das autorizações de residência, um efeito de chamada, e ainda bem que não o faz.

Em segundo lugar, o Sr. Ministro devia legislar de forma menos ofegante, porque acabou com as manifestações de interesse, mas o Sr. Ministro e vários membros do Governo têm anunciado uma via verde atrás da outra. O Sr. Ministro tinha um queijo flamengo, e hoje, em matéria de lei de imigração, vamos ter um queijo suíço!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — É melhor!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Em terceiro lugar, quanto à proposta de lei que aqui apresenta, Sr. Ministro, também aconselha a legislar de forma menos ofegante, porque não só está errada, como está materialmente mal feita e, por isso mesmo, merece o chumbo desta Câmara.

Aplausos do BE.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Não se pode dizer queijo suíço! Isso é xenofobia.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Já chegou ao fim do *TikTok*!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — O Sr. Deputado tem *TikTok*!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tem, mas é fraco!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, para uma intervenção, dispondo de 13 segundos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente: Apesar de toda a vozeria à volta do tema da imigração, há uma coisa com que todas as bancadas parecem concordar: é que Portugal precisa de imigração e vai precisar durante muitos anos. Portanto, o tema está connosco e vai estar.

Protestos do CH.

A grande questão aqui, nem o Chega nega isto, é que o Estado tem de estar preparado, do ponto de vista dos recursos humanos e financeiros. Portanto, tem de se alargar a AIMA, a instituição que cuida, em primeiro lugar, da imigração, e isso é que deve ter o nosso consenso.

Aplausos do L.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é a AIMA!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Ministro da Presidência, que dispõe de 3 minutos e 28 segundos, já que o PSD cedeu 1 minuto e 15 segundos ao Governo.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente: É evidente a divisão e a discordância que temos sobre a correção de acabar com a manifestação de interesse.

O Governo continua a achar que era necessário e que foi correto fechar essa porta; continua a achar que não fazia sentido ter um regime que tornava a entrada ilegal em legal, pela passagem do tempo e de um pagamento, e que permitia antes — mas já não permite, porque isso acabou — que vistos de turismo, um ano depois, porque se pagava, dessem lugar a uma autorização de residência. Isso acabou.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Tal como acabou essa falta à verdade que foi aqui transmitida pelo Chega. Acabou essa ilusão, como acabou a manifestação de interesse.

Mas queria focar-me noutra parte. Nós, no Governo, compreendemos e percebemos a boa intenção que existe em cada bancada relativamente a certos pontos de vista. Nós percebemos e acompanhamos quem está preocupado com o bem-estar, com a dignidade, de quem procura Portugal. Hoje, na situação em que os recebemos, tinham uma situação indigna à espera de resposta, não tinham serviços públicos a responder, não eram recebidos com humanismo. Nós compreendemos, como também compreendemos aqueles que dizem que Portugal tinha um sistema de imigração descontrolada. E tinha!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — E é este Governo que está a corrigir isso, para bem de todos os que vêm e precisam de humanismo e para bem de todos os que cá vivem e precisam de paz social.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E é por causa disso que hoje não estamos a discutir as dúvidas e as divergências sobre o fim da manifestação de interesse, que vão persistir. O que estamos a discutir são quatro questões relativamente às quais eu pergunto se os grupos parlamentares estão ou não disponíveis, agora ou na especialidade, para resolver.

Querem ou não querem um regime mais favorável de entrada dos cidadãos de países de língua portuguesa? Devem ou não os cidadãos de língua portuguesa ser tratados de forma diferente de outros imigrantes, sem deixarem de cumprir as regras? Sim ou não a um regime mais favorável para a CPLP? Se sim, apoiam esta lei.

Querem ou não um novo sistema de controlo das fronteiras externas, onde estamos a investir 25 milhões de euros e estamos obrigados, também pelos compromissos europeus, a ter esse registo de dados biométricos?

Nós precisamos desta lei para cumprir as nossas obrigações europeias, para que, no dia 10 de novembro, não estejamos fora do espaço Schengen. Querem ou não querem ter um sistema que faz um controlo efetivo? Se sim, votem esta lei. Querem continuar com Portugal como o pior país, o mais ineficaz a cumprir as regras de retorno? Hoje, em Portugal, quando são identificadas situações de ilegalidade, apenas 5 % são retornados e afastados.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só 5 %!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Isso está errado. As regras são para cumprir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Se querem que essas regras sejam cumpridas e que o retorno seja eficaz, aprovevem esta lei.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Finalmente, admito que esta autorização legislativa tenha a mesma linha, a mesma natureza típica das do Orçamento do Estado que, normalmente, não preocupam nenhum Sr. Deputado, mas estamos com toda a abertura para que, na especialidade, se encontre uma solução que funcione, ajustando ou alterando esta autorização.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está terminado o terceiro ponto da ordem de trabalhos.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares solicitou que a Mesa colocasse à consideração da Câmara a possibilidade de fazer ainda a discussão do ponto seguinte e de não irmos já para votações, para ser possível aprovar o respetivo diploma.

Como todos sabem, para alterar a ordem do dia, é necessário o acordo de todos os membros da Assembleia, de todos os Srs. Deputados. A Mesa consultou os diversos grupos parlamentares e o Grupo Parlamentar do Chega opôs-se. Não vou abrir debate sobre as razões disto ou daquilo, porque é do exercício de cada um dos Srs. Deputados dizer «sim» ou «não».

Há esta oposição, não vamos poder fazer a entrada no quarto ponto da agenda, pelo que vamos passar agora às votações e a votação do ponto quatro será feita, como sabem, na próxima sessão da Assembleia.

Portanto, despeço-me do Sr. Ministro da Presidência e peço aos serviços para fazerem o favor de abrirem o sistema para podermos fazer os respetivos registos e verificarmos o quórum.

Pausa.

Se algum dos Srs. Deputados tiver dificuldade no registo, agradeço que sinalize a Mesa para ficar esse facto registado.

Pausa.

Algum dos Srs. Deputados não se conseguiu registar? Se assim for, façam favor de se identificar.

O Sr. **Pedro Sousa** (PS): — Pedro Sousa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Mais algum Sr. Deputado?

Pausa.

Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, de acordo com aquilo que foi feito na passada semana, gostaria de saber quais são os Deputados que estão também a assistir por videoconferência.

O Sr. **Presidente**: — Primeiro, vou fechar a verificação do quórum e só depois tenho essa indicação.

Pausa.

Então, vou considerar encerrada a verificação do quórum. Estão presentes 206 Srs. Deputados. Há mais um Sr. Deputado que não se conseguiu registar. Peço que se identifique, Sr. Deputado.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Marcus Santos, Sr. Presidente.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ainda dizem que somos xenófobos! Nós temos brasileiros e tudo!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Vou, então, dar a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira, que vai dar a indicação de quem está a seguir os trabalhos de forma remota.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, estão a participar nos trabalhos por videoconferência os seguintes Srs. Deputados: Carlos Silva Santiago, Dulcineia Catarina Moura, Carlos Cação e Paulo Cavaleiro, todos do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata; Ana Abrunhosa, Manuel Pizarro, João Azevedo, Gilberto Anjos, Hugo Costa e Luís Dias, todos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, tem alguma dúvida? Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, não percebi bem, é só para saber se a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua está a assistir por videoconferência ou não.

Vozes do PS, do BE e do L: — Oh!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vou aqui fazer números à volta disto, o Sr. Secretário leu os nomes de quem estava *online*, foi audível, e não vou continuar com esta situação que perturba a votação. Portanto, dou como encerradas as clarificações e esclarecimentos.

Protestos do CH e contraprotestos de Deputados do PS, do BE e do L.

Vamos passar às votações.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Falam dos outros, mas não se acusam a eles!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — A Mariana não está!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados,...

Protestos do CH e contraprotestos de Deputados do PS.

... estão pessoas a assistir e com o respeito de irem ouvir os votos de pesar e os Srs. Deputados não estão a dar condições para este momento importante da Assembleia poder ser verificado. Se se sentem bem assim com as pessoas que estão a assistir, eu sinto-me mal como Presidente da Assembleia.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Estão na escolinha!

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar às votações.

Começamos com o Projeto de Voto n.º 369/XVI/1.^a (apresentado pelo PCP e PS) — De pesar pelo falecimento de Guilherme da Fonseca. Informo a Câmara que a família do Sr. Juiz Conselheiro, a quem apresentamos os sentidos pêsames, está presente a assistir aos nossos trabalhos.

Peço à Sr.^a Deputada Joana Lima o favor de o ler.

A Sr.^a **Secretária** (Joana Lima): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«O Juiz Conselheiro Guilherme Frederico Dias Pereira da Fonseca faleceu em Lisboa, em 1 de outubro de 2024, aos 83 anos de idade.

Nascido em Braga, em 26 de outubro de 1940, licenciou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e pós-graduou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Fez estágios em França, no Conselho Constitucional e no Conselho de Estado, e em Maastricht, no Instituto Europeu de Administração Pública, como bolseiro do Conselho da Europa.

Foi Delegado do Procurador da República nas comarcas da Golegã, Vila Franca de Xira, Anadia, Lisboa e Guimarães, Juiz de Direito na comarca de Mogadouro, Adjunto do Procurador-Geral da República nos círculos judiciais de Bragança e Vila Real, Representante do Ministério Público no Supremo Tribunal Administrativo e no Tribunal Constitucional, Juiz Conselheiro no Supremo Tribunal Administrativo e no Tribunal Constitucional.

Foi Presidente da Direção Nacional do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público nos mandatos de 1977-1979 e 1984-1986.

Foi autor e coautor de livros de Direito Administrativo e coproprietário das *Revista de Direito Administrativo* e *Revista de Direito Público*.

Jubilado em 2003, era atualmente presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Juristas Democratas.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta o seu pesar pelo falecimento do Juiz Conselheiro Guilherme da Fonseca e expressa sinceras condolências aos seus familiares e amigos, ao Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e à Associação Portuguesa de Juristas Democratas.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos ao Projeto de Voto n.º 371/XVI/1.^a (apresentado pelo BE) — De pesar pela morte de Carlos Pina, Bruno Neto e Fernanda Júlia Soares.

Peço ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira o favor de o ler.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«No dia 2 de outubro, Carlos Pina, de 43 anos, Bruno Neto, de 36 anos, e Fernanda Júlia Soares, de 34 anos, que estava grávida, foram assassinados na Rua Henrique Barrilero Ruas, no Bairro do Vale, na freguesia da Penha de França, em Lisboa.

Carlos Pina sempre foi muito comunicativo e ativo na comunidade, dedicando-se a várias causas para melhorar o bairro onde residia. Começou por viver num dos bairros de barracas junto à Avenida Mouzinho de Albuquerque. Nessa época comia, geralmente, a primeira refeição do dia na escola e usava a maioria das vezes a mesma muda de roupa. No final da década de 1990 a sua família foi realojada no Bairro do Vale.

Trabalhou na construção civil, foi vigilante, taxista e fez biscates vários. Foi jogador do Operário Futebol Clube Lisboa. Mais tarde, descobriu que tinha um dom. “A primeira vez que cortei o cabelo apaixonei-me logo pela profissão (...) Foi o momento *eureka*”, contou em 2021 numa entrevista para o programa da Antena 1, *Cidade Invisível*.

Inaugurar a barbearia Granda Pente era o seu sonho. Neste local, que tinha sempre as portas abertas e que funcionava como um centro social, ajudou muitos jovens a aprender e a ganhar experiência no ofício. Alguns abriram os seus próprios salões.

Na Granda Pente passavam várias pessoas diariamente para cortar o cabelo ou simplesmente para meter a conversa em dia. Carlos Pina era uma âncora do bairro, um exemplo de um cidadão ativo, que se empenhava na construção de uma cidade mais inclusiva.

Cerca de 300 pessoas marcaram presença no funeral de Carlos Pina, no passado sábado, 5 de outubro. O cortejo saiu da igreja da Penha de França, passou pela Granda Pente e terminou no cemitério do Alto do São João. «Viva o Pina!», ouviu-se em uníssono, entre aplausos.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu pesar pela morte de Carlos Pina, Bruno Neto e Fernanda Júlia Soares e endereça às famílias, amigos e moradores do Bairro do Vale sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos ao Projeto de Voto n.º 374/XVI/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Irmã Maria da Conceição de Jesus Laranjeiro, sendo que temos a assistir também familiares e amigos e ainda, em representação das filhas da caridade de São Vicente de Paulo, a Irmã Fátima Miranda.

Peço à Sr.^a Secretária Sandra Pereira o favor de ler o respetivo voto.

A Sr.^a **Secretária** (Sandra Pereira): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«No dia 2 de outubro de 2024 faleceu na Casa Provincial das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo em Lisboa, a Irmã Maria da Conceição de Jesus Laranjeiro.

Nascida em 1930 em Porto de Mós, distrito de Leiria, foi na Vila de Cucujães, no concelho de Oliveira de Azeméis, que durante mais de 40 anos se dedicou ao serviço dos pobres e dos mais frágeis.

Como enfermeira, criou uma resposta de assistência na doença para os mais pobres, ainda antes da criação do Serviço Nacional de Saúde, prestando cuidados de saúde gratuitos a quem não tinha acesso a qualquer assistência.

Foi fundadora do núcleo da Cruz Vermelha de Cucujães e das Conferências Vicentinas que prestam assistência a centenas de famílias carenciadas. Fundou em Portugal a associação juvenil Juventude Mariana Vicentina, um dos maiores movimentos eclesiais juvenis do País e criou grupos de formação para adultos e para os mais velhos.

Mulher corajosa, alegre e determinada, transformou a sociedade de Oliveira de Azeméis através da sua ação humanitária, do seu carisma vicentino, do seu exemplo de determinação e empreendedorismo e do seu amor ao próximo.

Por uma vida dedicada aos outros, sobretudo aos mais frágeis, aos mais pobres e aos jovens, em 2009 recebeu das mãos do Presidente da República Cavaco Silva o reconhecimento do Estado português, instituindo-a Comendadora da Ordem da Instrução Pública.

Os Deputados do PSD eleitos pelo Círculo Eleitoral de Aveiro manifestam o seu profundo pesar pelo falecimento da Irmã Conceição Laranjeiro e endereçam à sua família e às Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo as suas mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acabou de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Proseguimos, com a votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 370/XVI/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação a Amália Rodrigues, nos 25 anos do seu falecimento.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos à votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 375/XVI/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação a Maria Manuela Aguiar, pela sua dedicação às comunidades portuguesas.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Votamos agora a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 379/XVI/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por duas Deputadas do PS) — De saudação pelo Dia Mundial da Saúde Mental.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 22/XVI/1.ª (GOV) — Estabelece medidas de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

A proposta de lei baixa à 5.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 295/XVI/1.ª (PAN) — Aprova um regime excecional de endividamento municipal aplicável às despesas destinadas a fazer face aos prejuízos causados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do L e do PAN e a abstenção do PS.

Proseguimos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 296/XVI/1.ª (CH) — Altera o DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, que aprova o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental no sentido de aditar medidas de proteção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do CH e as abstenções do L e do PAN.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 300/XVI/1.ª (PCP) — Reforça medidas urgentes de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP.

O projeto de lei baixa à 13.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 306/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo um plano de ação para a renaturalização, gestão florestal sustentável e prevenção de incêndios nas áreas ardidas em Portugal.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS e do CH.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 307/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a suspensão temporária da atividade cinegética em todas as áreas ardidas e confinantes do território nacional

para a recuperação da fauna e dos seus *habitats* naturais após os incêndios florestais e a implementação de programas de alimentação e abeberamento para a fauna selvagem afetada.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do BE, do L e do PAN e as abstenções do PS e do PCP.

Vamos passar à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 308/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove medidas de apoio aos municípios afetados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS e da IL.

Proseguimos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 309/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias junto da Comissão Europeia para assegurar a intervenção do Fundo de Solidariedade da União Europeia com vista ao financiamento das medidas de resposta aos prejuízos causados pelos grandes incêndios ocorridos nas regiões Centro e Norte de Portugal continental no mês de setembro de 2024.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do PS.

Vamos votar agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 336/XVI/1.ª (BE) — Intervenção urgente nas áreas ardidas nos incêndios de setembro de 2024 para apoio às populações, estabilização dos solos e reconversão florestal.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS, do CH e da IL.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 339/XVI/1.ª (L) — Recomenda o apoio às populações e o desenvolvimento e implementação de um plano integrado de restauro ecológico e prevenção de incêndios.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

O projeto de resolução baixa à 7.ª Comissão.

Temos agora de votar um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, da Proposta de Lei n.º 23/XVI/1.ª (GOV) — Aprova a criação da unidade nacional de estrangeiros e fronteiras na Polícia de Segurança Pública, altera o regime de retorno, e regula o novo sistema de entrada e saídas para o reforço do controlo das fronteiras externas.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 219/XVI/1.ª (IL) — Cria o visto humanitário.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do CH e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

O projeto de lei baixa à 1.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 220/XVI/1.ª (IL) — Regime de transição relativo à nova lei de imigração.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do L e do CDS-PP, os votos contra do CH e do PCP e a abstenção do PAN.

O projeto de lei baixa à 1.ª Comissão.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para anunciar que a bancada do Bloco de Esquerda entregará uma declaração de voto por escrito relativamente à votação do Projeto de Lei n.º 220/XVI/1.ª.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes também pede a palavra. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito e relativamente à mesma votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Relativamente ao Projeto de Lei n.º 302/XVI/1.ª (CH) — Altera o regime de concessão de asilo e proteção subsidiária, com vista a reforçar o controlo das fronteiras externas e da permanência e trânsito de cidadãos estrangeiros em território nacional, chegou à Mesa também um requerimento, apresentado pelo proponente, de baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias.

Vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Prosseguimos, com a votação do Projeto de Resolução n.º 216/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que priorize as negociações para o aumento das quotas de pesca portuguesas, assim como aprofunde conversações com vista à criação de quotas específicas para as regiões ultraperiféricas.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e do PAN, os votos a favor do CH e as abstenções do PS e do PCP.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 240/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo realização gratuita de rastreio da imunodeficiência combinada grave a todos os bebés recém-nascidos em Portugal que realizem o rastreio neonatal.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos agora votar o Projeto de Resolução n.º 241/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a continuidade de implementação da rede de bancos de leite materno, em cumprimento do disposto na lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Prosseguimos, com a votação do Projeto de Resolução n.º 253/XVI/1.ª (PAN) — Institui o dia 22 de dezembro como dia nacional do técnico auxiliar de saúde.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do CDS-PP.

Vamos passar à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 2/XVI/1.^a (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a Lei da Liberdade Religiosa, e a Lei que define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente, no sentido de aumentar para 1 % o limite da consignação pelos contribuintes de receita de IRS a favor de instituições solidárias, religiosas, culturais ou com fins ambientais.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 129/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a concretização do bloco de rega de Reguengos e o desenvolvimento do projeto do bloco de regas de Mourão e 195/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que ative os procedimentos necessários para adjudicar a totalidade das obras previstas no Circuito Hidráulico de Reguengos de Monsaraz e cumpra a totalidade das metas fixadas no Programa Nacional de Regadios.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL e do PCP, os votos contra do BE e do PAN e as abstenções do PSD, do L e do CDS-PP.

A Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes pediu a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Para anunciar à Câmara que entregaremos uma declaração de voto escrita relativamente à votação que acabámos de fazer, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.^a Deputada.

Temos para votar dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, que peço ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira o favor de ler.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação dos Julgados de Paz do Porto, no âmbito do Processo n.º 195/2022-JPP, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Deputado Gilberto Anjos (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo pedidos de palavra, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Local Criminal de Lisboa — Juiz 4, Processo n.º 3633/21.8T9LSB, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Deputada Marta Martins da Silva (CH) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo pedidos de palavra, vamos votar este parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Terminado o ponto relativo às votações regimentais, passamos ao quarto ponto da ordem de trabalhos, que consiste no debate conjunto, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 10/XVI/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o regime de IVA de caixa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio, e do Projeto de Lei n.º 279/XVI/1.^a (PCP) — Alarga o universo de empresas em condições de aderir ao regime de IVA de caixa e

protege as micro e pequenas empresas perante situações de «créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa» (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio).

Dou a palavra à Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais para a apresentação da proposta de lei do Governo, dispondo de 7 minutos para o efeito.

Antes, porém, vamos aguardar uns momentos para que a Assembleia faça a sua mobilidade interna. Peço aos Srs. Deputados que o façam com rapidez porque a Sr.ª Secretária de Estado está na tribuna para usar da palavra, e o respeito que lhe é devido implica estarmos com atenção a ouvir o que vai dizer.

Pausa.

Vou repetir: a Sr.ª Secretária de Estado está na tribuna para fazer uma intervenção, que só vou autorizar quando estiverem reunidas as condições para o efeito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falta de respeito!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Secretária de Estado, dispõe de 7 minutos.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais** (Cláudia Reis Duarte): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Dirijo-me a esta Assembleia para apresentar a proposta de lei, hoje em debate, que autoriza o Governo a alargar a aplicação do regime de IVA de contabilidade de caixa aos sujeitos direitos passivos que atinjam volumes de faturação não superiores a 2 milhões de euros.

Este regime foi criado em 2013, pelo Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio, permitindo aos sujeitos passivos de IVA com um volume de faturação anual, até aqui, igual ou inferior a 500 000 €, diferir a entrega do imposto liquidado aos seus clientes para o momento do seu efetivo recebimento.

A introdução deste regime no nosso sistema, em 2013, constituiu uma derrogação à regra geral em matéria de exigibilidade do IVA, permitindo a entrega do imposto apenas quando ele fosse recebido. Em contrapartida, o imposto suportado pode apenas ser deduzido aquando do pagamento aos fornecedores, tendo ambos como limite o período de 12 meses.

Noto que se trata de um regime facultativo, deixando-se à discricionariedade dos sujeitos passivos a opção, ou não, pelo mesmo sempre que se verifiquem as condições legalmente estabelecidas.

Este regime tem por objetivo evidente a melhoria da situação das empresas elegíveis, até hoje com um volume de negócio de até 500 000 €, através da diminuição da pressão sobre a sua tesouraria e dos custos financeiros associados à entrega ao Estado de um imposto antes do seu efetivo recebimento.

Aquando da criação do regime, foi decidido proceder à sua implementação de forma gradual, admitindo-se desde logo a possibilidade de o mesmo vir a ser ampliado no futuro, tendo em conta a experiência adquirida ao longo do tempo e também a avaliação dos riscos de fraude ou de evasão fiscal decorrentes da sua aplicação.

Acresce que a limitação às entidades com um volume de negócios de até aos 500 000 € decorre, ou decorria à data da criação do regime, de este ser o limite máximo que os Estados-Membros, à luz das regras comunitárias então em vigor, poderiam unilateralmente fixar sem intervenção da União Europeia. Este limiar máximo, a ser fixado unilateralmente, foi alterado em 2018, porque se alterou a diretiva do IVA para 2 milhões de euros.

Portanto, decorridos mais de 10 anos da implementação do regime e com o fito de permitir a melhoria das condições de tesouraria de um universo mais alargado de empresas, o Governo entendeu dever potenciar este regime, alargando-o a mais operadores económicos, através do aumento do limiar do volume de negócios elegível para este efeito dos atuais 500 000 € para os 2 milhões de euros, o que corresponde ao teto máximo permitido hoje pelo direito europeu, que, como é sabido, baliza a nossa legislação em matéria de IVA.

Ao possibilitar o alargamento da aplicabilidade do regime do IVA de caixa, a aprovação da presente proposta de lei irá seguramente contribuir para o reforço de tesouraria e facilitar a gestão do *cash flow* das empresas portuguesas que optarem pela sua aplicação, já que lhes evita o pré-financiamento do imposto quando, ainda que o tenham faturado aos seus clientes, não tenham ainda recebido os montantes que lhe são devidos, sendo,

em consequência, obrigadas a entregar o valor do imposto recorrendo à sua própria disponibilidade financeira ou a outras fontes de financiamento.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este Governo está apostado na redução das obrigações e encargos fiscais e burocráticos das empresas portuguesas, em especial das pequenas e médias empresas (PME), que constituem o grosso do nosso tecido empresarial.

Em paralelo, promover a capitalização e a agilidade financeira das nossas PME constitui um desígnio importante para as manter robustas num mercado cada vez mais competitivo.

Com a medida proposta, aponta-se para um aumento da elegibilidade dos operadores que podem aderir a este regime, que se estimam em mais de 1 milhão de empresas, contribuindo desse modo para a melhoria das suas condições de tesouraria e o seu reforço.

Por ser nossa convicção que os objetivos prosseguidos por esta proposta de lei são meritórios e, por isso, esperamos, partilhados por todos os grupos parlamentares, o Governo conta que esta iniciativa possa merecer o apoio e a aprovação desta Assembleia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Secretária de Estado tem quatro pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos, então, começar esta série de quatro pedidos de esclarecimento, dispondo cada um dos Srs. Deputados de 2 minutos para o efeito.

Começo por dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este regime do IVA de caixa foi criado em 2013, na altura em que eu desempenhava funções como Secretário de Estado de Assuntos Fiscais. Foi um regime criado com o objetivo de aliviar as dificuldades de tesouraria das empresas, dificuldades essas — é bom não esquecer — que estavam bastante agravadas com a crise financeira gravíssima que tinha sido deixada pelo Governo de José Sócrates.

Foi um regime que permitiu pela primeira vez às empresas entregarem o IVA ao Estado apenas quando o recebiam dos seus clientes, aliviando, nessa medida, a tesouraria.

Na altura, de acordo com as regras europeias, o regime só poderia ir até às empresas com 500 000 € de volume de negócios. Felizmente que a diretiva do IVA foi alterada e permitiu o alargamento para os 2 milhões de euros em termos de volume de negócios.

Sempre defendi que este é um instrumento poderoso para apoiar as empresas, designadamente as pequenas e médias empresas, e para apoiar a economia real. E sê-lo-á ainda mais com a proposta que o Governo faz hoje neste Plenário, alargando as empresas que podem beneficiar deste regime para aquelas com um volume de negócios até 2 milhões de euros.

Por isso, em primeiro lugar, gostava de saudar o Governo por esta iniciativa que ajuda as empresas e ajuda a economia real.

Há duas perguntas que lhe queria fazer. Primeiro: o Sr. Ministro das Finanças disse, em julho, quando a medida foi anunciada, que mais 100 000 empresas iriam beneficiar deste regime, e eu pergunto qual é, neste momento, o total das empresas elegíveis para beneficiar do regime do IVA de caixa?

A segunda questão tem a ver com uma proposta do Partido Comunista. O PCP apresenta, neste Plenário, uma proposta para alargar o âmbito da medida às empresas com um volume de negócios até 10 milhões de euros. Nós sabemos que o PCP vive num mundo à parte, parado naquela altura da queda do Muro de Berlim, e a pergunta é esta: como é que é possível? Isto não viola o direito comunitário?

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Afonso, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Secretária de Estado, mais uma vez, este Governo usou e abusou do recurso à figura da autorização legislativa, desta vez para propor o alargamento do regime de IVA de caixa a empresas com um volume de negócio até 2 milhões de euros.

Segundo VV. Ex.^{as}, esta alteração permitirá melhorar as condições de tesouraria de mais empresas e simplificar procedimentos contabilísticos e fiscais.

Ora, Sr.^a Secretária de Estado, a grande verdade é que após a sua publicação, em 2013, o regime de IVA de caixa falhou redondamente na sua forma e na falta de adesão.

Aplausos do CH.

Foi, inclusivamente, considerado pelo antigo Bastonário da Ordem dos Contabilistas, António Domingues de Azevedo, como um autêntico fiasco. Efetivamente, a complexidade na classificação contabilística, assim como os custos de implementação e controlo tornaram o IVA de caixa num regime muito pouco atrativo.

Hoje, passados 11 anos, continuamos a perder tempo. Tempo que urge e nos faz falta para resolver os verdadeiros problemas das empresas portuguesas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Problemas, Sr.^a Secretária de Estado, como, por exemplo, a exagerada burocracia ou a elevada taxa de IRC. Sim, aquele imposto que foi uma bandeira tão anunciada pela AD para alavancar a economia,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!...

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — ... mas que os senhores minorizaram para satisfazer os caprichos do Partido Socialista.

Aplausos do CH.

Problemas, Sr.^a Secretária de Estado, como, por exemplo, o da evasão fiscal ou o das dívidas fiscais incobráveis, que já superam os 10 000 milhões de euros.

Em suma, Sr.^a Secretária de Estado, entendemos que, apesar de bem-intencionada, esta proposta possui um alcance muito limitado, que pouco se traduzirá no apoio à tesouraria das empresas.

Por isso, questiono e gostaria de saber quantas empresas, quantos sujeitos passivos em sede de IVA aderiram ou estão atualmente no regime de IVA de caixa, e qual a sua percentagem no universo de empresas elegíveis.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Newton, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Luís Newton** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, portuguesas e portugueses, o desafio da governação é, na realidade, o de criar as condições para cumprir as ambições da população que servimos. E, para muitos, essa ambição passa pela vontade de criar riqueza, postos de trabalho, tornando-se por isso microempresários.

Segundo a Pordata, cerca de 96 % das empresas em Portugal são microempresas; 1,2 milhões de negócios responsáveis por cerca de 40 % do emprego em Portugal e um quinto do PIB (produto interno bruto). Esta é a espinha dorsal do Portugal empreendedor com quem este Governo quer estar em sintonia.

A proposta de alargamento do universo de beneficiários do regime de IVA de caixa representa um reforço de tesouraria para essas 1,2 milhões de empresas. É mais uma prova da coesão estrutural do Programa Acelerar a Economia, que esta medida integra.

Estou certo de que este alargamento só pode unir todas as bancadas desta Assembleia, porque significa gerar mais riqueza, mais emprego e melhores ordenados.

Quer dizer, todas, não, porque o Chega não quer saber das microempresas e hoje decidiram adiar esta importante votação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Newton** (PSD): — Sr.^a Secretária de Estado, dos contactos que temos tido com associações empresariais, registámos dois sentimentos: por um lado, um enorme entusiasmo pela oportunidade que esta medida representa, permitindo reduzir encargos e endividamentos que tantas vezes sufocam as empresas; por outro lado, um grande desconhecimento sobre esta medida.

Por isso, pergunto-lhe: como pode a máquina fiscal reforçar a divulgação deste regime tão importante para a sustentabilidade e longevidade destas empresas? E, já agora, como se situa Portugal, relativamente aos outros países europeus, nestas medidas?

Porque esta é a marca deste Governo: apostar numa transformação do Estado para apoiar a persecução dos sonhos de cada português na construção de um Portugal mais justo e competitivo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Por último, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, o Livre apoia, num sentido geral, esta medida. Resta saber se a autorização legislativa é o instrumento mais adequado para a poder fazer, mas o que é certo é que, no sentido em que, pelo menos nas empresas que aderirem ao sistema do IVA de Caixa, haverá menos dores de cabeça e menos preocupações com o pagamento de IVA, quando às vezes as faturas não foram ainda cobradas, parece que a medida vai num sentido positivo. E também achamos que uma medida como a do PCP, que pretende alargar a todas as pequenas e médias empresas, uma vez averiguada a sua compatibilidade com o direito europeu, também é uma medida que poderíamos apoiar...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O problema é que não é!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Uma vez feita essa verificação, Sr. Deputado.

A questão que lhe queria colocar, Sr.^a Secretária de Estado, prende-se também com uma categoria de agentes económicos, os trabalhadores independentes — os chamados «recibos verdes» —, que têm ainda um outro tipo de dor de cabeça, ou, diríamos mais ainda, um inferno trimestral com o IVA. Nós conseguimos, em Orçamentos anteriores, que pudesse haver um limiar de isenção para as obrigações de declaração trimestral do IVA para trabalhadores independentes que fosse crescendo gradualmente — agora está nos 14 500 € —, o que permitia que, pelo menos para alguns trabalhadores independentes, as pessoas se pudessem dedicar àquilo em que efetivamente são boas. Trata-se de muita gente que é tradutor, jornalista, consultor, e que, em vez de ter de ser o contabilista do Estado, o jurista, o seu próprio cobrador, possa não ter de se preocupar com a declaração trimestral de IVA.

Pergunto-lhe, Sr.^a Secretária de Estado, se esta necessidade de ir gradualmente aumentando esta isenção está contemplada no atual Orçamento do Estado e se o Governo estaria disposto a acompanhar uma proposta

do Livre de alargamento bastante substancial dos trabalhadores independentes que não teriam de prestar a declaração trimestral de IVA.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 2 minutos e 24 segundos, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Nuncio, à sua primeira questão do universo das entidades elegíveis, enfim, já foi aqui referido 1 milhão e 200 000 negócios que constituem microempresas, e, portanto, até pela definição legal do que é uma microempresa, à partida, todos estes seriam — enfim, excluindo aqui outros requisitos legais — elegíveis para este efeito. Portanto, o universo das entidades que poderiam optar pelo regime de caixa é, em muitíssimos milhares, alargado com a subida deste requisito do volume de negócios dos 500 000 € para os 2 milhões de euros, naturalmente.

Depois, perguntava-me se a proposta apresentada pelo PCP e a subida deste limiar para os 10 milhões de euros nos colocaria alguns problemas de compatibilidade com o direito comunitário. Respondo: sim, necessariamente. Aliás, é violador do direito comunitário, ponto.

O que acontece é que, enquanto na anterior versão da diretiva IVA havia a possibilidade de cada Estado-Membro, unilateralmente, fixar até aos 500 000 € e poder subir esse limiar pedindo autorização, ou seja, comunicando à Comissão e com o respetivo acordo, tal como a diretiva IVA está formulada atualmente essa possibilidade já não existe, e, portanto, os 2 milhões são o limite máximo que nos é imposto pelo direito comunitário.

Quanto ao Sr. Deputado Rui Afonso, enfim, quanto à primeira parte da sua exposição, sobre a burocracia, vamos ver: este regime é, de facto, um regime facultativo, absolutamente opcional, e importa, porque não há outro modo de o operacionalizar, uma contabilização para este efeito. Portanto, isso não decorre de imposição legal ou de burocracia ou de procedimentos, mas do próprio regime, e não há como o ultrapassar.

Como é que isto pode, perguntava-me o Sr. Deputado Luís Newton, reforçar, reforçar a tesouraria das empresas. Enfim, alargando, em muitas centenas de milhares, os contribuintes elegíveis para este efeito, necessariamente aliviámos, para todos aqueles que o queiram fazer, a pressão de tesouraria que sobre eles impende, para que não tenham de entregar IVA que não receberam.

Por último, quanto ao Sr. Deputado Rui Tavares, não sei se ainda lhe consigo responder...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Grupo Parlamentar do Livre cede o tempo que lhe sobra para a Sr.^a Secretária de Estado poder terminar a sua intervenção.

Portanto, peço aos serviços que passem os 58 segundos do Livre para o Governo, para eu poder voltar a dar a palavra à Sr.^a Secretária de Estado.

Pausa.

Faça favor, Sr.^a Secretária de Estado.

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, enfim, não é essa a discussão que aqui nos traz hoje. Estamos muito cientes de que esse tema tem de ser avaliado, também, no quadro do direito comunitário, porque também aí temos limitações.

O que lhe queria adiantar sobre esse assunto, de forma muito lapidar porque o tempo urge, é que, neste momento, estão em cima da mesa duas alterações que decorrem de diretivas comunitárias, onde poderemos ponderar esse tema do alargamento do valor da isenção, do regime de isenção.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas está no Orçamento atual?

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Não, não está no Orçamento, e o Orçamento não altera o regime de isenção de IVA.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já não há diálogo?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação do Projeto de Lei n.º 279/XVI/1.^a, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Desde 2006 que o PCP defende o alargamento do regime do IVA de caixa a todas as micro e pequenas empresas, uma proposta que voltamos a trazer à Assembleia da República porque corresponde aos anseios das micro e pequenas empresas.

Propomos também corrigir uma situação criada pela lei, em 2013, que mantém desprotegidas as empresas nos casos de créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa, assim classificados nos termos da lei, eliminando a obrigação dos sujeitos passivos de entregarem em 12 meses o valor do imposto sobre a data de emissão de fatura.

Em diversos setores, por diversos motivos, a boa cobrança do imposto pode ocorrer apenas após 12 meses, e consideramos que manter a atual redação da lei viola o princípio subjacente ao regime do IVA de caixa.

A verdade é que, nos últimos 15 anos, PS, PSD e CDS impediram que o IVA de caixa fosse alargado a todas as micro e pequenas empresas. A questão que aqui nos separa — e são, de facto, bastantes — é que, para os partidos do Governo, para o PSD e o CDS, parece que o mais importante e aquilo que privilegiam é o cumprimento das imposições por parte da União Europeia, independentemente das consequências que isso tenha na nossa vida e no nosso País. Olhem, no PCP, aquilo que priorizamos é mesmo resolver os problemas, e, neste caso concreto, resolver problemas e dificuldades que afetam as micro e pequenas empresas.

O regime do IVA de caixa não é um benefício fiscal. O montante da receita de IVA que o agente passivo do imposto tem de entregar à Administração Tributária é exatamente o mesmo, quer a empresa possa e queira optar pelo regime previsto na lei, quer decida ou não possa optar por ele.

Na nossa proposta, o regime do IVA de caixa permitiria um alívio das tesourarias das micro e pequenas empresas, evitando que o sujeito passivo tenha de adiantar à Administração Tributária montantes relativos a faturas que ainda não lhes foram efetivamente pagas. É uma medida dirigida às micro e pequenas empresas, e talvez seja essa a justificação para o desinteresse de tantas décadas, quer do PS, quer do PSD e do CDS, em aliviar a tesouraria destas importantes micro, pequenas e médias empresas (MPME), que são, de facto, uma estrutura importante da nossa atividade económica.

É certo que os problemas que as MPME enfrentam não se resolvem apenas com esta medida. É decisiva para a viabilidade financeira de centenas de milhares de MPME a imediata redução dos custos de contexto com a energia e combustíveis, telecomunicações, serviços bancários e de crédito, seguros, entre outros; e, desde já, um forte estímulo também à procura interna com a valorização efetiva dos salários dos trabalhadores mediante um aumento em 15 %, no mínimo 150 €.

São propostas que o PCP, respondendo aos verdadeiros anseios das micro, pequenas e médias empresas, continua a defender e a apresentar.

É absolutamente necessário caminhar no sentido de inverter o domínio dos grupos económicos que esmagam as MPME, abusando do seu poder económico monopolista para dominar toda a economia nacional, acumulando lucros colossais.

No entanto, é fundamental para o PCP que não se desperdicem oportunidades para resolver antigos e novos problemas que pesam sobre a tesouraria das MPME, e queria aqui lembrar que foi, de facto, com a intervenção firme e decisiva do PCP que foi possível dar passos em frente, como por exemplo com a eliminação definitiva do pagamento especial por conta.

Há aqui matérias em que vamos continuar a intervir com propostas e soluções concretas, porque consideramos que são justas, necessárias e importantes para apoiar a atividade destas micro e pequenas empresas no nosso País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, ainda terá 8 segundos para responder ao pedido de esclarecimento que lhe vai ser feito de seguida pelo Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS, que dispõe de até 45 segundos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o PCP propõe aqui o alargamento do regime do IVA de caixa para empresas com um volume de negócios de até 10 milhões de euros, e eu não acabei a pergunta à Sr.^a Secretária de Estado, mas faça-lha agora a si.

Quer dizer, nós sabemos que o PCP vive num mundo muito próprio, que parou ali em meados de 1989,...

Protestos do PCP.

... quando caiu o muro do Berlim e acabou a União Soviética.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Fale lá das micro e pequenas empresas!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A pergunta que lhe faço, Sr.^a Deputada, é muito simples... Não obstante os esforços que tem feito, é preciso que o PCP perceba que Portugal continua a pertencer à União Europeia e que a proposta do PCP viola grosseiramente — grosseiramente! — o direito europeu.

Por isso a pergunta que eu lhe faço é a seguinte: em que mundo é que vive o PCP para apresentar uma proposta que sabe que viola grosseiramente o direito da União Europeia? União Europeia essa na qual Portugal está inserido, não obstante a vontade do PCP.

Aplausos do PSD e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, terá mais 1 minuto, cedido pelo Bloco de Esquerda, para poder responder ao Sr. Deputado Paulo Nuncio.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, é por vivermos nesta realidade, no nosso País, por conhecermos os problemas das micro e pequenas empresas que trazemos essa proposta.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ora, essa é que é essa!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é o Pacto de Varsóvia!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Já vi que é uma realidade que o senhor e o seu partido desconhecem, senão não dizia aquilo que disse neste Plenário.

A segunda questão que eu lhe queria referir é a seguinte: nós também já percebemos que, para o Sr. Deputado e para o seu partido, é mais importante submeter as imposições lá de fora cá para dentro, independentemente das consequências,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Vivemos na União Europeia!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... do que defender os nossos interesses.

Olhe, quanto a essa matéria, o PCP aqui vai continuar. Quanto àquilo que defenda os nossos interesses, o nosso País, o nosso desenvolvimento, vamos continuar a apresentar propostas concretas nesse sentido, porque sabemos...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é sério!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É sério, sim senhor. E sabe porque é que é sério? Porque aquilo que importa é defendermos a nossa soberania e a nossa independência, mas já para o Sr. Deputado isso parece não ter qualquer tipo de valor.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Têm de apresentar coisas que sejam legais!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Portanto, para nós é muito claro, é pelo apoio às micro e pequenas empresas,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não violando a lei!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... garantindo-lhes condições para que possam desenvolver a sua atividade sem as imposições e os condicionalismos que o senhor nem sequer questiona.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Hugo Carneiro está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, este arrastamento do PCP foi feito depois de conhecido o agendamento do Governo, e, portanto, não houve tempo para ser elaborado o respetivo parecer. Mas eu não posso deixar de registar — e alerto a Mesa para esse facto — que um diploma, um projeto de lei ou uma iniciativa que viole a Constituição, a lei ou as normas regimentais nem sequer pode ser agendado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, acho que todos nós deveríamos ter cuidado com isto.

Aplausos de Deputados do PSD.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Mesa regista a interpelação, embora saiba que existem diferentes doutrinas sobre essa matéria.

Vamos passar ao período de intervenções.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias para uma intervenção, até 2 minutos.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nós acompanhamos os princípios inerentes às propostas que estão em discussão, quer a proposta do Governo quer a proposta apresentada pelo PCP, relativas à alteração do IVA de caixa.

Reconhecemos a importância das micro, pequenas e médias empresas no nosso País. Elas não apenas representam a esmagadora maioria do tecido empresarial como também lhes cabe a criação da esmagadora maioria dos postos de trabalho — três em cada quatro — neste País.

Nesse sentido, entendemos que é importante evitar constrangimentos e alargar a mais micro, pequenas e médias empresas um mecanismo que possa ajudar a contornar injustiças que prevalecem do ponto de vista do regime fiscal.

Não deixamos, contudo, de nos comprometer com um regime fiscal que seja rigoroso, uma política fiscal rigorosa e que continue a combater, e bem, a fraude e a evasão fiscal.

Nesse sentido, precisamos também de mais medidas. Entendemos que estas são medidas importantes, mas as considerações sobre o combate à fraude e à evasão fiscal são, também elas, muito relevantes, do nosso ponto de vista.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Excelso Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Eu vou tentar explicar aqui o IVA de caixa de uma forma simples, para que os portugueses que nos acompanham lá em casa consigam compreender.

Vamos imaginar uma empresa que faz eventos, festivais, como tantas outras espalhadas por este País. Convida artistas nacionais, convida artistas internacionais, enfim, tem um grande cartaz para apresentar.

Imaginemos agora que esta empresa faz um festival em Corroios, uma freguesia ali do concelho do Seixal, e fá-lo algures no início de setembro. Imaginemos que este festival se chama «Festa do Dante» e que é organizado — nome completamente aleatório — por uma empresa chamada PCP, S.A.

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Imaginemos agora que alguém, nesse festival, na Festa do Dante, decide beber uma cerveja...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não podem, a Inês de Sousa Real não deixa!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... e comer uma bifana, mas que, por algum motivo, não consegue pagar no momento e só consegue pagar daí a seis meses.

Ora, acontece que o Estado vai exigir à empresa PCP, S.A. que esta adiante o dinheiro dessa bifana e dessa cerveja, que ainda não recebeu.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não se fia!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ou seja, no fundo, seria como estar a pagar o troco antes de receber o próprio pagamento. Portanto, é isto que está aqui em causa.

Ao adiantar, de facto, o IVA que ainda não recebeu, está a adiantar dinheiro, e, como tal, isso pode colocar um problema de tesouraria, no caso, à empresa PCP, S.A. Acontece que, neste momento, empresas com uma faturação de até 500 000 € já podem beneficiar deste regime de IVA de caixa e não têm de adiantar o dinheiro, o que, certamente, é uma ajuda para a sua tesouraria.

O que o Governo propõe agora, e bem, é alargar este regime de IVA de caixa a empresas com receitas de até 2 milhões de euros. Ora, se a Festa do Dante...

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.

... faturasse menos de 2 milhões de euros, com esta medida, a PCP, S.A. só teria de entregar o IVA ao Estado quando o recebesse.

Bom, acontece que, ao contrário da Festa do Dante, que está isenta de IVA,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não, não! Paga IVA!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... porque, na verdade, se trata de um evento político, este é mesmo o dia a dia de milhares de empresas deste País, e coloca-lhes graves problemas de tesouraria adiantar dinheiro que elas próprias ainda não receberam.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, é nosso entendimento que esta medida é uma medida na direção certa, mas que ainda é tímida, porque deveríamos alargá-la ao máximo de empresas possível, para que elas dela possam beneficiar, sejam empresas que organizam festas e festivais, políticos ou não.

Aplausos da IL.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A Festa do Avante paga IVA. Para azar vosso, logo foram dar um exemplo de quem paga IVA. Paga IVA e não se fia!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Por isso é que falei na Festa do Dante, essa não paga IVA!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Parece que vamos passar à fase de encerramento deste ponto...

Pausa.

Para uma intervenção, até 6 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a e Sr. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em relação à proposta do Governo, importa previamente clarificar o que está em causa.

Estamos perante um pedido de autorização legislativa para o Governo legislar sobre esta matéria, ou seja, a decisão que estamos aqui a tomar é se a Assembleia abdica das suas competências, é se a Assembleia delega no Governo uma competência legislativa que é exclusiva desta Assembleia, nos termos do artigo 165.º da Constituição.

Mas a questão é bem mais vasta na sua abrangência, porque estamos perante um Governo que alterou substancialmente o padrão de legislação em termos de matéria fiscal.

Vamos a factos.

Durante o período desde 1991 até ao início de 2024, em 32 anos, mais de três décadas, foram aprovadas nesta Assembleia 17 autorizações legislativas em matéria fiscal; nos últimos oito anos, do Governo do Partido Socialista, foram aprovadas três autorizações legislativas em matéria fiscal; o atual Governo, em apenas seis meses, apresentou já sete alterações legislativas em termos de matéria fiscal, tendo ontem retirado duas.

Ou seja, nos últimos 32 anos, em média, foi aprovada uma alteração legislativa em matéria fiscal de dois em dois anos; nos últimos oito anos, foram aprovadas três; este Governo apresenta sete em seis meses — quando a média era uma de dois em dois anos —, mais do dobro daquele que foi o total em oito anos de Governo do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Trabalha-se muito! Nota-se! É outro ritmo!

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — Ou seja, em termos práticos, há uma alteração substancial, em que o Governo pretende retirar à Assembleia da República a competência nesta matéria, querendo que a Assembleia da República delegue no Governo algo que é da sua exclusiva competência.

E, por isso, o que aqui temos também de decidir e analisar é se este Governo pretende, em matéria fiscal, fugir à Assembleia da República, se este Governo pretende, em matéria fiscal, retirar da Assembleia as suas competências legislativas, transformando aquilo que é uma exceção numa regra. É esta a primeira questão de reflexão.

Em segundo lugar, em termos de conteúdo da proposta do Governo, o IVA de caixa, como foi referido pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, visa assegurar que o pagamento da liquidação do IVA não se faça no momento da emissão da fatura, mas no momento do pagamento da fatura, com um limite de 12 meses a partir da data de emissão da própria fatura, o que é, sem dúvida, um benefício para a tesouraria das empresas que têm um volume de 500 000 €, até agora, e que se pretende que passe para 2 milhões de euros.

No entanto, nesta matéria também convém clarificar aquilo que se refere à Diretiva do IVA. Em 2020 houve uma alteração da Diretiva do IVA, que permitiu passar dos 500 000 para os 2 milhões de euros, mas vamos ser claros: o que a Diretiva do IVA diz é que uma autorização destas — neste caso, até 2020, de 500 000 € e, a partir de 2020, de 2 milhões de euros — carece de uma consulta prévia obrigatória à comissão consultiva do IVA da Comissão Europeia.

É isto que está em questão, em termos de consulta da Comissão Europeia. Não é a violação ou não da legislação, é a obrigatoriedade de uma consulta prévia quando se ultrapassa este limite.

Nós consideramos que a proposta do Governo, que passa de imediato de 500 000 para 2 milhões, poderia ser mais responsável se fosse feita de forma mais gradual e mais progressiva.

Em relação à proposta do PCP, ela aumenta 20 vezes o valor do volume de negócio dos sujeitos passivos que permite essa utilização do IVA de caixa, o que consideramos excessivo, e, por outro lado, retira o limite de 12 meses para o momento de liquidação, face à data da fatura, quando não há o seu pagamento.

Por isso, também é, no somatório desses dois aspetos, claramente excessiva, porque retira garantias ao funcionamento da própria Administração, e, por outro lado, viola a Diretiva do IVA, não por uma questão de não-competência, mas porque, sendo um valor superior a 2 milhões de euros, carecia de consulta prévia obrigatória — consulta prévia obrigatória, e não de autorização — ao comité do IVA da Comissão Europeia.

Portanto, é esta a nossa abordagem, mas penso que esta matéria também nos deve levar a refletir, de uma forma mais vasta, sobre esta alteração substancial que o Governo atual introduziu em matéria fiscal, no que concerne ao seu padrão legislativo; ou seja, pretende retirar progressivamente da Assembleia esta competência, introduzindo, em termos de matérias fiscais, a autorização legislativa para o Governo legislar como princípio básico da sua ação.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Coelho, que dispõe de até 3 minutos e 54 segundos.

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Está no Programa do Governo o compromisso de apoiar o financiamento do tecido empresarial, bem como o de reduzir a carga fiscal, e esta medida insere-se aí mesmo, ou seja, quer melhorar a situação financeira das empresas, quer fazer com que o IVA só seja entregue depois de efetivamente recebido. É isso que se quer com esta alteração, com esta proposta de lei.

O Sr. Deputado Rui Afonso, do Chega, diz que esta medida é minimalista. Sr. Deputado, temos mais de 1 milhão e 300 mil de microempresas em Portugal que podem beneficiar deste regime,...

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Quantas aderiram?

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — ... até aos 2 milhões de euros de volume de negócio, caso queiram. Este regime de IVA de caixa diz isso mesmo: só se liquida o IVA quando se recebe do cliente e só se deduz o IVA quando se paga ao fornecedor.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Quantas aderiram?

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — O Sr. Deputado Sérgio Ávila está preocupado com a autoria da proposta. Para nós é irrelevante, Sr. Deputado, se a proposta vem do Governo ou se vem desta Casa.

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — Não é isso, não é isso!

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Se a proposta for boa para as empresas, se aliviar a sua tesouraria, para nós isso é que é relevante.

Por outro lado, Sr. Deputado Rui Afonso, segundo o Banco de Portugal — dados recentes, deste segundo trimestre de 2024 —, o prazo médio de recebimentos das PME é de 60 dias. Mas sabemos que muitas delas recebem a 90 e a 120 dias, e, por isso, esta medida, alargando o volume de negócios até 2 milhões de euros, é muito importante, porque vem alargar o leque, pelo que muitas poderão, caso queiram, beneficiar deste regime.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Quantas aderiram?

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Mas esta proposta tem uma iniciativa, que foi feita, em 2013, por um Governo de boa memória, um Governo PSD/CDS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Boa memória!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda pensei que era o Miguel Albuquerque!

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — E já nessa altura o decreto-lei dizia que queríamos alargar o âmbito da proposta até aos 2 milhões de euros.

Agora, o Governo apresenta esta proposta porque também está no seu programa Acelerar a Economia o quadruplicar do valor, ou seja, passar de 500 000 € para 2 milhões de euros. Esta medida é importante porque ajuda financeiramente as empresas, mais de 1 milhão de empresas, ou seja, o IVA só é liquidado depois de o adquirente pagar ao prestador de serviços e só é dedutível após ser pago também a quem prestou esse serviço.

É uma medida que ajuda as empresas, importante para a nossa economia, e, por isso, esperamos que todos vós apoiem esta iniciativa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, que vai ser feito por parte do Sr. Deputado Sérgio Ávila, do Partido Socialista, tendo 55 segundos para o efeito.

Faça favor.

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — Sr. Presidente, muito rapidamente, em relação à última intervenção do Sr. Deputado do PSD, vamos esclarecer: o que está em causa não é a autoria, o que está em causa é a competência legislativa. Nos termos do artigo 165.º da Constituição, é competência exclusiva da Assembleia a legislação sobre matéria fiscal.

O que estamos aqui a decidir — e este tem sido um padrão deste Governo — é retirar à Assembleia, retirar a todos os Deputados, o debate e a decisão concreta sobre a matéria fiscal. É isto que está em causa, e é isto que deve ser objeto de reflexão de todos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 1 minuto e 10 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Coelho.

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Sérgio Ávila, como disse ainda há pouco, o importante é ajudarmos as empresas.

O Sr. Deputado, na sua primeira intervenção, nos 4 minutos e meio que teve, só usou três ou quatro vezes, salvo erro, a palavra «empresa». E é isso que verdadeiramente importa com este IVA de caixa: melhorar a tesouraria das empresas. Se reparar, em 2013, foi esta também a metodologia usada.

Nessa linha, é isso que, efetivamente, importa, e, por isso, dou os parabéns ao Governo, em particular, à Sr.^a Secretária de Estado, por alargar o regime, por quadruplicar o valor, por permitir que mais empresas, caso queiram, possam beneficiar deste regime.

Como disse ainda há pouco, o prazo médio de recebimentos para muitas PME ainda é elevado, e, nesse sentido, é muito importante que o IVA só seja pago ao Estado depois de, efetivamente, ter sido recebido.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Grupo Parlamentar do Chega, que tem até 2 minutos e 48 segundos.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo, por intermédio da presente proposta de lei, vem-nos propor a aprovação da ampliação do limite máximo de faturação dos atuais 500 000 € para os 2 milhões de euros no regime de IVA de caixa, que já vigora em Portugal desde 2013, uma medida prevista no Programa do Governo para apoiar a tesouraria das empresas, uma entre outras, muito mais importantes e prementes, que era necessário serem discutidas e aprovadas nesta Casa e que iriam ao real encontro do nosso tecido empresarial português.

Este regime de IVA, embora seja uma medida bem-intencionada, introduzida e operacionalizada pelo Governo de Pedro Passos Coelho, que governou em intervenção externa, tem falhado ao longo dos anos na forma, na complexidade contabilística, no difícil controlo e na efetiva falta de adesão empresarial. No fundo, é como o Melhoral: nem faz bem nem faz mal,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — ... porque não tem alcance.

Aplausos do CH.

Já em 2013, quando foi criado, bem como nos anos seguintes, o regime de IVA de caixa foi considerado um insucesso, um fiasco, pela Ordem dos Contabilistas e pelo saudoso António Domingues de Azevedo, seu bastonário.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Era socialista esse gajo!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Seria, então, relevante, Sr.^a Secretária de Estado, reiterar-lhe o pedido para que nos diga e nos informe, porque não o fez até ao momento, sobre quantas empresas, quantos sujeitos passivos, em sede de IVA, aderiram ou estão, atualmente, no regime de IVA de caixa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem, essa é que é a pergunta!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Será reduzido, com certeza, mas tem de haver transparência. É que, já na época, o ainda Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, João Vieira Lopes, estimava que seriam apenas 1050 as empresas possíveis beneficiárias.

Passados 10 anos de Governos e orçamentos socialistas, continuamos a perder tempo, tempo que urge e nos faz falta para resolver os verdadeiros problemas de todos os portugueses. Seria necessário ouvir os contributos da Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas, da Ordem dos Contabilistas Certificados, entre outras entidades. É que poderemos estar hoje a avaliar uma medida que continue a não ter

alcance e que pouco ou nada auxiliará a tesouraria das nossas empresas, pois, embora sejam os empresários a fazer a avaliação sobre se o regime é ou não mais favorável, a carga burocrática adicional e os custos de implementação tornam-no insustentável para as empresas de pequena dimensão.

Medidas como garantir o pagamento de faturas a 30 dias pelo Estado, implementar uma conta corrente com o contribuinte ou mesmo a compensação de créditos tributários seriam determinantes para estimular a competitividade da economia nacional.

Um balão de oxigénio à tesouraria das nossas empresas, além destas medidas que agora referi, seria o aliviar da brutal carga fiscal que sobre elas incide. Mas não. Ontem mesmo, soubemos da intenção de desagravar de 6 % da taxa efetiva de IRC ao longo da Legislatura para 1 %, o que só terá reflexo em 2026...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o encerramento, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado, até 2 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PAN não fala sobre isto? Porque é que o PAN não fala sobre isto?

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: Não resisto a comentar a intervenção do Sr. Deputado Sérgio Ávila, porque, efetivamente, não há nada escondido. Está-se a fazer uso, única e simplesmente, de um instrumento legalmente previsto, portanto, não há nenhuma intenção de fugir a nenhum debate. De resto, aquilo que acabou de acontecer nesta Casa demonstra bem que esse debate continua e existe, ou não teríamos estado aqui.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — E a especialidade?

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Quanto à fraca adesão, ou eventual fraca adesão, a este regime, ela tem vários fatores. Um deles é a pouca comunicação, pelo que requer mais e melhor comunicação quanto à existência do regime, e este alargamento, entre outras coisas, também é para combater essa fraca adesão. É aí que queremos chegar.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Mas quando?

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Portanto, e encerrando, aquilo que se pretende com esta medida — que é meritória, em minha opinião, e cujo mérito me parece, daquilo que ouvimos hoje, ser mais ou menos consensual, ainda que com matizes e comentários das várias bancadas — é ajudar as micro, pequenas e médias empresas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Não é a única, é uma de várias medidas que este Governo já tomou e de outras que irá ainda tomar, mas é importante, a nosso ver, e, portanto, espero que mereça a aprovação desta Assembleia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Se o Governo, entretanto, se quiser ausentar, agradecemos a sua presença e despedimo-nos até uma próxima oportunidade.

Vamos passar ao quinto ponto da ordem de trabalhos, com a apreciação da Petição n.º 216/XV/2.^a (Sindicato Nacional do Ensino Superior) — Pela valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior — cumprimentando os peticionários presentes nas galerias, e penso que, referindo o SNESUP, o Sindicato Nacional do Ensino Superior, todos se sentem abrangidos por este nosso cumprimento —, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 284/XVI/1.^a (L) — Progressão salarial dos investigadores e dos docentes universitários mais rápida e justa e com os Projetos de Resolução n.ºs 314/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que cesse com as discrepâncias existentes entre investigadores na FCT, 323/XVI/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que valorize a carreira da docência no ensino superior e a carreira de investigação científica, 326/XVI/1.^a (BE) — Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior, e 327/XVI/1.^a (PAN) — Pela valorização dos investigadores e dos docentes do ensino superior.

Vamos fazer a apresentação destas iniciativas pela respetiva ordem.

A primeira intervenção será do Grupo Parlamentar do Livre, para a apresentação do Projeto de Lei n.º 284/XVI/1.^a (L), para o que dispõe de até 4 minutos.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Filipa Pinto.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero saudar os peticionários, que nos fizeram chegar as suas justas reivindicações.

As carreiras de investigação e de docência do ensino superior são das mais qualificadas da Administração Pública. A ciência e a inovação devem ser centrais para um país que aposta no seu alto valor acrescentado. O Livre acredita que é preciso interligar a ciência, a inovação e os investigadores com a sociedade civil e com as empresas.

É possível fazer política a partir do conhecimento do nosso País para as soluções de que precisamos e não aplicando receitas que se leram algures numa cartilha. E isso só se consegue com docentes universitários e investigadores motivados, valorizados e com perspetivas de futuro.

Vamos propor, em sede de Orçamento do Estado, a criação de um centro nacional de transferência de conhecimento, mas isso só se consegue com um tecido científico robusto, motivado e crente no seu futuro e no das suas famílias. Não podemos aceitar a perda de poder de compra que tem sido sentida. Entre 2004 e 2023, as perdas de poder de compra nas carreiras científicas cifraram-se entre os 22 % e os 27 %, dependendo do nível remuneratório.

É urgente, ainda, a atualização do índice remuneratório de base, o índice 100, das carreiras de docentes do ensino superior e da carreira de investigação científica, o que não acontece desde 2009, como muito bem pedem os peticionários. Não se pode pedir a quem tem o maior conhecimento — os nossos investigadores — que não saia de Portugal se não lhe dermos as condições para cá ficar.

A petição anteriormente citada reivindica um modelo de progressão horizontal que permita que os trabalhadores deste setor, essencial para o futuro da ciência em Portugal, aufera mais rendimentos pelo seu trabalho de uma forma mais rápida. Se atualmente são necessários seis anos consecutivos com avaliação máxima para haver progressão remuneratória, não se encontra qualquer justificação para que esta progressão não ocorra de forma mais acelerada, tanto no que à carreira docente diz respeito como também no que concerne à carreira de investigação científica.

O projeto de lei que o Livre apresenta pretende responder a essa reivindicação e consagrar a necessidade de apenas quatro anos, na mesma modalidade, para progredir horizontalmente na posição remuneratória.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação do Projeto de Resolução n.º 314/XVI/1.^a (CH), tem a palavra o Sr. Deputado Gabriel Mithá Ribeiro, do Grupo Parlamentar do Chega, que tem até 6 minutos.

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O partido Chega saúda os subscritores e representantes da petição pela valorização de investigadores e professores do ensino superior.

Uma palavra resume a relação da classe política com o ensino superior nos últimos 30 anos: irresponsabilidade!

Aplausos do CH.

O setor cresceu de forma disfuncional, burocrática, financeiramente insustentável.

Entre 1995 e 2024, os socialistas governaram 22 anos e o PSD governou 7 anos. O Partido Socialista e o PSD têm o dever de explicar aos portugueses por que razões o maior crescimento e investimento de sempre no ensino superior em Portugal — instituições, cursos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — ... professores, investigadores, alunos, orçamentos — gerou o pior ciclo de sempre de erosão das nossas instituições, da família, da justiça, saúde, ensino, administração interna, defesa, por aí fora.

Nesse ciclo, a economia estagnou ou retrocedeu.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

A perda de coesão do território nacional acentuou-se.

Pela primeira vez na história de Portugal, chegámos ao impensável. É legítimo, hoje, os portugueses questionarem para que serve o ensino superior. A grave crise do ensino superior é filha do pior da natureza humana.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — É filha da falta de honestidade. É filha da falta de responsabilidade. É filha do atropelo da dignidade de quem trabalha, ensina, investiga e estuda.

Aplausos do CH.

Décadas de abandono da aposta na qualidade, em troca da aposta na quantidade, resultaram num caótico e falso sucesso estatístico. Ano após ano, as tutelas políticas exibiram recordes: recordes de número de novos diplomados, recordes de novos cursos, instituições e parcerias, recordes estatísticos disto e daquilo.

O que sobra é um ensino superior em rutura, subjugado pela classe política com fins de propaganda ideológica e eleitoral.

Aplausos do CH.

Aqui reside a razão de a autonomia das universidades e politécnicos ter sido sempre atropelada.

Há mais de uma década que as comunidades académicas se queixam de condições cada vez piores. Entretanto, nenhuma reforma digna do nome foi sequer tentada pelo PS ou PSD.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Além de as instituições do ensino superior estarem sufocadas em burocracia e em rutura financeira, temos diante de nós professores e investigadores peticionários vítimas de uma hecatombe venezuelana...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — ... de perda de poder de compra, entre cerca de 22 % e 27 % nos últimos 20 anos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É verdade!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Há também discrepâncias salariais inaceitáveis entre os investigadores da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), daí o projeto de resolução que o partido Chega hoje apresenta. Com as mesmas qualificações e funções, uns oferecem um salário mensal de cerca de 1600 € e outros mais do dobro, cerca de 3600 €.

As carreiras de docentes e investigadores universitários carecem da mais elementar racionalidade, justiça e sustentabilidade.

A classe política portuguesa tem mesmo de mudar. PSD e PS têm mesmo de mudar a relação com o ensino superior.

Aplausos do CH.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do Partido Socialista, que dispõe de 7 minutos.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Dirijo uma saudação aos peticionários que trouxeram esta discussão em torno da valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior.

O Governo do Partido Socialista implementou medidas de valorização, capacitação e rejuvenescimento transversais a toda a Administração Pública.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Mas temos assistido agora, por parte deste Governo, a uma atuação errática que valoriza apenas determinadas carreiras, perdendo a perspetiva global da Administração Pública e pondo em causa a equidade entre algumas funções. Esqueceram regras transversais na gestão de emprego público e a necessidade de coerência entre remunerações, suplementos, sistemas de avaliação ou prémios de desempenho na enorme diversidade de carreiras, conteúdos funcionais e perfis dentro da Administração.

O Sr. **José Costa** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Nesta perspetiva de aposta seletiva em determinadas carreiras, o Governo da AD esqueceu a carreira dos professores de ensino superior, universitário e politécnico, e dos investigadores. Mas é este o momento de consolidar o caminho iniciado e desenvolvido pelo PS neste domínio.

A aposta no emprego científico é uma marca clara da governação do PS. O Governo do Partido Socialista implementou vários programas de estímulo à contratação de investigadores em modalidades individuais e institucionais, com os concursos de estímulo ao emprego científico; fomentou a criação de laboratórios colaborativos, que contrataram doutorados através da medida de recursos humanos altamente qualificados do Portugal 2020 e da Missão Interface do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência); promoveu a consolidação e a expansão de unidades de investigação e desenvolvimento, bem como de laboratórios associados.

Estas medidas permitiram criar milhares de postos de trabalho em todo o País, repito, todo o País, atraindo e fixando os jovens altamente qualificados no sistema científico e tecnológico nacional.

Foi também durante a governação socialista que foi lançado o primeiro programa de apoio à contratação de investigadores exclusivamente para lugares de carreira: o FCT-Tenure. Foi um programa dirigido não só à estabilização profissional de investigadores e das suas linhas de investigação, mas também à criação de um horizonte de carreira mais atrativo e sustentável para investigadores em ciclos iniciais de carreira. Além disso, o Orçamento do Estado de 2024 criou uma linha de financiamento adicional de 20 milhões de euros para apoiar a contratação por tempo indeterminado de doutorados exclusivamente para a carreira de investigação científica.

Ainda no âmbito do emprego científico, a governação do PS iniciou, a partir da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o desenvolvimento de uma linha para a contratação de doutorados em ambiente não académico, nomeadamente empresas, hospitais, museus, bibliotecas, entidades do terceiro setor, entre outras.

O enorme passo que se deu na transformação de bolsas de pós-doutoramento em contratos de trabalho foi determinante, mas agora é crucial transformar os contratos a tempo certo em soluções contratuais definitivas que diminuam a precariedade, retenham o talento e promovam a progressão na carreira de investigação científica.

Foi precisamente com o objetivo de reforçar a valorização do emprego científico e académico que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, que esperamos vir a ser aprovada neste Parlamento.

Apresentámos também o projeto de resolução hoje em discussão, no sentido de valorizar as carreiras da Administração Pública com justiça e equidade, instituindo mecanismos corretores da justa diferenciação remuneratória, relativamente a carreiras de graus de complexidade diferentes. Em particular, pretendemos valorizar a carreira da docência do ensino superior e a carreira de investigação científica, incluindo as respetivas tabelas salariais, face ao papel vital que os investigadores e os professores desempenham na sociedade e devido às suas elevadas qualificações, responsabilidades sociais e ao impacto na inovação e no progresso científico.

É urgente que o Parlamento aprove a revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica e que o Governo proceda à atualização dos estatutos das carreiras docentes do ensino superior politécnico e universitário, momento em que se colocarão em discussão as diversas questões relacionadas com a valorização da carreira docente, incluindo os aspetos salariais, o sistema de avaliação de desempenho e a respetiva progressão na carreira.

Quanto à necessidade de correção de injustiças especificamente relacionadas com técnicos superiores doutorados e investigadores na FCT e nos laboratórios do Estado, temos também iniciativas que discutiremos na próxima quinta-feira.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento. Para o formular, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, afirmam os atuais peticionantes que os investigadores e os professores do ensino superior, entre 2004 e 2023, tiveram perdas de poder de compra que variam entre os 22 % aos 27 %, consoante o seu nível remuneratório. Afirmámos nós também que, nos anos mais recentes, entre 2022 e 2023, com a inflação acumulada nesse período de 13,6 %, estas classes profissionais perderam ainda mais 7 % do seu poder de compra. Tiveram também atraso nas progressões salariais e de carreira, continuando esse problema a acentuar-se gravemente nos últimos anos. O próprio programa FCT-Tenure, a mais valorada medida socialista para a contratação de doutorados, só é exequível enquanto durar o apoio financeiro e, além disso, apenas prevê contratos a termo, o que torna a estabilidade laboral num mito.

Contrariamente ao que disse a Sr.^a Deputada, o PS nada fez para alterar os estatutos da carreira docente — esqueceu-se! No entanto, toda esta situação está a ser invertida pelo ímpeto reformista deste Governo, com respostas estruturais e completas.

Senão, vejamos: em primeiro lugar, foi aprovado em Conselho de Ministros, há oito dias, o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica, com dezenas de contributos dos *stockholders* e ouvidos os partidos políticos, algo que o PS não fez; em segundo lugar, está prestes a dar entrada neste Parlamento o regime jurídico das instituições de ensino superior; em terceiro lugar, o Ministério da tutela já se comprometeu a efetuar a revisão da carreira docente, quer universitária, quer superior politécnica, e está previsto o mesmo para os estabelecimentos de ensino superior privados, bem como outras medidas que estão consagradas no Orçamento do Estado.

Sendo assim, pergunto, Sr.^a Deputada: está agora o PS em condições de assegurar o seu efetivo compromisso de responsabilidade e de diálogo nestas importantes matérias para Portugal?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, tem a palavra para responder. Dispõe de 1 minuto e 17 segundos.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sabe porque é que o Governo aprovou tão celeremente uma proposta de revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica? É porque esse era um diploma que estava na pasta de transição.

Aplausos do PS.

Mas, mesmo assim, a proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista já deu entrada há muito, muito tempo.

Quero lembrar-lhe que a governação do PS fez inúmeras coisas, desde a reposição de salários ao restabelecimento do princípio de atualização anual de salários em toda a Administração Pública; a reabertura de admissões na Administração Pública, incluindo instituições de ensino superior; o descongelamento de carreiras e a retoma normal do desenvolvimento das carreiras do ensino superior;...

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Não é isso que está em causa! São os investigadores!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... a garantia de reposicionamento remuneratório na sequência da obtenção do título de agregado; a prorrogação do regime transitório para a carreira dos docentes de ensino superior politécnico; a aprovação de um regime de recrutamento para a carreira de leitor nas universidades públicas; a consagração de um regime excecional de concursos internos, também para o ensino superior, que procedeu à abertura de quase 2000 concursos de promoção, dos quais 1590 para acesso a categorias intermédias e 359 para acesso a categorias de topo. Tudo isto para além do PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública) e de muitas outras medidas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o projeto de resolução do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, que dispõe de 4 minutos.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este Governo continua a entender a emigração dos jovens qualificados portugueses como se de um mistério se tratasse. Continua a achar que se pode evitar a emigração dos jovens qualificados portugueses com isenções fiscais, que não passam de profundas injustiças e que deixam à tona uma realidade de baixos salários, realidade essa que é promovida e alimentada pela Administração Pública e pelas instituições de ensino superior.

Temos tido, ao longo dos últimos anos, muita atenção à falta de docentes nas escolas secundárias e do ensino básico, ao envelhecimento da carreira docente e ao problema da não valorização da carreira docente, porque temos alunos do ensino obrigatório sem aulas. Mas somos incapazes de olhar para o ensino superior e ver que a realidade é muito parecida: uma desvalorização constante da carreira de investigação; uma desvalorização constante da carreira de docente do ensino superior, com salários muito baixos e níveis de precariedade altíssimos, que fazem com que os jovens mais qualificados que procuram uma carreira académica, seja como investigadores, seja como docentes do ensino superior, procurem, naturalmente, países onde essa carreira é reconhecida pelo Estado e pela sociedade.

Por isso, saúdo o Sindicato Nacional do Ensino Superior e os peticionários por terem trazido ao Parlamento o tema da valorização dos salários dos investigadores e dos professores do ensino superior.

Sabemos que a possibilidade de descongelamento das carreiras dos docentes universitários e das carreiras dos docentes de ensino superior politécnico está contemplada desde o Orçamento de 2019. No entanto, as direções das instituições de ensino superior não têm dado os passos necessários para que estes docentes

possam efetivamente progredir. Esta é uma questão para a qual eu chamo a atenção, porque, muitas vezes, as direções das universidades e das instituições de ensino superior têm sido obstáculos à valorização destes profissionais. Foram obstáculos na altura do PREVPAP, são obstáculos na altura da progressão nas carreiras e serão obstáculos quando terminar o financiamento público do programa FCT-Tenure e estes dirigentes não se comprometerem com contratos mais largos do que aqueles pelos quais recebem financiamento público.

No entanto, temos a obrigação de perceber que é essencial valorizar esta carreira e renovar estes quadros de docentes. Os dados que temos sobre desvalorização salarial dos docentes do ensino superior, num estudo feito pelo sindicato nacional, indicam uma desvalorização salarial de 27 %, em cerca de 20 anos.

É por isso que entendemos que todos os momentos de discussão legislativa que vierem à Assembleia da República, sejam eles os vários estatutos que vamos ter de discutir ou o Orçamento do Estado, serão bons momentos para colocar a carreira dos docentes do ensino superior e dos investigadores em cima da mesa, com três questões: em primeiro lugar, a atualização do índice remuneratório em todas as três carreiras; em segundo lugar, as regras de progressão feitas de maneira a tornar mais célere e, diria também, menos arbitrária a mudança de posicionamento remuneratório; em terceiro lugar, o aumento da contratação de docentes e de investigadores e o respeito pelas suas qualificações e pelas suas horas de trabalho.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que não somos ingénuos, pois sabemos que, para isto, é preciso também um compromisso da Assembleia da República e do Governo com o financiamento das instituições de ensino superior, porque só isso é que lhes garante autonomia.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o projeto de resolução do PAN, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar os peticionários que nos trazem este tema ao Parlamento, que é da maior relevância.

Ouvimos frequentemente, e tantas vezes aqui relembramos, que temos a geração mais qualificada de sempre, o que se deve em grande linha também aos docentes do ensino superior e aos investigadores — não nos podemos esquecer disso mesmo. No entanto, não têm tido a valorização que lhes é devida.

Entre 2004 e 2023, os investigadores e docentes do ensino superior perderam entre 22 % e quase 28 % do seu poder de compra. É injusto continuarmos a pedir a estes profissionais que continuem a dar tudo de si quando continuam sem ver melhorias significativas na sua vida.

O trabalho de docente universitário, também não podemos deixar de o ter presente, não se cinge apenas às aulas, muito pelo contrário, nem tão-pouco ao horário em que estão nas escolas, pois estamos a falar de horas de trabalho que excedem frequentemente o tempo definido, com a preparação de aulas, a publicação de artigos, a orientação de alunos e, além disso, tanto os docentes do ensino superior como os investigadores têm de estar frequentemente em cima dos mais recentes desenvolvimentos tecnológicos e científicos, algo que lhes é exigido para continuarem a contribuir para as suas áreas de estudo.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, valorizarmos os docentes do ensino superior e os investigadores científicos é não só apostarmos, por um lado, no progresso tecnológico e no desenvolvimento económico como, por outro, é também apostar no futuro da educação em Portugal.

Só através da valorização destes profissionais vamos conseguir garantir que continuaremos a formar os melhores profissionais que o País tem para oferecer e estamos também na vanguarda do progresso.

Estas são as características de um Portugal de futuro e de progresso.

Hoje, temos a oportunidade de fazer justiça a estes profissionais, discutindo as várias iniciativas apresentadas, e esperamos que, no próximo Plenário onde as mesmas irão ser votadas, acompanhando a legítima pretensão dos peticionários, se possa, de facto, fazer um trabalho em sede de especialidade para, de uma vez por todas, valorizarmos os docentes do ensino superior e os investigadores, que, bem o sabemos, têm percorrido um caminho bastante ingrato.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, entrar no período das intervenções dos demais partidos.

Dou a palavra à Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por agradecer ao SNESUP e aos subscritores da petição a iniciativa de trazerem este debate ao Parlamento.

Investigar e ensinar são os pilares do progresso e da inovação, mas estes não podem continuar assentes em promessas vazias e em mais Estado, mais Estado, mais Estado,...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — ... porque é isto que pretendem os projetos hoje em discussão.

A expansão e a qualidade da ciência e do ensino superior têm evoluído exponencialmente, não só a nível nacional, mas, principalmente, a nível internacional. É, por isso, compreensível o descontentamento de investigadores e docentes do ensino superior.

No entanto, o que nós vemos nestas iniciativas de outros partidos são soluções que perpetuam a dependência e ineficiência do setor.

Facilitar progressões sem qualquer reforma de fundo na autonomia das instituições e no seu financiamento é como colocar um penso rápido numa ferida profunda, porque cria um sistema insustentável e eternamente dependente de fundos públicos, sem encorajar as instituições a inovar ou a atrair outros tipos de financiamento.

Mas falemos do projeto de lei do Partido Socialista, partido que, diga-se, esteve oito anos no Governo para fazer alguma coisa,...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — ... mas fez zero e é agora, na oposição, que parece lembrar-se dos problemas dos investigadores e dos docentes do ensino superior. Curioso, não é, Sr.^{as} e Srs. Deputados?

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Ó Sr.^a Deputada, se não gosta, vote contra!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — O PS propôs a equidade entre as diferentes carreiras, recorrendo a medidas já implementadas, como o PREVPAP e o FCT-Tenure, que, adivinhe-se, falharam.

Se, em 2024, os peticionários sentiram a necessidade de dirigir uma petição ao Parlamento é porque as medidas do anterior Governo, como estas que acabei de referir, não resolveram o problema da precariedade, da progressão e da remuneração dos docentes e investigadores.

Pelo contrário, programas feitos à pressa — já agora, uma marca muito característica da governação do Partido Socialista — deram origem a ainda mais desigualdades, uma vez que foram discriminatórios na sua base concursal, deixando de fora, por exemplo, os técnicos superiores doutorados que exercem funções de investigação nos laboratórios do Estado.

Se a resposta ao problema fosse mais intervenção do Estado, o problema já estaria resolvido, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Precisamos de um sistema livre e competitivo, em que os investigadores e os docentes sejam valorizados pelo mérito, num ambiente de liberdade e autonomia, pois só assim será possível construir um ensino superior competitivo e capaz de reter os nossos melhores talentos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — É hora de apostar no ensino superior, sem promessas de ocasião. O relógio começou a contar.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do PCP, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: O PCP saúda os subscritores da petição que discutimos e a oportunidade que nos dão para discutir o tema do ensino superior e ciência e os problemas dos seus trabalhadores.

Estamos a falar de setores que têm um conjunto de problemas que necessitam de ser devidamente discutidos, desde logo o flagelo da precariedade, o congelamento das carreiras e a falta de investimento.

Exigimos respostas e soluções para estes problemas e, por isso, hoje mesmo, o PCP entregou um requerimento para chamar à Comissão o Ministro da Educação, Ciência e Inovação.

No ensino superior, cerca de 50 % dos docentes preenchem necessidades permanentes das instituições, mas mantêm-se com contratos precários ano após ano, sendo que continua a exploração dos bolseiros de investigação científica, que, sem direitos, continuam a fazer ciência no nosso País, negando-se-lhes o direito a um contrato de trabalho como investigadores.

Outros investigadores, como os técnicos superiores de laboratórios do Estado ou da FCT, fazem investigação, mas não estão vinculados na carreira de investigação científica, nem se prevê a abertura de concursos para a mobilidade destes trabalhadores.

Cerca de 90 % dos trabalhadores científicos têm vínculos precários, pelo que é preciso dar resposta imediata aos milhares de investigadores abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que terminam os seus contratos em 2024 e 2025 e cujas instituições, pelos mais variados motivos, ainda não abriram concursos para a sua integração. A própria FCT tem 16 trabalhadores nessa situação, com décadas de experiência, mas com vínculos precários.

Os docentes e investigadores foram bastante prejudicados no tempo da troica e muitos deles mantêm os seus salários congelados, dada a dificuldade na progressão e as atualizações salariais que não permitem recuperar o poder de compra.

A precariedade laboral destes trabalhadores contribui para a desvalorização dos salários e das carreiras de docência e de investigação científica.

O PCP defende a necessidade da criação de medidas que garantam a estabilidade no trabalho e na vida destes professores e investigadores.

Assim, é necessário garantir as progressões de todos aqueles docentes que se encontram em condições de o fazer; é necessário garantir que todos os trabalhadores do ensino superior e da ciência estejam devidamente integrados na carreira cujo conteúdo funcional se adequa às suas funções; é necessário que se proceda à integração na carreira de todos os investigadores que estão em fim de contrato, bem como todos os investigadores com outros vínculos precários de longa duração; é necessário eliminar o estatuto do bolseiro de investigação, garantindo a substituição das bolsas por contratos; e é necessário a progressiva integração na carreira de investigação de todos aqueles que queiram e tenham condições para o efeito.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Começo por cumprimentar os peticionários por trazerem a esta Câmara a preocupação com as condições dos investigadores e professores do ensino superior.

Portugal só poderá ser uma economia avançada enquanto a ciência e a investigação puderem avançar. É com essa certeza que este Governo está a dar mais condições e incentivos para aqueles que fazem do País um polo de conhecimento — aliás, fê-lo com a revisão da carreira de investigação científica apresentada na semana passada e que será discutida neste Plenário muito em breve.

O Governo da Aliança Democrática dedicou-se a um amplo processo de consulta para ouvir sindicatos, associações e instituições para garantir que um estatuto de carreira de 1999 pode ser trazido para 2024 e dar condições de estabilidade para quem representa um eixo essencial do modelo de desenvolvimento que queremos para Portugal.

Assim, o Governo quer apoiar o ecossistema de inovação que junta universidades, politécnicos, centros de investigação e empresas, pois, desta forma, podemos passar do *made in Portugal* para o *create in Portugal*, como tantas vezes temos sublinhado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Para isso, o Programa do Governo tem o objetivo de chegar aos 3 % do PIB para investigação em ciência e inovação.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que nos deve impressionar e devemos saudar é como a investigação avança, apesar dos entraves administrativos do Estado e de um estatuto de carreira mais velho do que, eventualmente, alguns dos investigadores que nele se integram. Ou, dito de outra forma, o muito e o bom que se faz na ciência e tecnologia acontece devido à dedicação, à entrega e ao sacrifício pessoal de muitos investigadores.

Da parte do CDS, têm o reconhecimento do papel fundamental da investigação e ciência para o desenvolvimento de uma economia de inovação, conhecimento e qualificação e o nosso compromisso de que tudo faremos para rever e melhorar a carreira de investigação científica.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Germana Rocha, do PSD, que dispõe de 4 minutos e 8 segundos.

A Sr.^a **Germana Rocha** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar os signatários da petição em apreço, a qual pretende a valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior.

Para o Grupo Parlamentar do PSD, sendo esta matéria muito relevante para a ciência, ensino superior e inovação — setores fundamentais para o desenvolvimento do País —, confiamos que o Governo, através do diálogo e sentido de responsabilidade, conseguirá levar a bom porto os objetivos traçados para estas áreas em concreto.

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Germana Rocha** (PSD): — Os sinais são evidentes: no que à Administração Pública diz respeito, o Governo, através da negociação com as partes, já conseguiu acordo para a valorização de várias carreiras,...

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Germana Rocha** (PSD): — ... dando seguimento aos compromissos que assumiu com os portugueses e, em particular, com estes setores do Estado.

Foi assim com os professores, percorrendo o caminho da concertação social, foi assim com as forças de segurança, foi assim com os funcionários judiciais, foi assim com os enfermeiros e está a ser assim também com o objetivo da valorização do emprego científico e académico.

Aplausos do PSD.

Para o efeito, o Governo desenvolveu, entre maio e setembro deste ano, uma proposta de lei para a criação de um novo estatuto da carreira de investigação científica, sendo que, após várias reuniões, incluindo com todos os grupos parlamentares e sindicatos, este novo estatuto foi aprovado, no passado dia 2 de outubro em Conselho de Ministros, e será, brevemente, apreciado e votado nesta Assembleia.

Este estatuto permitirá reduzir a precariedade laboral dos investigadores e dos respetivos vínculos, através da introdução do regime de avaliação, retomando a progressão da carreira e promovendo uma melhor articulação com as carreiras docentes do ensino universitário e politécnico, a que se seguirão propostas de alteração abrangentes aos Estatutos da Carreira Docente Universitária e da Carreira Docente do Ensino

Superior Politécnico, tendo em vista uma harmonização entre eles, conforme previsto no Estatuto da Carreira de Investigação Científica, não esquecendo o regime do pessoal docente e de investigação do ensino superior privado.

Ainda neste âmbito, tendo em vista a estabilidade das carreiras, o Governo, através da FCT, vai apoiar, já na primeira edição do FCT-Tenure, a celebração de 1100 contratos de trabalho sem termo, de doutorados, isto apesar de só estarem previstos 1000, prevendo-se ainda, na segunda edição, em 2025, a abertura de 400 posições adicionais.

É também objetivo do Governo encontrar uma solução equilibrada, que permita a alteração do posicionamento remuneratório no âmbito da progressão gestionária, dependente dos regulamentos internos de cada instituição, pretendendo-se, assim, a articulação com instituições do ensino superior, avaliar as progressões nas carreiras para além das obrigatórias, considerando os resultados da avaliação do desempenho, tendo-se por isso requisitado dados às universidades e aos institutos politécnicos, no sentido de perceber qual o impacto orçamental.

Mas, já quase no final deste debate, termino dizendo que, e ao contrário do que muitos defendiam, para este Ministério não tem sido prejudicial o facto de concentrar a educação, a ciência, o ensino superior e a inovação. O que fica evidenciado é que este Ministério tem funcionado bem e com provas dadas, conseguindo fazer nestes seis meses o que há muito tempo não era feito, incluindo pelo Partido Socialista que, durante oito anos, não foi capaz de resolver estas matérias. Senão, hoje, não estaríamos aqui a ter esta discussão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento, embora não vá ter tempo para os esclarecer.

Vamos esperar que a Sr.^a Deputada volte ao seu lugar.

Pausa.

A Sr.^a Deputada, afinal, tem 24 segundos para responder.

Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Daniel Teixeira, do Chega, que dispõe de 1 minuto de 52 segundos.

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Germana Rocha, 7531 peticionários, um único objetivo: a valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior.

Hoje, é-nos dada a possibilidade, através desta petição, de reconhecer o contributo, mas também de resgatar a dignidade destas carreiras, que tanto fazem pelo presente como pelo futuro da nação portuguesa.

Aplausos do CH.

Futuro esse, Sr.^a Deputada, que podíamos até concordar, é posto em causa pelo Partido Socialista, e é um futuro que não seria, de todo, brilhante se dependesse apenas do Partido Socialista.

Vamos a alguns exemplos. Em primeiro lugar, os professores e investigadores têm perdas significativas no poder de compra, cerca de 30 %, desde 2004.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — O índice remuneratório está desatualizado, a progressão de carreira é também escassa. Os investigadores aguardam por esta regulamentação há 18 anos.

E como se não bastasse, é exigido aos professores, para avançar nos escalões remuneratórios, a obtenção de uma avaliação de desempenho por seis anos consecutivos.

Sr.^a Deputada, este é o retrato perfeito da hipocrisia socialista. Os socialistas exigem contribuições e pouco contribuíram; exigem trabalho e pouco trabalham; e exigem excelência no decorrer de seis anos quando, no decorrer de oito, apenas entregaram incompetência.

Aplausos do CH.

Esta é a verdadeira burla socialista.

Mas, Sr.^a Deputada, os portugueses confiaram-nos uma mudança, uma mudança à direita, em março. E sabemos, entretanto, que um Orçamento do Estado foi cozinhado, preparado, entre sociais-democratas e socialistas. Não é reformista, não rompe com o socialismo.

Sabemos também que o PSD não apresenta hoje uma única iniciativa, uma única proposta em relação a esta matéria. Por isso, a questão que lhe deixo é uma, e uma só: o que separa, então, os socialistas dos sociais-democratas? Qual é, então, a grande diferença? O que faria o PSD de diferente em relação ao PS?

Da nossa parte, podem sempre contar connosco, estaremos aqui com coragem e verdade por Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Livre, tem a palavra para um pedido de esclarecimento e dispõe de 1 minuto e 19 segundos.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, queria fazer uma pergunta muito direta à Sr.^a Deputada Germana Rocha. O Estatuto da Carreira de Investigação Científica deu entrada na Assembleia da República, mas remete as tabelas remuneratórias para um diploma próprio. O que pergunto ao PSD, partido que sustenta o Governo, é: quando vai chegar esta iniciativa e quais as respostas para os investigadores?

E o Livre cede o tempo que lhe resta à Sr.^a Deputada, para responder.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Germana Rocha tem 49 segundos a acrescentar aos 46 segundos de que dispunha.

Assim sendo, a Sr.^a Deputada Germana Rocha dispõe de 1 minuto e 35 segundos para responder aos pedidos de esclarecimento.

A Sr.^a **Germana Rocha** (PSD): — Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, agradecer as questões colocadas pelos Srs. Deputados.

Quero também dizer que, de facto, é salutar que estejamos todos unidos nesta questão da valorização das carreiras dos investigadores e dos professores do ensino superior.

Relativamente ao Sr. Deputado do Chega, uma vez que está tão preocupado com esta matéria, também tenho uma pergunta para lhe fazer: poderá estar ao lado do PSD e do Governo para aprovar o estatuto que já está na Assembleia, mas também outras propostas que surgirão no Parlamento, para resolvermos estas questões que há muitos anos não são resolvidas?

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos e do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Como disse na minha intervenção, estamos há muitos anos à espera que seja resolvido, designadamente pela esquerda, que não o conseguiu fazer. Assim, esperemos que o Chega esteja ao nosso lado, desta vez, para que consigamos resolver estas matérias.

Protestos do CH.

No que diz respeito à Sr.^a Deputada do Livre, efetivamente ainda há algumas questões que temos de aprofundar, e a pergunta que lhe faço é se também estará ao lado do PSD e do Governo para resolver estas questões que estão ainda por resolver.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Quando vai chegar o diploma?

A Sr.^a **Germana Rocha** (PSD): — O Sr. Ministro estará cá brevemente e, naturalmente, poderemos confrontá-lo com essa questão.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais intervenções, pelo que posso considerar encerrado este ponto da ordem do dia.

Mas ainda há a leitura de expediente, que o Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira vai fazer.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara da retirada de várias iniciativas legislativas. São elas as Propostas de Lei n.ºs [5/XVI/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o IRS Jovem para uma taxa máxima de 15 %, para jovens até aos 35 anos, através da alteração do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e [12/XVI/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Código de IRC, reduzindo gradualmente a taxa de imposto de 21 % para 15 %, nos anos de 2025 a 2027.

Informo igualmente a Câmara que deram entrada e foram admitidas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República várias iniciativas legislativas, começando pela Proposta de Lei n.º [26/XVI/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025.

Refiro também os Projetos de Lei n.ºs [322/XVI/1.ª](#) (BE) — Atribui aos bombeiros o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido, confere o direito ao subsídio de risco e penosidade e à acumulação de suplementos remuneratórios e antecipa a idade da reforma, [324/XVI/1.ª](#) (BE) — Altera a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, sobre a exclusão de ilicitude nos casos de interrupção voluntária de gravidez, [325/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o regime jurídico que estabelece a atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados (TVDE), [326/XVI/1.ª](#) (PSD, CDS-PP) — Elevação da povoação de Pombeiro da Beira à categoria de vila e [327/XVI/1.ª](#) (PSD, CDS-PP) — Elevação da povoação de Venda do Pinheiro à categoria de vila.

Finalmente, informo também sobre a entrada e admissão dos Projetos de Resolução n.ºs [355/XVI/1.ª](#) (PSD) — Criação de nó de acesso à A24 na Serra da Falperra e requalificação da ligação até à EN 212, [379/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda que o Governo continue a apoiar a Ucrânia na sua defesa contra a agressão russa e reforce os esforços diplomáticos, económicos e militares em coordenação com os seus parceiros internacionais, [381/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a concretização do circuito hidráulico de Moura e respetivos blocos de rega, [382/XVI/1.ª](#) (IL) — Insta o Governo a suspender a cobrança das contraordenações das transgressões com pagamento de taxas de portagens até que se possa cumprir a Lei n.º 27/2023, de 4 de julho, que diminui o valor dessas contraordenações, [383/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo medidas de proteção e de reconhecimento aos ex-trabalhadores da mina da Urgeiriça e aos seus familiares, [384/XVI/1.ª](#) (BE) — Apoio às mulheres do Irão e à sua luta pela liberdade, [385/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que assegure a prestação de aconselhamento *online* e uma segunda avaliação inicial, no âmbito da medida cheque-psicólogo, [386/XVI/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que promova a formação no âmbito da saúde mental a pessoal docente e não docente e a inclusão da saúde mental na componente formativa dos alunos e [387/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda a criação de apoios às indústrias transformadoras localizadas nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores por forma a que estas não sejam penalizadas pela sua insularidade no transporte das matérias-primas entre o continente e os arquipélagos.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Lembro que a nossa próxima reunião é no dia 16 de outubro, às 9 horas da manhã, com o debate preparatório do Conselho Europeu com a participação do Sr. Primeiro-Ministro, sendo que da parte da tarde, pelas 15 horas, temos uma ordem de trabalhos que passo a divulgar.

O primeiro ponto consistirá na discussão, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 298/XVI/1.ª (CDS-PP) — Recomenda o reforço da oferta de cuidados paliativos e respetivos arrastamentos.

O segundo ponto consistirá na discussão, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 247/XVI/1.ª (IL) — Pelo reconhecimento internacional de Edmundo González Urrutia como vencedor das eleições presidenciais venezuelanas de dia 28 de julho de 2024 e respetivos arrastamentos.

O terceiro ponto consistirá na discussão, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 263/XVI/1.ª (CH) — Realização de um referendo sobre o estabelecimento de limites máximos para concessão de autorização de residência e sobre o estabelecimento de quotas de imigração.

Finalmente, o quarto ponto consistirá na discussão, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 160/XVI/1.ª (PSD) — Plano de reflorestação do Parque Natural da Serra da Estrela e respetivos arrastamentos.

Bom fim de semana, está encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 33 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 307/XVI/1.ª:

O PSD, no Plenário de 11 de outubro, na votação na generalidade respeitante ao Projeto de Resolução n.º 307/XVI/1.ª (PAN), que «Recomenda ao Governo a suspensão temporária da atividade cinegética em todas as áreas ardidas e confinantes do território para a recuperação da fauna e dos seus *habitats* naturais após os incêndios florestais e a implementação de programas de alimentação e abeberamento para a fauna selvagem afetada», votou contra, pelas seguintes razões:

A iniciativa legislativa em referência tem como objetivo recomendar ao Governo, por um lado, a suspensão temporária da atividade cinegética nas áreas ardidas e seus territórios confinantes, por outro lado, a alimentação e abeberamento da fauna desses territórios.

Sucedede que, conforme plasmado no artigo 3.º da Lei n.º 173/99, de 21 de setembro, que estabelece as bases da gestão sustentada dos recursos cinegéticos, a política cinegética nacional obedece a vários princípios, nomeadamente: o respeito pelos princípios da conservação da natureza e dos equilíbrios biológicos, em harmonia com as restantes formas de exploração da terra; a exploração ordenada dos recursos cinegéticos, que permitam o desenvolvimento regional e local, através da valorização do mundo rural; o ordenamento dos recursos cinegéticos orientado pelos princípios da sustentabilidade e da conservação da diversidade biológica e genética.

Sem prejuízo do já plasmado na lei, está prevista uma alteração à Portaria n.º 67/2024, de 22 de fevereiro, visando a proibição da atividade cinegética por um período de um ano em todas as áreas ardidas com área contígua superior a 1000 há (uma área bem mais abrangente que os 250 ha recomendados pelo PAN na presente iniciativa).

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 59-A/2024, de 27 de setembro, estabelece várias medidas de apoio, nomeadamente, um apoio extraordinário a conceder às entidades gestoras de zonas de caça que foram diretamente afetadas pelos incêndios, para assegurar a realização de ações de recuperação de *habitat* e sinalização ardida e de infraestruturas afetadas.

Ademais, o ICNF, I.P. encontra-se a proceder à aquisição de alimentação (milho, trigo e soja) para distribuição nas áreas atingidas.

Face ao acima exposto, facilmente se conclui que tais preocupações, relativas às consequências a longo prazo da atividade cinegética, já têm previsão legal e constituem uma recomendação para a adoção de medidas já existentes e que preveem um quadro legal de proteção superior ao recomendado.

São estas, em suma, as razões pelas quais o Grupo Parlamentar do PSD votou contra esta iniciativa.

O Grupo Parlamentar do PSD.

Relativa ao texto final apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas respeitante aos Projetos de Resolução n.ºs 129/XVI/1.ª e 195/XVI/1.ª:

No Plenário de 11 de outubro, na votação do texto final apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas relativo aos Projetos de Resolução n.º 129/XVI/1ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a concretização do bloco de rega de Reguengos e o desenvolvimento do projeto do bloco de regas de Mourão e n.º 195/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que ative os procedimentos necessários para adjudicar a totalidade das obras previstas no circuito hidráulico de Reguengos de Monsaraz e cumpra a totalidade das metas fixadas no Programa Nacional de Regadios, o PSD votou **contra** pelas seguintes razões:

Desde logo, por as obras reclamadas nas iniciativas em referência já terem sido anunciadas pelo Ministro da Agricultura e Pescas (MAGRIP), bem como a sua calendarização, mormente no que respeita ao bloco de rega de Reguengos de Monsaraz, cujo concurso público avançará ainda no presente mês.

Por outro lado, no caso do circuito de rega de Mourão, obra que há muito tempo devia ter sido colocada nas prioridades do anterior Governo e não foi, o Governo, através do Ministério da Agricultura e Pescas, está ciente da importância deste bloco e encontra-se a realizar diligências de elaborar os necessários estudos e identificar fontes de financiamento que o permitam materializar.

Acresce que as iniciativas que deram origem à presente resolução já foram discutidas e aprovadas depois da calendarização das obras, o que as tornou claramente extemporâneas.

De notar que o voto contra do PSD não se deve ao facto de haver discordância quanto à materialidade das iniciativas, tanto mais que o PSD apresentou o PJR n.º 205/XVI/1.ª(PSD) — Recomenda medidas de concretização do circuito hidráulico de Reguengos de Montaraz e de apoio à atividade agrícola e emissão de um parecer sobre as condicionantes de Mourão, projeto em tudo similar às iniciativas objeto da presente declaração de voto, mas que não foi a discussão precisamente pelo facto de a sua pretensão já ter sido concretizada pelo Governo.

São estas, em suma, as razões pelas quais o Grupo Parlamentar do PSD votou contra esta iniciativa.

O Grupo Parlamentar do PSD.

Nota: As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do BE Fabian Figueiredo e pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do [artigo 87.º](#) do Regimento da Assembleia da República.

Relativa aos Projetos de Lei n.ºs [169/XVI/1.ª](#), [170/XVI/1.ª](#), [251/XVI/1.ª](#) e [256/XVI/1.ª](#) [votado na reunião plenária de 26 de setembro de 2024 — DAR I Série n.º 41 (2024-09-27)]:

O PCP votou favoravelmente os Projetos de Lei n.º 170/XVI/1.ª (BE) — Inclusão das creches no sistema educativo, n.º 251/XVI/1.ª (L) — Altera a Lei de Bases do Sistema Educativo e a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, incluindo a educação na primeira infância no sistema educativo e incumbindo o Estado de criar uma rede universal e gratuita de educação na primeira infância e n.º 256/XVI/1.ª (PAN) — Garante a inclusão das crianças dos 0 aos 3 anos no sistema educativo por via da criação de um sistema da educação para a infância, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo, porque o principal objetivo dos mesmos é incluir no sistema educativo as idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos.

Contudo, os projetos referidos, a que acrescentamos agora o Projeto de Lei n.º 169/XVI/1.ª (BE) — Cria o programa rede pública de creches, propõem algumas medidas às quais o PCP manifesta a sua reserva. A visão do PCP centra-se na criança, no seu direito à educação desde a nascença, na perspetiva do seu desenvolvimento integral em todas as etapas da sua vida. Deste modo, compete ao Estado a garantia de todos os meios para a efetivação do direito, através da universalização da resposta, nomeadamente com a criação de uma rede pública.

Nos vários projetos, propõe-se a responsabilização de outras entidades na gestão da valência de creche, desde o sector particular e cooperativo, passando pelas empresas e acabando nas autarquias. Sobre a gestão por parte das autarquias, há que ter em conta que a disponibilidade financeira, de recursos humanos e materiais,

é muito diversificada de município para município e, sendo uma rede pública, cuja resposta é educativa, a mesma não pode estar dependente da disponibilidade da autarquia nem dos meios da mesma.

Relativamente à criação de creches em empresas, a mesma pode levar a consequências negativas para as crianças e para os seus pais. Na sociedade em que vivemos, a empresa ter a sua própria creche significa que a mãe e o pai podem ficar a trabalhar até mais tarde, porque não precisam de ir apanhar o seu filho, e dá a possibilidade de uma maior desregulação dos horários dos pais. Por outro lado, pode levar também a que as crianças fiquem muito mais horas na creche do que as desejáveis.

Sobre o Projeto de Lei n.º 251/XVI/1.^a (L) — Altera a Lei de Bases do Sistema Educativo e a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, incluindo a educação na primeira infância no sistema, a forma como definem a rede não é clara. Contudo, preocupa-nos o facto de não haver qualquer palavra, no articulado, quanto à necessidade de criação de uma rede pública de creches. Assumimos que seja um lapso, a republicação prevista nesta iniciativa reverte uma das grandes conquistas do ensino politécnico, a possibilidade de outorgarem o doutoramento.

Um outro ponto relativamente ao qual gostaríamos de demonstrar a nossa reserva, que aparece tanto no Projeto de Lei n.º 170/XVI/1.^a, do BE, como no Projeto de Lei n.º 256/XVI/1.^a, do PAN, refere-se à proposta de o Estado apenas poder ser responsabilizado por uma parte dos custos de funcionamento na rede pública de creches (educação para a infância). Esta medida pode ser necessária enquanto a rede pública não for criada, mas a gratuitidade das creches é hoje uma realidade e deve ser mantida e o Estado deve manter o financiamento que garanta a gratuitidade. Com a construção de uma rede integral de creches e educação pré-escolar, o Estado passa a não ter qualquer responsabilidade em financiar outras valências ou estar-se-á a deslocar verbas da escola pública para alimentar o negócio na área da educação.

O PCP considera que o central é a criação de uma rede pública de creches, de responsabilidade do Governo e cuja tutela pedagógica seja do ministério que tutela a Educação, pois, deste modo, passa a ser um direito da criança a garantia da frequência de creche.

A Deputada do PCP, *Paula Santos*.

[Recebida na Divisão de Redação a 7 de outubro de 2024.]

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.